

Da Delegacia Regional de Ensino à Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba

uma abordagem memóriográfica
1986-2019



SANDRA VÍRGÍNIA AMARAL CURI

SANDRA VIRGINIA AMARAL CURI

**DA DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO À
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DE ENSINO DE ITUIUTABA:**

*Uma abordagem memoriográfica
1986—2019*

Edição

Ituiutaba
2023

Projeto gráfico, diagramação e ilustração: Carlos Aparecido Soares Filho

Digitação: Vania Aparecida Franco Batista

Edição: N°1

Revisão Geral: Raquel Balli Cury

Tiragem: (Quantos exemplares)

Direitos autorais ©2023 Sandra Virginia Amaral Curi

Todos os direitos estão reservados sendo proibida a reprodução total ou parcial, contudo autorizo o uso do conteúdo deste livro desde que seja citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Curi, Sandra Virginia Amaral

Da delegacia regional de ensino à superintendência regional de ensino de Ituiutaba [livro eletrônico]: *uma abordagem memoriográfica – 1986—2019* / Sandra Virginia Amaral Curi. -- 1. ED. -- Ituiutaba, MG: Editora Zion, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN: 987-65-84537-11-8

DOI: 10.29327/5191735

1. Educação – Memórias 2. Ituiutaba (MG) – Educação 3. Memorial acadêmico 4. Memorial profissional 5. Políticas Educacionais I. Título.

23-146985

CDD-371.1009

1. Memoriais: Educação 371.1009

Tábata Alves da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9253-0

Dedico este Memorial ao meu querido pai (in memoriam), minha fonte de inspiração, meu melhor amigo e a estrutura que apoiou e ancorou-me nos momentos mais importantes, felizes e difíceis da minha vida. Certamente seus olhos estão marejados de lágrimas de orgulho ao ver-me tão exultante, plena e realizada. Guardarei para sempre nossas memórias, seu carinho, seu sorriso, sua voz segura e firme e seu amor que não discernia limites.

Gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, por todas as bênçãos concedidas, por sua luz que sempre acalmou meu temporal, fazendo raiar em mim um novo sol, dando-me força, sabedoria e discernimento para manter-me de pé e nunca desistir por maiores que sejam as quedas.

À minha mãe, tão especial, por estar sempre presente em minha vida, enxugando minhas lágrimas nos momentos mais difíceis, tornando-os mais brandos, acreditando e incentivando-me para correr atrás dos sonhos. Gratidão por cuidar e zelar dos meus filhos pequenos com tanto desvelo enquanto trabalhava incansavelmente.

Aos meus filhos, amor infinito, fonte de inspiração, anjos que Deus colocou em minha vida com os quais reparto meu coração e me dão motivos para sonhar, amar, viver e persistir, mesmo quando a caminhada é fatigante.

Aos meus nove netos, por serem o arco-íris que colore minha vida e a torna mais doce, leve e perfumada, por desfrutar de um amor sem medida, que derrama dentro do peito e nem cabe nele. Me fazem regressar à infância, sentir-me jovem, repleta de energia.

Ao meu companheiro, com quem escolhi compartilhar meus dias, pela dedicação, apoio e confiança nas minhas

escolhas, pela paciência e compreensão nos momentos de ausências que a profissão exigia e pela disposição para ouvir minhas lamentações ao longo dessa caminhada.

Aos meus irmãos: Anuar, amigo, defensor, ciumento e bravo companheiro de infância e juventude, com quem brigava muito. Ao caçula Samir, “gordinho” amoroso, carinhoso, de bem com a vida e que contagiava a todos pelo bom humor, entusiasmo e alegria. Inesquecível, hoje habita em outro plano espiritual.

Aos meus familiares, pelo apoio constante e inestimável, por acreditarem em mim, dando-me força e sustentação para continuar firme nesta jornada.

Às queridas educadoras, madrinha Mirza e tia Salma, razão de intensa motivação, que me inspiraram a trilhar pela seara da educação e pelo apoio e contribuição para o meu crescimento pessoal e profissional.

À Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, Prof.^a Me. Luciene Teresinha de Souza Bezerra e Diretora Educacional, Prof.^a Dr.^a Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira, que carinhosamente me acolheram quando decidi retornar para a SRE e por propiciarem a oportunidade de pesquisar e escrever o Memorial deste egrégio Órgão, que foi meu segundo lar e faz parte da minha história.

À estimada Prof.^a Me. Raquel Balli Cury, que carinhosamente se ofereceu para orientar, corrigir e conduzir o

processo de construção deste livro, gratidão pelas preciosas e incisivas pontuações e intervenções imperativas.

À colega Vânia, parceira, com quem tive a honra de trabalhar, minha gratidão por tudo que fez por mim e pela valiosa colaboração e apoio técnico.

Ao colega Carlos, meu carinho pelo reconhecimento, dedicação e apoio nesta instigante batalha para a concretização deste sonho e, sobretudo, por encorajar-me a seguir em frente no momento mais crucial desta jornada, quando pensei em desistir.

Aos meus colegas de trabalho, alguns de longa data, outros mais recentes, obrigada pelas trocas de conhecimentos, pelos intensos momentos de trabalho, pelas boas risadas, choros e emoções que fizeram cada momento da minha vida valer a pena. A vocês, devo as melhores etapas desta passagem pela DRE/SRE.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte desta etapa da minha vida e contribuíram com esta pesquisa, para sempre minha gratidão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- ILUSTRAÇÃO 1** — 32ª Delegacia Regional de Ensino
- ILUSTRAÇÃO 2** — Ata de instalação da 32ª DRE
- ILUSTRAÇÃO 3** — Ata de instalação da 32ª DRE
- ILUSTRAÇÃO 4** — Ata de instalação da 32ª DRE
- ILUSTRAÇÃO 5** — Ata de instalação da 32ª DRE.
- ILUSTRAÇÃO 6** — Ata de instalação da 32ª DRE
- ILUSTRAÇÃO 7** — Ofício nº09/86
- ILUSTRAÇÃO 8** — Organograma da 32ª Delegacia de Ensino de Ituiutaba.
- ILUSTRAÇÃO 9** — Ofício de solicitação de Quadro
- ILUSTRAÇÃO 10** — Antigo prédio da 32ª DRE
- ILUSTRAÇÃO 11** — Portaria nº06/2012
- ILUSTRAÇÃO 12** — Imagem do prédio onde atualmente funciona a SRE de Ituiutaba.
- ILUSTRAÇÃO 13** — Salma Jorge Cury
- ILUSTRAÇÃO 14** — Ato de Designação de Salma
- ILUSTRAÇÃO 15** — Aniversário surpresa de Salma em 21 de maio de 1987. Padre Osvaldo Tagliari abençoando Salma pelo seu aniversário
- ILUSTRAÇÃO 16** — Salma com a equipe da Divisão de Organização e Controle (DOC)
- ILUSTRAÇÃO 17** — Salma e a equipe da Divisão de Apoio Técnico (DAT)
- ILUSTRAÇÃO 18** — Salma com a equipe da Divisão de Educação e Cultura (DEC)
- ILUSTRAÇÃO 19** — Salma e a equipe de Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
- ILUSTRAÇÃO 20** — Salma com a equipe da Divisão de Recursos Humanos (DRH)
- ILUSTRAÇÃO 21** — Equipe da SRE de Ituiutaba durante a Capacitação na Escola Estadual Professora Maria de Barros, no final dos anos 90, na gestão da Diretora II Márcia Antônia
- ILUSTRAÇÃO 22** — Meu primeiro aninho
- ILUSTRAÇÃO 23** — Pré-Livro “As Mais Belas Histórias”

- ILUSTRAÇÃO 24** — Sequência Didática: “História dos três porquinhos”
- ILUSTRAÇÃO 25** — Cartazes 1 (um) e 2 (dois)
- ILUSTRAÇÃO 26** — Cartazes do 3 (três) ao 6 (seis)
- ILUSTRAÇÃO 27** — Cartazes do 7 (sete) ao 10 (dez)
- ILUSTRAÇÃO 28** — Cartazes do 11 (onze) ao 13 (treze)
- ILUSTRAÇÃO 29** — Termo de Posse e Exercício
- ILUSTRAÇÃO 30** — Organograma da SRE
- ILUSTRAÇÃO 31** — Estrutura de capacitação de Especialistas e Professores
- ILUSTRAÇÃO 32** — Instruções de auxílio às analistas das equipes regionais
- ILUSTRAÇÃO 33** — Evolução da Proficiência Média — 2006 a 2011 Rede Estadual/Municipal 3º Ano Ensino Fundamental
- ILUSTRAÇÃO 34** — Termo de Posse e Exercício
- ILUSTRAÇÃO 35** — Fluxograma de atribuições, ações e responsabilidades
- ILUSTRAÇÃO 36** — Organograma da SRE
- ILUSTRAÇÃO 37** — Lançamento da segunda fase do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP)
- ILUSTRAÇÃO 38** — Encontro de Especialistas do PIP II e equipes regionais e central em BH
- ILUSTRAÇÃO 39** — Equipe PIP/ CBC juntamente com sua Gerente, Diretora Educacional e Diretora da SRE de Ituiutaba
- ILUSTRAÇÃO 39** — Encontro de Especialistas do PIP II e equipes regionais e central em BH
- ILUSTRAÇÃO 40** — Portfólio da Diretoria Educacional DIRE do período de 2011 a 2014 enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 41** — Portfólio da Dire enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 42** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 43** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 44** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 45** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 46** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 47** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 48** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
- ILUSTRAÇÃO 49** — Portfólio da SRE enviado para a SEE

- ILUSTRAÇÃO 50** — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 51 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 52 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 53 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 54 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 55 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 56 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 57 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 58 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 59 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 60 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 61 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 62 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 63 — Portfólio da SRE enviado para a SEE
ILUSTRAÇÃO 64 — Portfólio de Exercício
ILUSTRAÇÃO 65 — Participação de Reunião na SEE
ILUSTRAÇÃO 66 — Estrutura dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais
ILUSTRAÇÃO 67 — Programas e projetos – 2015-2018
ILUSTRAÇÃO 68 — Programas e Projetos – 2015-2018
ILUSTRAÇÃO 69 — Programas e Projetos – 2015-2018
ILUSTRAÇÃO 70 — Programas e Projetos – 2015-2018 –
ILUSTRAÇÃO 71 — Despedida dos colegas da Equipe da Diretoria Educacional, em 23/03/19

LISTA DE MAPAS

MAPA 1— Mapa da localização geográfica dos municípios jurisdicionados à 32ª DRE

MAPA 2 — Distribuição das 47 Superintendências Regionais de Ensino no Estado de Minas Gerais

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 — Autorização Especial DRE Ato N° 344/86

QUADRO 2 — Projeto PróQualidade

QUADRO 3 — Principais Programas, Projetos e Ações da SEE

QUADRO 4 — Fases de Implementação do Programa de intervenção Pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental PIP/CBC

QUADRO 5 — Projetos e Programas

LISTA DE SIGLAS

ANE	Analista Educacional
BD	Baixo desempenho
Caed	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CBC	Currículo Básico Comum
CBC	Conteúdos Básicos Comuns
DAF	Divisão de Apoio Financeiro
Dafi	Diretoria Administrativa e Financeira
DAT	Divisão de Apoio Técnico
Dave	Diretoria de Avaliação
DEC	Divisão de Educação e Cultura
Dipe	Diretoria de Pessoal
Dire	Diretoria Educacional
Divep	Divisão de Equipe Pedagógica
DOC	Divisão de Organização e Controle
DRE	Delegacia Regional de Ensino
DRH	Divisão de Recursos Humanos
ISE	Inspetorias Seccionais de Ensino
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	Minas Gerais
Paae	Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDPI	Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional
PIP	Programa de Intervenção pedagógica
PIP	Plano de Intervenção Pedagógica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Proposta Político Pedagógica
Proalfa	Programa de Avaliação da Alfabetização
Prodemge	Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais

Proeb	Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica
Proeti	Projeto Escola Tempo Integral
PróQualidade	Projeto Qualidade na Educação em Minas Gerais,
SEE	Secretaria de Estado de Educação
Siape	Sistema de Apoio Pedagógico
Sigep	Sistema de Gestão de Pessoal
Simade	Sistema Mineiro de Administração Escolar
	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
Simave	
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SRE	Superintendência Regional de Ensino
	Seleção Competitiva Interna de Provimento de Cargo Em Comissão de Diretor e da Função de Vice-Diretor de Unidade Estadual de Ensino
Secom	

SUMÁRIO

1 - HISTÓRICO DA 32ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA.....	24
1.1 - Criação da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba.....	27
1.2 - Instalação e funcionamento da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba.....	33
2 - SALMA JORGE CURY: A PRECURSORA DA 32ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA (1986-1994)	58
3 - DÉCADAS DE 80 E 90 COMO CENÁRIO DE MUDANÇAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS	69
3.1 - Projeto Qualidade na Educação de Minas Gerais – PróQualidade.....	88
3.2 - Escola SAGARANA.....	97

4 - SANDRA VIRGINIA AMARAL CURI: DESVELANDO A TRAJETÓRIA E DESAFIOS DA DIRETORA EDUCACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA, NO CONTEXTO DA GESTÃO PEDAGÓGICA-2011-2019.....	101
4.1-Sandra Virginia Amaral Curi: O princípio de uma trajetória.....	105
4.2 - Itinerário Estudantil e acadêmico: Em busca de um sonho.....	111
4.3 - Itinerário profissional: A realização de um sonho.....	121
4.3.1- A Diretoria Educacional na conjuntura das Políticas Públicas da educação de Minas Gerais e a atuação dos analistas educacionais – 1ª década do ano 2000.....	130
4.3.2- A Diretoria Educacional no cenário das Políticas Públicas Educacionais de Minas Gerais- 2011 - 2014.....	145
4.3.3- A Diretoria Educacional no cenário das Políticas Públicas Educacionais de Minas Gerais- 2015- 2018.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210

*“Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará
A vida vem em ondas como o mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo no mundo”
(Lulu Santos / Nelson Motta)*

INTRODUÇÃO

“[...]olhar o passado deve ser apenas um modo de compreender com maior clareza quem eles são e o que são para poder construir o futuro com mais sabedoria.” (PARO, C.A. et al apud FREIRE, [2016], p. 10).

A memória é um dos pilares que dá sentido à vida.

É parte vital da espécie humana, pois somos um acúmulo de lembranças, experiências e momentos que nos particularizam ao longo da vida.

Resguardar a identidade das pessoas e do espaço em que vivemos é uma forma de manter sempre acesa essa chama de modo que não se perca no tempo a memória de seu povo e nem exclua das futuras gerações a regalia de experimentar esses momentos.

Preservar a história de nossos ascendentes e do nosso caminho pela vida nos ajudam a entender o presente e arquitetar o futuro. É guardar o que tanto nos marcou em certos momentos e que não volta mais.

A história de um lugar é uma edificação que carrega os vestígios dos sujeitos que fizeram parte dela. Portanto, preservar a memória institucional da 16ª Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, objetivo principal deste trabalho não é só resgatar seu passado, mas uma forma de mantê-la sempre viva. Tanto seus antepassados quanto os que aqui ainda perduram, têm dado seu aporte para construir sua história.

Com esse pressuposto, fui requisitada para descortinar a história da Superintendência Regional de Ensino (SRE), a trajetória da 1ª Delegada Regional de Ensino de Ituiutaba, Salma Jorge Cury (1986—1994), e a minha, como Diretora Educacional no período de 2011—2019, tendo como ponto de partida a Proposta: “A Investigação da Prática Pedagógica nos Projetos Educacionais da SRE de Ituiutaba”, elaborada, consensualmente, pelos Analistas Educacionais da Diretoria Educacional para construção do Plano de Ação — 2020

Para melhor contextualizar o conjunto dos fatos que constitui este memorial achei propício fazer uma abordagem concisa das políticas públicas educacionais implantadas em Minas Gerais a partir da década de 80 até 2019, como forma de evocar ao passado para compreender as contribuições e transformações sociais e educacionais, bem como incitar uma análise crítico/reflexiva da época, aqui em questão.

Para que essa memória fosse resgatada, na elaboração deste trabalho realizei pesquisa de campo, utilizando instrumentos como questionários, entrevistas, textos, vídeos, análises documentais dos acervos pessoais e da instituição como: leis, decretos, ofícios, notas técnicas, agendas e recortes de jornais. As imagens e fotos utilizadas nesta pesquisa tiveram caráter meramente ilustrativo.

Não posso deixar de mencionar que, ao longo desta coleta de dados, enfrentei muitos obstáculos devido à escassez dos

mesmos, dificuldade de localização e, a maioria, já consumidos pelo desgaste do tempo, consignando a falta de um arquivo público municipal.

As legislações publicadas anteriormente a 1994 estão indisponíveis na Internet e os antigos Diário Oficial de Minas Gerais impressos encontram-se arquivados em locais insalubres, de difícil acesso, deteriorados com o passar dos anos.

Mesmo assim, insisti veementemente em busca de abordagens teóricas condizentes com o tema abordado, que foram cuidadosamente analisados a fim de fornecerem sustentação, fundamentação e consistência ao assunto.

A construção deste trabalho fundamenta-se, principalmente, pela contribuição que representará para as futuras gerações para desvelar, conhecer e refletir sobre o que se veio a construir desta história, não apenas para a história da educação de Ituiutaba, mas também para a de Minas Gerais.

É substancial recuperar a historicidade deste Órgão de tamanha notoriedade educacional e das pessoas que a ele se agregaram mediante percurso repleto de lutas que trouxeram vitórias, conquistas e derrotas, mas permanecem contribuindo no presente, eternizando seu legado às gerações contemporâneas e futuras.

O presente memorial está disposto em cinco capítulos: No 1º capítulo, realizo uma busca da identidade da 32ª Delegacia

Regional de Ensino de Ituiutaba desde sua criação, fazendo um levantamento de sua memória, selecionando os acontecimentos e os sujeitos que favoreceram com seu trabalho e ações motivados pelas demandas do seu tempo.

Jacques Le Goff faz uma relação entre história e memória quando sinaliza: “A memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.” (LE GOFF, 2013, p.51)

A partir desta citação, este capítulo tem como objetivo compreender a importância da preservação da história local e da reconstituição de sua memória.

No 2º capítulo, efetuo uma restauração da trajetória da 1ª Delegada Regional de Ensino de Ituiutaba, Salma Jorge Cury, relatando aspectos de sua vida pessoal, acadêmica e profissional, bem como sua notoriedade no cenário cultural e educacional desta cidade e jurisdição, contextualizando relevantes momentos de sua jornada que marcaram a história da Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba (DRE)

No 3º capítulo, exercito uma rememoração histórica das políticas educacionais de Minas Gerais nas décadas de 80 e 90 enfatizando as contribuições e influências que marcaram o sistema de ensino e as mudanças ocorridas nesse período de democratização social e política do país.

No 4º capítulo, relato sobre minha vida como mulher, filha, esposa, mãe, amiga, companheira, professora, analista

educacional/pedagoga, profissional e constante aprendiz, onde compartilho fatos da infância, adolescência, juventude e, também, do percurso acadêmico e profissional. Expresso um olhar crítico e racional sobre mim mesma e trago para o presente momentos vivenciados nas diversas etapas de minha vida. Elenco também, toda essência da prática pedagógica como Diretora Educacional da 16ª SRE, exercida no período de 2011 a 2019, assim como as dificuldades, experiências, desafios e conquistas ao longo dessa caminhada.

Ainda nesse capítulo, para melhor compreensão das políticas públicas estaduais, faço um breve esboço do cenário educacional mineiro- da 1ª década de 2000 e da 2ª, dividida em 2 etapas: 2011 — 2014 e 2015 — 2019, período em que “estive” como Diretora Educacional. Reconheço, também, a importância da atuação dos Analistas Educacionais na implementação e acompanhamento dessas políticas.

Espero que este memorial contribua para a compreensão dos impactos causados com a implantação das reformas educacionais implantadas no período de 1986 a 2019.

No final, teço as Considerações Finais, efetuando um resumo limitado dos dados coletados na pesquisa, buscando reconstruir e resgatar a historicidade da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, dos que participaram da construção do passado e suas contribuições para o presente, bem como do meu itinerário, enquanto gestora da Diretoria

Educacional, costurando as experiências vividas às recordações que ficaram.

A execução deste trabalho me proporcionou variados sentimentos: prazer, alegria, emoção, tristeza e até mesmo paixão, trazendo à tona importantes acontecimentos e a lição que aprendi com eles.

1 — HISTÓRICO DA 32ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA

Na lembrança, o passado se torna presente e se transfigura, contaminado pelo aqui e o agora. Esforço-me por recuperá-lo como realmente e objetivamente foi, mas não posso separar o passado do presente e o que encontro é sempre o meu pensamento atual sobre o passado, é o presente projetando sobre o passado. (SOARES, 1991, p. 37).

Em 06 de setembro de 1930, o então Presidente do Estado Antônio Carlos Ribeiro sancionou a Lei nº 1.147, que instituiu as quatro Secretarias de Estado: Interior; Finanças; Agricultura, Aviação e Obras Públicas e Educação e Saúde Pública.

Devido a exiguidade da estrutura do Estado, a Secretaria da Educação era apenas um pequeno Gabinete que compartilhava com a Saúde os serviços relativos à Instrução e Saúde Pública.

Em 29 de abril de 1946, através do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1724, as Secretarias da Educação e Saúde Pública foram desmembradas, criando, então, a Secretaria da Educação conforme artigo 2º do mesmo Decreto-Lei.

Em 2003, no governo de Aécio Neves a Secretaria da Educação passou a denominar-se Secretaria de Estado de Educação.

Ao longo do tempo aconteceram diversas mudanças que foram indispensáveis para a construção da estrutura organizacional da SEE.

Em 1953, no contexto da República Nova, o Ministério da Educação, sob o mote de enfrentar a precariedade das condições de trabalho e da formação de docentes frente à expansão da oferta de ensino secundário no Brasil, empreendeu diversas ações de dissociação de serviços educacionais. Uma dessas ações foi a criação das Inspetorias Seccionais de Ensino (ISE) em 1954, com o objetivo de regionalizar o atendimento às instituições escolares. (PINTO, 2000 apud SANTOS, 2019, p. 19).

Assim, com a criação das Inspetorias Seccionais de Ensino (ISE) em 1954, as escolas eram fiscalizadas pelas Inspetoras de Ensino.

Em 08 de janeiro de 1962, José de Magalhães Pinto, então Governador do Estado de Minas Gerais, aprovou a Lei 2.610/62 que criou as primeiras Delegacias Regionais de Ensino (DRE) no Estado visando a descentralização administrativa nos três níveis de ensino: primário, médio e superior cuja competência, de acordo com o art. 148 era a “A inspeção do ensino, compreendendo a fiscalização e a assistência técnica [...]”. (L MINEIRA, 1962, p. 21).

Porém, esse sistema de descentralização administrativa foi implantado definitivamente no Estado só em 1º de janeiro de 1968, através da Portaria 40/1967, que delegou para as

jurisdições das Delegacias Regionais de Ensino, diversas atribuições, até então, de competência da SEE.

Dessa forma, o processo de fortalecimento da estrutura educacional e a racionalização do serviço público foram contemplados possibilitando melhor controle das atividades e atendimento às escolas, dinamização de toda a máquina administrativa do Estado, favorecendo a comunicação entre Governo e Municípios.

1.1 — Criação da 32ª Delegacia Regional de ensino de Ituiutaba

A criação de uma Delegacia Regional de Ensino em Ituiutaba era uma antiga aspiração e necessidade da comunidade ituiutabana tendo em vista a distância entre os municípios e as dificuldades para se chegar em Uberlândia onde funcionava a 26ª Delegacia Regional de Ensino, que jurisdicionava Ituiutaba e região.

As linhas de ônibus interurbanos possuíam poucos horários e as estradas eram precárias.

Os profissionais da Educação precisavam se deslocar até Uberlândia para terem acesso a todos os serviços e informações pedagógicas, orçamentárias, financeiras, administrativas, como: capacitação de recursos humanos, e de pessoal relativas à situação funcional, taxaço, concessão de benefícios, pagamentos, movimentação, apuração de tempo de serviço, aposentadoria, análise de processos e outras atividades correlatas, compra de materiais e outros.

Como a perseverança é o caminho para conquistar os sonhos, foram concentrados esforços conjuntos de várias lideranças políticas da região, movimentos de populares, entidades de classes, comunidade escolar, associações, clero e outros, que se mantiveram firmes e fiéis aos seus ideais e propósitos, com vistas à concretização desta causa tão relevante. Destaca-se, especialmente, o empenho do ex-prefeito

de Ituiutaba, Acácio Cintra Sobrinho, que desde a época em que era prefeito vislumbrava a criação da tão sonhada Delegacia Regional de Ensino em Ituiutaba. Sua liderança no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o apoio ao candidato a Governador foi decisiva, pois quando questionado pelos partidários quais prevalências definiriam seus interesses para despertar maior impacto e visibilidade ao partido na região, respondeu, sem hesitar, que seria a imediata criação da Delegacia Regional de Ensino em Ituiutaba.

Reconhece-se, também, a relevância do prestígio político do então Deputado Federal Fued José Dib, a quem coube o mérito dessa conquista, juntamente com seus sectários que partilhavam os mesmos princípios e ideais.

A influência da Professora Vicentina Campos Carvalho, então Superintendente Administrativa da Secretaria de Estado de Educação também foi expressiva para a criação da 32ª DRE de Ituiutaba.

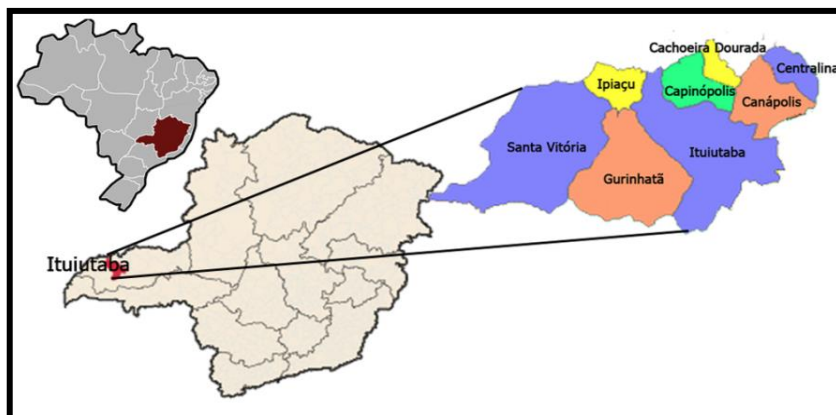
Em 1986, Ituiutaba foi inserida no cenário educacional regional, pois teve o privilégio de ser escolhida para sediar a 32ª DRE, considerando estar em consonância com os preceitos adotados para sua concessão: ter, no mínimo, 20 (vinte) escolas estaduais (o que já era possível desde 1976), facilidade de acesso entre a área de abrangência e posição geográfica favorável.

Assim, em 16 de outubro de 1986, o Governador de Minas Gerais Hélio Garcia, assinou o Decreto nº 26.257/86 que “cria a 32ª DRE, com sede em Ituiutaba e dispõe sobre a sua competência e área de jurisdição”, conforme descrito em seu Anexo. (Anexo I).

Conforme art. 2º do Decreto 26.257/86, a área de jurisdição da 32ª Delegacia Regional de Ensino, com sede em Ituiutaba compreendia os municípios de Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Guarinhata, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória, os quais pertenciam, anteriormente, à jurisdição da 26ª DRE de Uberlândia.

O mapa a seguir explicita a localização geográfica da 32ª DRE em relação ao Brasil, Estado de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e a localização dos 7 municípios jurisdicionados à sua esfera.

MAPA 1 — Mapa da localização geográfica da 32ª DRE e municípios jurisdicionados



Fonte: Lima, 2017, adaptado por Carlos Aparecido S. Filho, de acordo com a área de abrangência da DRE de Ituiutaba.

A distância entre a sede da DRE de Ituiutaba e municípios circunscritos é curta, variando entre 35 a 80 km, o que facilita consideravelmente o atendimento às escolas.

Logo após a criação da 32ª DRE, coube aos membros do PMDB local, o impasse da polêmica indicação do (a) Delegado (a) Regional de Ensino de Ituiutaba.

Durante a reunião do partido, foi traçado o perfil da pessoa merecedora de exercer cargo tão relevante: ser imparcial, conciliadora, harmônica, respeitável, justa, que realizasse um trabalho de qualidade, e, acima de tudo, possuir vasto conhecimento e experiência na área educacional.

Assim, dentre os diversos nomes sugeridos, escolheram Salma Jorge Cury, que no dia 05/11/86, estando no gabinete

da Secretária de Estado da Educação Maria Eugênia Murta Lages, recebeu o convite para instalar e dirigir a 32ª DRE em Ituiutaba, em atendimento à solicitação do Deputado Federal Fued José Dib, haja vista que preenchia as condições básicas e necessárias para exercer o cargo.

Salma aceitou o convite e foi designada pela Exma. Sra. Secretária da Educação para responder pela tão sonhada DRE de Ituiutaba. Assumiu e atuou com coragem, dedicação, competência e ousadia fazendo jus à sua escolha, onde permaneceu por mais de 8 (oito) anos, enfrentando inúmeros entraves e desafios.

A primeira providência tomada foi a procura de um imóvel adequado, com estrutura suficiente para atender às exigências demandadas para o funcionamento de uma DRE.

Após muita procura e obstáculos, finalmente foi encontrado o imóvel para locação, cujo contrato foi assinado por um período de 3 (três) anos.

Assim, a 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba foi instalada, inicialmente, na avenida 17, nº 445, Centro, local onde atualmente funciona a Delegacia Regional de Polícia Civil de Ituiutaba, conforme imagem de 2011 (Ilustração 1).

Segundo mencionado, devido à escassez de material de pesquisa, infelizmente não foi possível obter a foto original da fachada do prédio da DRE, apesar dos esforços.

ILUSTRAÇÃO 1 — Prédio da Polícia Civil onde funcionou a 32ª Delegacia Regional de Ensino



Fonte: Imagem retirada da plataforma Street View (Google Maps) registrado em 2011. Disponível em: <https://goo.gl/maps/NkhCVNoquGNY2A6GA>

Para iniciar seu funcionamento, o mobiliário, equipamentos e outros materiais necessários foram emprestados pelas escolas estaduais e posteriormente, enviados pela SEE, gradativamente. Devido à carência material, os servidores se reuniram e doaram utensílios de cozinha, copos, xícaras, garrafas de café e água, bandejas e outros. Contribuíram, também, com o café e o açúcar.

1.2 — Instalação e funcionamento da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba

No dia 09 de novembro de 1986, o Governador do Estado de Minas Gerais, senhor Hélio Garcia e sua comitiva compareceram em Ituiutaba para a inauguração oficial da 32ª DRE. Essa comissão era composta pelo Senador Ronan Tito, Deputado Federal Roberto Vital, Senador Alfredo Campos, Deputado Federal Fued José Dib, candidato a senador Hugo Gontijo e Rodolfo Leite de Oliveira.

O evento foi realizado no prédio onde funcionava o Centro de Musicalização do Conservatório Estadual de Música Dr. José Zóccoli de Andrade, na avenida 17, nº 1154 e participaram, também, autoridades estaduais, municipais, o então Prefeito Romel Anísio Jorge, Diretores de Escolas de 1º e 2º Graus, representantes de entidades, comunidade escolar e cidadãos ituiutabanos, conforme Ata de Instalação da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba. (Ilustrações 2 a 6).

ILUSTRAÇÃO 4 — Ata de instalação da 32ª DRE

2

Naysa Maria Lima Franco
 Diana Eugênia Guimarães de Almeida
 Mirtes Ribeiro Vidal Dias
 Ednuz Moraes de Almeida
 Jovi Pinheiro da Costa
 Joana Serrão Pereira
 Eugênia Alves de Aguiar
 • Maria O. Silva
 Teresinha O. Silva
 Lúcia Maria de Jesus
 Alina Gonçalves de Oliveira
 SANDRO MUNIZ SEVERINO
 Manoel Gomes Pereira
 Diógenes da Silva
 Jovi de Almeida
 Maria Madalena Mendes
 Edmaria Rodrigues da Silva + Oliveira
 Silvana dos Reis Mendes
 Quênia Alôsta Silva
 Judith Andrade de Almeida
 Nagibe Batista Machado
 Helena Rigotti Gomes Alves
 Maria Eugênia de Sousa
 para Lucia da Costa
 Maria Barreiros de Macedo
 Jovani Lima Loureiro
 Alda Oliveira Ruy
 Ligia Maria de Almeida Severino
 Riquelme da Rocha e Silva
 Apênia Francisca Santos Silva
 Rodi Geral Suze
 Maria das Graças Soares
 Jovani de Almeida
 Jácia Borges de Faria

Fonte: Arquivos da DRE

ILUSTRAÇÃO 5 — Ata de instalação da 32ª DRE

Maria Aparecida Duarte Gonçalves
 Wilton Franco de Freitas
 Maria Helena e Mela Faria
 Rosilda Camila Campos
 Otília Maria Aires
 Marjuba Fehne
 Daniel Francisco Alves Gomes Rabello
 Maria Conceição Lima Franco
 Maria Divina Ribeiro Silva
 Jairo Nogueira dos Santos
 Augusta Marques e Marques
 Joana Adão Reis de Almeida
 Magda Jeddah Bayeh
 Nilza Nery de Jesus Alencar
 Dr. José Alcides
 Rosania Elena Alves Silva Teixeira
 Salvador E. de Azevedo
 Leozano Camargo
 Moisés Alves Cordeiro
 Jovane de Almeida Moraes
 Maria B. Moura
 Alvin José Alves
 Medy Guimarães
 João Rodrigues de Miguel
 Jânica Conceição Martins Escudé
 Alcione Ribeiro Leite
 Alciria Fereziho de Moraes
 Cristina Laterza Muniz
 Anca de Queiroz Castanheira
 Margareth G. S. Marques
 Dr. José de Azevedo
 Nilton Valente Aires
 Otília Maria Aires
 Conceição Francisca Ribeiro da Silva

Fonte: Arquivos da DRE

Após sua instalação, foram demandadas múltiplas ações para seu funcionamento, fruto de muito trabalho, dedicação, determinação e superação. A primeira foi a seleção dos servidores lotados nas escolas estaduais (professores, supervisores, orientadores e ajudantes de serviços gerais) interessados em integrar o grupo de trabalho da DRE, com Autorização Especial, pois não havia concurso público, nem cargo específico para atuar no Órgão Regional, até que no final dos anos 80 fomos beneficiados pela Legislação Estadual que permitiu a transferência de cargo de professor, supervisor, orientador e servicial para trabalhar na DRE.

Então, Salma reuniu-se com os diretores das escolas estaduais e solicitou a indicação de profissionais competentes, com formação técnica e acadêmica para exercício das funções na DRE.

Após enviar à SEE a Relação de Pessoal para compor o Grupo de Trabalho na 32ª DRE de Ituiutaba, foi publicado no MG em 06/12/86, Autorização Especial – DRE, conforme Ato nº 344/86, págs. 47 e 48.

QUADRO 1 — Autorização Especial DRE Ato N° 344/86

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL – DRE
ATO N° 344/86

Concede, aos funcionários, nos termos dos artigos 90 e 92 da Lei nº 7 109, de 13 de outubro de 1977, autorização especial para integrar grupo de trabalho, no período de 03 a 31 de dezembro de 1986, ficando prorrogadas para o período de 01 de

janeiro a 31 de dezembro de 1987.

32ª. DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO-Ituiutaba.

APARECIDA COELHO DAVI SILVA, MASP 288 968, P1A, da E.E. “João Pinheiro” – 1.4.0.c., de Ituiutaba.

ASCIMA MARIA DA SILVEIRA, MASP 288 981, P1A, da E.E. “João Pinheiro” – 1.4.0.c., de Ituiutaba.

CELIZA CAETANO DE CASTRO, MASP 260 611, P2A, da E.E. “Coronel João Martins” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

DALVA FERREIRA ONÓRIO, MASP 251 231, P1A, da E.E. “Ituiutaba” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

DERENICE DE ASSIS, MASP 174 077, P2A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.b., de Ituiutaba.

ELIANE ROCHA LENZ, MASP 272 026, P5A, de Geografia, da E.E. “Prefeito José Franco de Gouveia” – 0.5.6.C., de Santa Vitória.

ELIZETE BATISTA DUARTE, MASP 289 130, P1A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

EVA ANALICE MARTINS CATARINA, MASP 221 205, P1A, da E.E. “Ituiutaba” – 1.4.0.D., de Ituiutaba.

EVANDIR MARTINS MARQUEZ, MASP 158 410, P2A, da E.E. “Lions” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.

GILCA APARECIDA FARIA, MASP 269 925, P4A, Auxiliar de Biblioteca, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.

HILDO FERREIRA DA SILVA, MASP 222 085, P4A, de Práticas Comerciais, da E.E. “Antonio de Souza Martins” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.

IARA MACIEL MUNIZ, MASP 157 706, P5A, de Português, da E.E. “Governador Israel Pinheiro” — 0.5.6.C., de Ituiutaba.

IONE MARTA FRANCO PEREIRA, MASP 257 024, P4A, de Língua Inglesa, da E.E. “Antonio de Souza Martins” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.

IVODI LEAL SOUZA, MASP 263 168, OE6A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

<u>ISES MARIA GOMES CINTRA</u> , MASP 225 013, P5A, de Ciências e Programas de Saúde, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>IVANDA LUIZA MAIA DE SOUZA</u> , MASP 260 640, P2A, da E.E. “João Pinheiro” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>JOANA ODETE PAES LEME DOMINGUES</u> , MASP 112 689, P5B, de Língua Portuguesa, da E.E. “Professora Maria de Barros” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>JÚLIA FARIA FRANCO VILARINHO</u> , MASP 257 034, P4A de Matemática, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>LABIBA BITTAR PONTES</u> , MASP 86 630, P4A, de Educação Física, da E.E. “Governador Israel Pinheiro” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>LÚCIA HELENA CHAVES FERREIRA</u> , MASP 152 357, ocupante de 02 (dois) cargos de P5A, de Matemática, da E.E. “Governador Israel Pinheiro” — 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>LUZIA APARECIDA FRANCO DE FREITAS</u> , MASP 251219, P2A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
<u>MAFALDA TAHAN</u> , MASP 128 809, P2A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.c., de Ituiutaba.
<u>MAGDA ADDAD BAYEH</u> , MASP 158 129, P2A, da E.E. “Lions” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>MARA RÉGIA BARBOSA NEVES CARVALHO</u> , MASP 257 074, P3A, de Artes Industriais, da E.E. “Antônio Souza Martins” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>MÁRCIA ANTONIA DE MORAES ARANTES</u> , MASP 174 085, SP5A, da E.E. “Professora Maria de Barros” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>MÁRCIA FRANCO MORAIS FERREIRA</u> , MASP 261 776, P4A, de História, da E.E. “Governador Israel Pinheiro” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>MARIA ABADIA BONILHA</u> , MASP 115 750, SP5A, da E.E. “Lions” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>MARIA APARECIDA MUNIZ DE ANDRADE</u> , MASP 151 722,

<u>P2A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.</u>
MARIA LÚCIA SEVERINO MARQUEZ, MASP 251 250, P2A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
MARIA LÚCIA TOSTES GOUVEIA, MASP 289 548, P1A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
MARIA PAULINO DANTAS DA COSTA, MASP 225 034, P1A, da E.E. “Ituiutaba” – 1.4.0.D., de Ituiutaba.
MARIA RITA DE FÁTIMA DINIZ, MASP 141 460, OE5A, da E.E. “Governador Bias Fortes” – 1.3.0.D., de Ituiutaba.
MARIA RODRIGUES DA SILVA, MASP 158 172, P1A, da E.E. “Rotary” – 0.4.0.B., de Ituiutaba.
MARIA TERESA BACIOTTI MOREIRA, MASP 257 054, P4A de História, da E.E. “Coronel Tonico Franco” – 0.4.6.C., e P3A, de História, da E.E. “João Pinheiro” – 1.4.0.C., ambas de Ituiutaba.
MARIA TEREZINHA DO NASCIMENTO VILELA, MASP 289 575, P1A, da E.E. “Ituiutaba” – 1.4.0.D., de Ituiutaba
MARLI MENDES DIAS, MASP 289 630, P1A, da E.E. “João Pinheiro” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
MÉRIDA PINHEIRO CARVALHO, MASP 86 678, OE5A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
MIRTES HELENA VINHAL DIAS, MASP 260 697, P2A, da E.E. “Rotary” – 0.4.0.B., de Ituiutaba.
NELIMARIA DA FONSECA FRANCO, MASP 128 013, P2A, da E.E. “Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
NEUSA DE FÁTIMA RIBEIRO LIMA, MASP 225 047, P2A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
NEUSA MARIA ALVES MACHADO AMÉRICO – MASP 174 010, SP5A, da E.E. “Professor Álvaro Brandão de Andrade” – 1.4.0.B., de Ituiutaba.
NEUZA MARIA DIVINA FRANCO, MASP 289 680, P1A, da E.E. “Senador Camilo Chaves” – 1.2.0.B., de Ituiutaba.
NEUSA NIZETE GOMES ALVES, MASP 140 161, P4A, da E.E.

<u>“Padre João Avi”</u> – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
<u>NIZE DIAS DE FREITAS</u> , MASP 257 967, OE5A, da E.E. “Professora Maria de Barros” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>ONEIDA AUXILIADORA DA COSTA SILVA</u> , MASP 152 403, P1A, da E.E. “Ituiutaba” – 1.4.0.B., de Ituiutaba.
<u>REGINA DE SOUZA MARQUES ALMEIDA</u> , MASP 289 719, P1A, da E.E. “Lions” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>REGINA EUGÊNIA CURY DINIZ</u> , MASP 270 067, P4A, de Língua Portuguesa, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>MIRTES HELENA VINHAL DIAS</u> , MASP 260 697, P2A, da E.E. “Rotary” – 0.4.0.B., de Ituiutaba.
<u>ROSA MARIA LEITE DOMINGUES SANTOS</u> , MASP 360 716, P2A, da E.E. “Cônego Ângelo” – 1.3.0.C., de Ituiutaba.
<u>ROSA MARIA TOMAZ</u> , MASP 289 734, P1A, da E.E. “Coronel João Martins” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
<u>ROSELLY FERREIRA DE ALCÂNTARA</u> , MASP 270 079, Supervisor Pedagógico, Nível 4, Grau A, da E.E. “Antônio Souza Martins” – 0.5.6.C., de 1º e 2º Graus, de Ituiutaba.
<u>ROSE MARY SÁ DE FREITAS</u> , MASP 128 684, P2A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>RUTH MARIA DE MORAES</u> , MASP 86 700, P1A, da Escola Estadual “Cônego Ângelo” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
<u>SANDRA VIRGÍNIA AMARAL CURI</u> , MASP 257 020, P4A, de Língua Portuguesa, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.
<u>SEBASTIANA DE FREITAS MARQUES</u> , MASP 128 041, Supervisor Pedagógico, Nível 6, Grau B, da E.E. de Música “Dr. José Zóccoli de Andrade” – 0.4.6.B., de Ituiutaba.
<u>SÔNIA HELENA MARTINS</u> , MASP 257 044, P6A, de Biologia, da E.E. “Antônio Souza Martins” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.
<u>VALCY EMYGDIO CINTRA</u> , MASP 100 921, P4A, de Matérias Pedagógicas, da E.E. “Cônego Ângelo” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.
<u>VALDETE TOBIAS DOS REIS</u> , MASP 173 745, SP5A, da E.E. “Lions” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.

VÂNIA MARIA SARTINI DUTRA, MASP 270 218, P5A, de Biologia, da E.E. “Antônio Souza Martins” — 0.5.6.C., de Ituiutaba.

VERA LACI DA COSTA, MASP 146 296, P4A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

VILMA FERREIRA CASTILHO, MASP 251 278, P2A, da E.E. “Coronel João Martins” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

ZILÁ CABRAL DE MENEZES GUIMARÃES, MASP 225 056, P4A e P5A, ambos de Matemática, da E.E. “Governador Israel Pinheiro” – 0.5.6.C., de Ituiutaba.

ZILDA BUIATTI PAMENZONE, MASP 167 962, P1A, da E.E. “Dr. Fernando Alexandre” – 1.3.0.B., de Ituiutaba.

ZULEICA GUIMARÃES MARRA DE MORAES, MASP 152 575, P2A, da E.E. “Governador Clóvis Salgado” – 1.4.0.C., de Ituiutaba.

Fonte: JORNAL DE MINAS GERAIS 06 dez. 1986, p. 47 e 48

Em virtude da locação do prédio para funcionamento da 32ª DRE de Ituiutaba a partir de 05 de janeiro de 1987, Salma comunicou à SEE, que “[...] o pessoal autorizado a integrar o seu grupo de trabalho continuará em exercício nas respectivas Escolas Estaduais até o encerramento das atividades escolares e em recesso até a citada data”, conforme Ofício abaixo. (Ilustração 7).

ILUSTRAÇÃO 7- Ofício nº09/86

Ofício nº 09/86,
Assunto: Faz Comunicação
Órgão: Secretaria de Estado da Educação
Serviço: 32ª DRE de Ituiutaba

Ituiutaba, 11 de dezembro de 1986

Senhora Superintendente

Tende em vista a locação de prédio para funcionamento da 32ª DRE de Ituiutaba, a partir de 05-01-87, comunique que o pessoal autorizado a integrar o seu grupo de trabalho, continuará em exercício nas respectivas Escolas Estaduais até o encerramento das atividades escolares em recesso até a citada data.

Atenciosamente,



Salma Jerge Cury- Masp- 49065
Resp. pela 32ª DRE

Ilma. Sra.
Maria Vicentina Campos Gerválho
D.D. Superintendente Administrativa
SEE - Belo Horizonte

Fonte: Arquivos da 32ª DRE

Dentre os profissionais autorizados, procedeu-se à escolha dos gestores para ocuparem os cargos comissionados disponíveis (alguns foram selecionados por indicação política, procedimento recorrente na época), levando-se em conta a competência, conhecimento, espírito de liderança, habilidade para planejar e controlar o fluxo de trabalho, contornar os desafios e capacidade de perceber o perfil esperado em relação a quesitos técnicos, comportamentais e aptidões apresentadas pelos profissionais para alocá-los na função adequada.

Para garantir maior produtividade e eficiência do trabalho, eram realizadas, diariamente, na residência de Salma, reuniões, conduzidas por ela com os coordenadores, objetivando:

- Discutir, planejar ações e criar estratégias para o início das atividades;

- definir metas e objetivos claros;

- explicar e orientar métodos de trabalho;

- decidir regras de rotina;

- integrar e promover o bom relacionamento interpessoal dos participantes a fim de efetuarem um trabalho articulado e harmônico;

- indicar e escolher os técnicos para integrarem uma das Divisões da DRE, considerando suas aptidões e habilidades, imprescindíveis ao desempenho da função.

Antes do início das atividades da DRE, o Centro de Recursos Humanos da SEE, em atendimento à solicitação da Delegada de Ensino realizou, em Belo Horizonte, no período de 15 a 18 de dezembro de 1986, treinamento para 20 (vinte) profissionais objetivando oferecer o aporte necessário para execução, com eficiência e competência, das atividades peculiares às atribuições, compreensão da estrutura e funcionamento da SEE e DRE, bem como o intercâmbio de relacionamento entre ambas.

Os técnicos da 26^a DRE de Uberlândia capacitaram as equipes da DRE de Ituiutaba, por inúmeras vezes, de acordo com as funções inerentes ao cargo a ser exercido por cada um. A Delegada de Ensino e os Coordenadores também participaram dos referidos treinamentos.

Toda a documentação pertencente à jurisdição da 32^a DRE, foi encaminhada pela 26^a DRE, para sua respectiva posse e guarda.

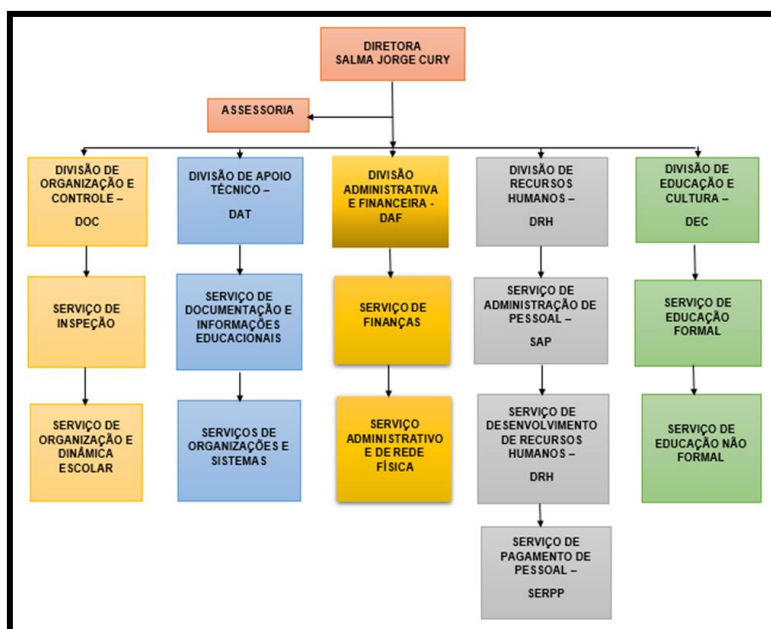
No dia 05 de janeiro de 1987, a 32^a DRE de Ituiutaba abriu suas portas para dar início às suas atividades, tornando realidade o sonho da comunidade ituiutabana e região, representando um importante marco para a história de Ituiutaba. Foi um momento mágico, emocionante, mas desafiador, de reflexão, ansiedade, inquietação, conhecimento e conscientização dos funcionários que escolheram dar novos rumos a sua carreira profissional.

De acordo com Paulo Freire:

Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta. Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político e seria uma ingenuidade não reconhecer que os sonhos têm seus contra-sonhos. (FREIRE, 2000, p.26).

As atividades desenvolvidas pela DRE eram diversificadas em cada um de seus setores e divididas em uma das 5 (cinco) Divisões a seguir: Divisão de Apoio Financeiro (DAF), Divisão de Recursos Humanos (DRH), Divisão de Educação e Cultura (DEC), Divisão de Organização e Controle (DOC) e Divisão de Apoio Técnico (DAT), conforme organograma, abaixo:

ILUSTRAÇÃO 8 — Organograma da 32ª Delegacia de Ensino de Ituiutaba



Fonte: Organograma elaborado por Sandra Virginia Amaral Curi, conforme informações colhidas em entrevista com Salma Jorge Cury, em 19 abr. 2021.

A 32ª DRE foi criada e instalada na vigência da Lei nº 5692/71, de 11/08/71, " que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências". Foi promulgada no contexto da ditadura civil-militar e implementou permanentes mudanças nas concepções de educação que vinham se delineando na época. Ela modificou a organização do ensino no país, na qual o curso primário e o antigo ginásio se tornaram um só curso de 1º grau, e o Ensino Médio, o de 2º grau.

Oferecer um ensino de qualidade nas escolas públicas consistia em um desafio constante do sistema educacional de Minas Gerais que sempre fomentou reflexões e ações assertivas visando o aperfeiçoamento do trabalho realizado por gestores e profissionais da educação.

A função básica das Delegacias Regionais de Ensino era intermediar a administração do Órgão Central, com as instituições de ensino estaduais, inspecionar e assessorar as redes municipais e particulares sob sua jurisdição, bem como observar o cumprimento das diretrizes educacionais normatizadas pela Secretaria de Estado de Educação.

Nesta perspectiva, foram empreendidas várias estratégias para vencer o enorme desafio de melhorar a aprendizagem dos alunos, pautadas na necessidade de se repensar, reinventar, planejar e delinear treinamentos, oficinas, encontros e

orientações com ênfase no professor, principal agente motivador, indispensável para a qualidade do ensino.

Desde então, os técnicos da Delegacia Regional de Ensino sempre exigiram de si absoluto rendimento e produtividade, através de um trabalho integrado para alicerçar os pilares de uma educação renovada.

A partir da instalação da 32^a DRE, Salma sempre cobrou e lutou pela criação do Quadro de Pessoal da DRE, que deixou de ser cogitado. Ao perceber que os servidores em exercício no Órgão, com Autorização Especial demonstravam insatisfação, preocupação e insegurança em relação à situação funcional, a Delegada encaminhou o Ofício abaixo, solicitando, com urgência, a criação do referido Quadro.

ILUSTRAÇÃO 9 — Ofício de solicitação de Quadro

M. 734579/1.2
 Livro n.º 06
 0209.87

386/87

Solicitação/Faz
 de Estado da Educação
 32ª DRE de Ituiutaba/Gab.

Ituiutaba, 31 de agosto de 1987

Senhor Secretário:

- Considerando a criação da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba em 16.10.86, sua instalação e funcionamento a partir de 05.01.87;

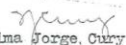
- Considerando que tiveram autorização especial 70 (setenta) elementos, dos quais oito desistiram;

- Considerando que o atendimento à jurisdição é intensa, que o trabalho tem sido desenvolvido de maneira consciente, em consonância com a responsabilidade assumida;

- Considerando já estamos em setembro, sem definição ainda do quadro da DRE, o que gera inquietação no grupo de trabalho.

Vimos, pelo exposto, solicitar urgência na criação do quadro da 32ª DRE, pois a mesma é importante para a região e pelo trabalho sério de seus servidores, a criação do quadro, coroaria de êxito a tarefa já iniciada.

Atenciosamente,


 Salma Jorge Curry
 Diretor I - 32ª DRE

Ilmo. Sr.
 Luiz Gonzaga Soares Leal
 DD. Secretário de Estado da Educação
 BELO HORIZONTE - MG

Fonte: Arquivo do Gabinete da SRE de Ituiutaba.

Porém, essa situação só foi definida em fevereiro de 2001, quando o então governador Itamar Franco determinou, através de Decreto a realização de concurso público para provimentos de cargos na área da educação, inclusive para as SREs.

Naquela época, os recursos tecnológicos eram escassos e os aparelhos utilizados, apesar de parecerem antigos e obsoletos atualmente, já foram significado de avanço tecnológico e modernidade, sendo os mais lembrados até hoje: Walkman, fitas cassete, videocassete/VHS (revolucionaram e inovaram a década de 80), CDs, câmera instantânea Polaroid, projetor de slides, disquetes, gravador, aparelho de som portátil, TV e monitores de tubo, relógio com calculadora, e máquina elétrica de datilografia, hoje em desuso.

Todo o expediente da Regional era executado em máquinas de datilografia, onde os datilógrafos (especialistas na arte de escrever à máquina) eram responsáveis pela digitação de textos, ofícios, relatórios e demais documentos elaborados pelo Gabinete da Delegada e funcionários das Divisões. Após redigidos, os documentos eram encaminhados aos técnicos que realizavam o registro datilográfico que colhiam as assinaturas imediatamente para serem encaminhados aos destinatários e à SEE, via malote. Geralmente demandava tempo para a conclusão dos documentos, pois eram colocados em ordem para serem datilografados.

A comunicação entre as pessoas era feita através de telefone, correspondências via correio, jornal, ¹telégrafo e ²fax, o qual era a ponte entre SEE/DRE/Escolas.

Não havia internet como conhecemos hoje. Havia um servidor no qual os usuários entravam para terem acesso a alguns dados e serviços. O uso simultâneo da Internet e do telefone eram proibidos, pois a cobrança era feita por pulsos, tornando muito caras as conexões.

O primeiro computador da DRE foi enviado pelo Governo Federal, em 1993 para realizar o Sistema de Gestão de Pessoal (Sigep), na Divisão de Apoio Técnico (DAT).

Para a operacionalização e implementação do Programa no Órgão regional, a coordenadora da DAT, juntamente com outra técnica participaram de treinamento na Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais (Prodemge), em Belo Horizonte, durante uma semana.

Aos poucos, a SEE e o Governo Federal enviavam computadores para a DRE, os quais eram muito disputados pelos técnicos de cada Divisão, que tinham pouco acesso a eles. Atualmente são substituídos por outros cada vez mais modernos e avançados

Em 1990, após o vencimento do contrato de locação do prédio, Salma incumbiu-se da mudança de endereço da 32^a

¹ Telégrafo: considerado equipamento que originou, basicamente, as telecomunicações e foi o precursor da internet.

DRE para o antigo prédio do Colégio São José, situado na Avenida 5, nº 384, centro, que oferecia condições mais favoráveis para o desempenho das atividades dos servidores.

ILUSTRAÇÃO 10 — Antigo prédio da 32ª DRE



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba.

Em 29 de dezembro de 1994, as Delegacias Regionais de Ensino sofreram alteração em sua nomenclatura mudando para Superintendências Regionais de Ensino (SRE), conforme artigo 13 da Lei nº 11.721, (anexo II).

Assim, a 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba passou a denominar-se 16ª Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, classificada na forma do Anexo V da

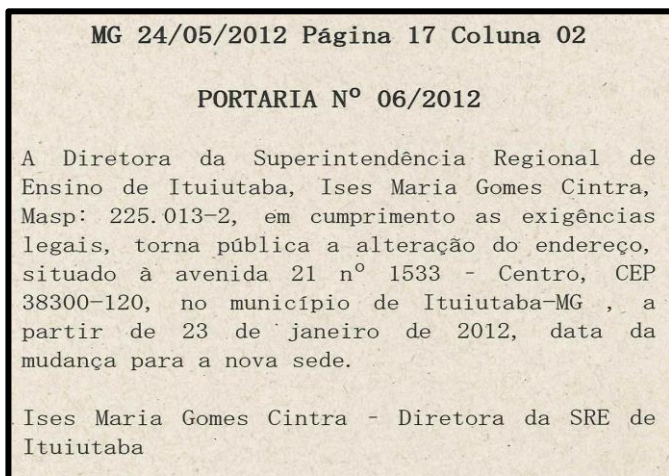
² Fax: aparelho que reproduz e transmite mensagens via linha telefônica

referida Lei sancionada pelo Governador Hélio Garcia. Atualmente, a numeração não é mais utilizada.

Com o desgaste do tempo, o antigo imóvel do Colégio São José, além de ser inacessível, começou a apresentar vários problemas estruturais que se manifestavam principalmente, através de trincas e rachaduras nas paredes, infiltrações, goteiras, grande quantidade de mofo e problemas nas redes elétrica e hidráulica, tornando-o insalubre. Além disso, foi vendido, tendo que ser desocupado dentro do prazo estipulado pelo comprador.

Assim, a partir de 23 de janeiro de 2012 a SRE passou a funcionar em outro prédio alugado onde ainda permanece, conforme Portaria nº06/2012:

ILUSTRAÇÃO 11 — Portaria nº06/2012



Fonte: JORNAL DE MINAS GERAIS, col. 2, 24 maio de 2012, p. 17.

ILUSTRAÇÃO 12 — Imagem do prédio onde atualmente funciona a SRE de Ituiutaba.



Fonte: Jornal Folha da Região (11/12/2015, p.1)

O compromisso, engajamento, a importância e responsabilidade deste Órgão Público Estadual é reconhecido não só na jurisdição, mas em outras instâncias, pela sua organização e inestimáveis serviços de apoio à administração e comunidade escolar, especialmente pelos esforços dedicados à estrutura pedagógica das escolas.

A Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba é hoje, uma jovem senhora de 35 anos bem vividos, cujo sucesso é resultado de muito trabalho, determinação e superação, pois para conquistar seus “bônus” foi preciso plantar e semear sonhos e ideais, cultivá-los e esperar o tempo da colheita, cuja semeadura continua gerando belos frutos.

É imprescindível reconhecer que a criação desta Instituição Educacional significou um ganho inestimável para toda comunidade; foi um presente de Deus que veio coroar de glória a educação.

Até hoje, continuam jurisdicionados à Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba os mesmos municípios desde sua implantação, perfazendo um total de 84 escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim distribuídas: 30 escolas estaduais, 39 escolas municipais e 15 escolas particulares.

Desde sua criação, além da primeira “Delegada Regional de Ensino” da 32ª DRE de Ituiutaba, Salma Jorge Cury (1986-1994), também foram dirigentes desse eminente Órgão: Márcia Antônia de Moraes Arantes (1994-1998), Allan Kardec Cândido dos Reis (1998 -2000), Ises Maria Gomes Cintra (2000-2015), Maria José da Silva Paula (2015-2018), Carlos Henrique Araújo Vidigal (2018-2019), Silvana Ramalho (setembro a dezembro de 2019) e Luciene Teresinha Souza Bezerra que permanece no cargo desde dezembro de 2019.

Em síntese, fiz um magnífico passeio pelo tempo, revisei o passado e transferi para o presente, acontecimentos, pessoas e lugares que ficarão grifados para sempre em nossas memórias.

2 — SALMA JORGE CURY: “A PRECURSORA DA 32ª DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA” (1986—1994)

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante.” (SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 59).

ILUSTRAÇÃO 13 — Salma Jorge Cury



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba

Salma Jorge Cury foi pioneira, a primeira “Delegada” de Ensino da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba.

Sexta filha de Dona Tamina Abrão e Senhor Jorge José Cury, imigrantes libaneses que constituíram numerosa família de 10 filhos.

Nasceu em Monte Alegre de Minas, onde iniciou o curso primário no Grupo Escolar Tancredo Martins e em 1948, passaram a residir em Ituiutaba.

Fez o Curso de Admissão e o Ginásial no Instituto Marden- Ituiutaba-MG e o Curso de Formação de Professor na Escola Normal “Dr. Benedito Valadares” – Ituiutaba-MG, sempre demonstrando interesse pela educação. Paralelamente, trabalhou como funcionária pública municipal.

Aprovada no concurso público do Estado de Minas Gerais para professora primária e nomeada em 1957, tomou posse no Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, onde iniciou sua carreira na área educacional.

Sempre independente e destemida, foi uma mulher à frente do seu tempo. Ocupou vários cargos públicos em diversos lugares e teve uma vida dinâmica e promissora.

Em 1962, concluiu o curso de Administração Escolar ofertado pelo Instituto de Educação — Belo Horizonte - MG.

Em 1963, retornou para Ituiutaba e atuou como Orientadora de Ensino no Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado e Professora de Didática e Prática de Ensino na Escola Normal Dr. Benedito Valadares e Colégio Santa Tereza.

Até então, o método de alfabetização conhecido e aplicado era o Sintético; e então, implantou o Método Global Científico, com inovadoras e aprimoradas técnicas, até então desconhecidas em nossa cidade e o cartaz valor de lugar no ensino da Matemática, verdadeiro sucesso.

Em 20 de setembro de 1963, nos termos do artigo 235 do Código de Ensino Primário, foi designada para dirigir a 64^a Inspetoria Seccional de Ensino Primário de Ituiutaba, com sede em Ituiutaba.

A 64^a Inspetoria incorporava dez municípios: Cachoeira Dourada, Capinópolis, Canápolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiacú, Monte Alegre, Prata, Santa Vitória e Tupaciguara.

Afeiçoada pela sua área de atuação, regressou para Belo Horizonte visando investir em seu crescimento profissional como educadora, onde cursou o Curso de Pré-Escolar no Instituto de Educação e o Curso de Supervisão e Currículo na Divisão de Aperfeiçoamento de Professores (DAP).

De acordo com o Ato Coletivo do Senhor Secretário, de 04/08/1967, Salma foi designada para prestar serviços no Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, conforme Convênio firmado entre a SEE/MG e aquele Órgão, sendo convidada para ministrar aulas no Curso de Reciclagem de Diretores em Natal, Rio Grande do Norte (convênio DAP-INEP), onde desenvolveu importante trabalho pedagógico.

Concluído o convênio, retornou para Belo Horizonte para trabalhar na Secretaria de Estado de Educação e cursar Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais — FAE-UFMG.

Conforme MG de 10/06/71, por ordem do Senhor Secretário, passou a assumir exercício no Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

Em 01/03/1972, sendo Governador de Minas Gerais Rondon Pacheco e Dr. Caio Benjamin, Secretário de Estado da Educação, Salma foi escolhida, por mérito, para exercer o cargo de Delegada de Ensino da 14ª Delegacia Regional de Ensino de Nova Era, com sede em Nova Era, onde permaneceu até 15/03/1980.

Até hoje, é lembrada com muito carinho e gratidão por todos que compartilharam de sua trajetória ao longo de 8 anos que, com muita dedicação e esmero dirigiu aquele Órgão.

Em 1980, foi convidada pelo Secretário de Estado de Educação, Paulino Cicero para dirigir o Centro de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Após deixar esse cargo, passou a exercer a função de Inspectora Escolar na 1ª Delegacia Regional de Ensino de Belo Horizonte como coordenadora do Núcleo de Inspeção, durante 1 ano. Em 1986, concluiu o Curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), em Belo Horizonte.

É importante destacar um elogio registrado em sua ficha funcional no campo Elogio ou Punição, o que demonstra que Salma costumava sobressair em todas as suas intervenções: "O Presidente da Comissão Executiva das Atividades a Cargo do Governo do Estado de Minas Gerais, por ocasião da visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II, em Belo Horizonte faz intenso elogio e presta elevado reconhecimento pela devotada colaboração prestada pela servidora a qual permitiu o perfeito esquema de Assistência ao público, em 01/07/1980, conforme Ofício 4.863, de 04/07/1980. "

Enquanto isso, a comunidade ituiutabana e da região clamava veementemente pela criação de uma Delegacia Regional de Ensino em Ituiutaba, que na época pertencia à 26ª DRE de Uberlândia.

Foram congregados vários esforços e movimentos de populares e lideranças políticas, entidades de classe, associações, clero e comunidade escolar, especialmente dos políticos do PMDB que apoiavam o candidato a governador.

Assim, em 16 de outubro de 1986, o Governador de Minas Gerais Hélio Garcia, assinou o Decreto nº 28257/86, criando a 32ª DRE de Ituiutaba sendo jurisdicionados a ela os municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Canápolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiaçu e Santa Vitória.

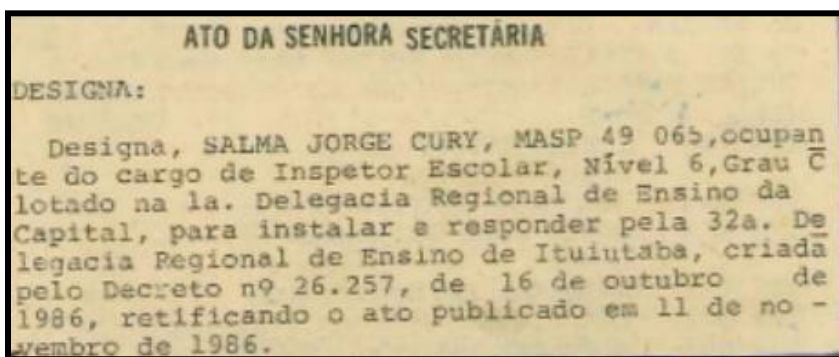
Após reunião do partido para a escolha da Delegada de Ensino, ficou deliberado que convidariam Salma Jorge Cury,

considerando ser uma pessoa bem-sucedida, sua história de vida e também de suas ideias, talentos e habilidades pessoais e profissionais.

Acostumada a não desistir de tentar e acreditar na capacidade de vencer, Salma aceitou o convite com muita satisfação, convicta de que este seria mais um grande desafio a enfrentar em sua vida.

Em 02 de dezembro de 1986, foi publicado no MG seu Ato de Designação para instalar e responder pela 32ª DRE de Ituiutaba, assinado pela Secretária de Estado de Educação, Maria Eugênia Murta Lages:

ILUSTRAÇÃO 14 — Ato de Designação de Salma



Fonte: Arquivo do Gabinete da SRE de Ituiutaba.
MG 02/12/86, p. 09, col. 03

Em 09 de novembro de 1986, o Governador Hélio Garcia e sua comitiva compareceram em Ituiutaba para a inauguração oficial e solene da 32ª DRE, com a presença de várias

autoridades, comunidade escolar e demais cidadãos ituiutabanos.

Para alegria de todos, no dia 05 de janeiro de 1987, descerraram-se as portas da 32ª DRE, para dar início ao seu funcionamento administrativo juntamente com a equipe inicial, realizando um antigo e substancial sonho de toda a sociedade.

Durante sua gestão à frente da DRE, Salma realizou um trabalho exemplar, sempre pautado pela ética, profissionalismo, seriedade, dedicação, honestidade e respeito, objetivando garantir maior eficiência e produtividade em prol da educação, em consonância com a política educacional da SEE.

Apesar de muito exigente e severa, tinha como ideal a justiça, a retidão e o respeito à igualdade, sem distinção, imparcialidade ou favorecimento, nem se deixava abalar pelo descrédito dos outros. Não envolvia sua vida pessoal com a profissional, esquecendo as diferenças e os desafios subjetivos em função do cargo, conquistando, assim, a confiança de todos.

Como a vida se resume em fases e todas elas passam, após incansáveis anos dedicados à educação, dentre os quais, oito deles à DRE de Ituiutaba, Salma decidiu atribuir um novo significado à sua vida, dar-lhe um novo rumo, alçar novos voos. Como as borboletas, há um momento em que precisam passar por uma grande transmutação.

E foi então que em março de 1994, a Delegada Salma Jorge Cury afastou-se do exercício do cargo efetivo para aposentar-se, deixando sua marca tatuada na história da DRE/SER, sendo lembrada até hoje, com muita gratidão.

Reconhecemos a importância de seu trabalho pioneiro que nos deixou um legado de ética, honestidade, integridade, seriedade, trabalho, honradez, profissionalismo e luta por objetivos e ideais, determinantes para inspirar e agregar valores na vida de seus sucessores.

Atualmente, reside nesta cidade onde exerce a profissão de advogada. Amante de viagens, aproveita suas horas vagas para ler, estudar, passear e registrar os momentos únicos de sua vida nos vários lugares por onde andou e escrever belos poemas.

Não há como contestar que a palavra que nutre nosso sentimento hoje é GRATIDÃO.

As fotos a seguir destacam Salma com as equipes das Divisões da 32ª DRE.

ILUSTRAÇÃO 15 — Aniversário surpresa de Salma em 21 de maio de 1987. Padre Osvaldo Tagliari, abençoando Salma pelo seu aniversário



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba

ILUSTRAÇÃO 16 — Salma com a equipe da Divisão de Organização e Controle (DOC)



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba

ILUSTRAÇÃO 18 — Salma com a equipe da Divisão de Educação e Cultura (DEC)



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba

ILUSTRAÇÃO 19 — Salma e a equipe de Divisão Administrativa e Financeira (DAF)



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba

ILUSTRAÇÃO 20 — Salma com a equipe da Divisão de Recursos Humanos (DRH)



Fonte: Arquivo da 16ª SRE de Ituiutaba

3 — DÉCADAS DE 80 E 90 COMO CENÁRIO DE MUDANÇAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

“Interpretar a história é uma tarefa intelectual das mais complexas. Significa reconstruí-la e não resgatá-la de maneira pura. Reconstruir os fatos, ambientes e circunstâncias do passado é um grande desafio. Se o leitor tentar resgatar as suas experiências mais marcantes, verificará que isso frequentemente reduz a dimensão das dores e dos prazeres vividos no passado. [...]. Todo resgate do passado está sujeito a limitações e imperfeições. ” (CURY, 1999, p.12.)

Reviver as décadas de 80 e 90 intenciona proporcionar o entendimento do cenário institucional da educação pública mineira daquele período onde o conceito de democratização influenciou as políticas educacionais de Minas Gerais que buscou, incansavelmente, várias maneiras de se lidar com a gestão educacional/escolar.

Os anos 80 foram marcados por processos de grandes transições na política social e educacional mineira, cujo empenho de democratização das relações de poder na escola pública influenciou diretamente no trabalho docente.

As mudanças na educação transcorreram na conjuntura do movimento de democratização social e política do país, que se engendrava desde o período de ditadura militar, período em que o povo reivindicava pelo direito de participar das decisões sobre o futuro do país.

Em novembro de 1982, Tancredo Neves foi eleito Governador do Estado de Minas Gerais e atuou no cargo por dois anos. Afastou-se para concorrer à Presidente da República, sendo eleito em 1985.

O Governador nomeou o professor Otávio Elísio Alves de Brito para Secretário de Estado da Educação, o qual convidou o ilustre Professor Neidson Rodrigues para dirigir a Superintendência Educacional da SEE.

Em seu plano de Governo afirmava, constantemente, sobre sua convicção democrática em relação à busca de soluções para sanar os problemas educacionais que deveriam ser encontrados através de um amplo debate entre profissionais da educação, entidades de classe, parlamentares e comunidade em geral.

[...] tal discurso vinha ao encontro das expectativas de uma população carente de maior participação em seu destino e ansiosa por um governo que tornasse realidade a tal almejada democracia. (CASTRO, 1994, p.28 apud ANDRADE, 2007 p.55)

Em 1983, equipe da SEE idealizou e implementou um extenso processo de consulta a professores, funcionários, estudantes e pais: “*A Proposta de Educação para a Mudança*” acreditando que “[...] a participação direta da sociedade na elaboração de um projeto educativo para Minas Gerais viria assegurar sua qualidade e legitimidade” (MINAS GERAIS, 1983, p. 53)

O movimento “Educação para Mudança” apresentava os seguintes aspectos que deveriam ser analisados e discutidos por toda a sociedade:

- a) O restabelecimento da dignidade da escola pública para que desempenhasse seu papel de democratização da cultura e do saber acumulado;
- b) esforço de expansão do ensino de 1º Grau, tanto na oferta de vagas quanto na qualidade do ensino;
- c) recuperação da Secretaria de Estado de Educação como espaço de discussão sistemática das questões educacionais;
- d) descentralização administrativa e pedagógica;
- e) desenvolvimento de ações que contribuíssem para erradicar o analfabetismo, notadamente, um programa de alfabetização de adultos;
- f) atendimento pré-escolar;
- g) redefinição da política não paternalista de assistência ao educando;
- h) realização do Congresso Mineiro de Educação (MINAS GERAIS, 1983, p. 54-55 apud ANDRADE, 2007, p.56-57).

O I Congresso Mineiro de Educação (CME), realizado em 3 etapas no período compreendido entre 04 de agosto a 07 de outubro de 1983, foi o apogeu da referida Proposta considerada como “[...] estratégia privilegiada de participação” (RODRIGUES, 2000, p. 131), onde teve início a Proposta de Gestão Democrática.

Ela visava, principalmente, a democratização da escolha de dirigentes, através do processo de eleição direta para Diretores das escolas e a democratização da tomada de decisões, representada pelo Colegiado.

Porém, a propositura de eleição direta para Diretores das Escolas Estaduais não foi consumada durante o Governo de Tancredo Neves, nem no 1º mandato de Hélio Garcia. A

nomeação de Diretores como cargo de confiança, avantajava-se por indicação de político dominante da região. Somente em 1991 esse processo foi colocado em prática.

O movimento “Educação para a Mudança idealizou o Colegiado e através da declaração do Secretário da Educação, Otávio Elisio, percebemos sua importância:

Com o Colegiado e a Assembleias Escolar, a escola atingirá a democracia, pois todas as decisões adotadas serão traçadas pelo Colegiado [...]. Os Colegiados poderão promover uma verdadeira reforma no processo educativo, tanto do ponto de vista pedagógico quanto administrativo. Mas sua criação não significa um esvaziamento do cargo de diretor de escola, uma vez que a presidência será ocupada pelo Diretor. O que haverá é democracia e participação da comunidade na condução do destino da escola [...]. (MINAS GERAIS, 1983 e, p. 3, apud ANDRADE, 2007 p. 69)

O Colegiado foi instituído pela Resolução nº 4787/83, de 28/10/83 (MG, 1983 d), que previa sua imediata implantação no início de 1984. As determinações dessa Resolução foram intensificadas pela Resolução nº 4811/84, que dispunha em seu Artigo 5º, Seção I que “as diversas instituições escolares devem constituir-se em instrumentos que viabilizem a prática democrática através da participação, assegurando um processo educacional vinculado às demandas sociais. ” (Minas Gerais, 1984 d, p.10)

Em 1987, a Proposta Educação para a Mudança foi interrompida pelo Governador do Estado Newton Cardoso,

descontinuando, assim, os Colegiados nas escolas estaduais. Somente em 1992, foram reinstituídos através do Decreto nº 33.334/92 de 16/01/92.

A programação da Secretaria de Estado da Educação prevista para o quadriênio 1984-1987, foi elaborada de acordo com as diretrizes do Plano Mineiro de Educação que apresentava 4 Programas básicos, dentre os quais destacamos: Programa de Apoio às Ações Educativas, e a Proposta de Alfabetização para a faixa etária de 7 a 14 anos.

O Programa de Apoio às Práticas Educativas era integrado pelos Projetos: Expansão de Ofertas Educacionais, Assistência ao Educando e Reorganização Administrativa.

Lançado em 1985, o Projeto Expansão de Ofertas Educacionais e Melhoria no Atendimento Escolar visava promover a expansão de ofertas educacionais e a melhoria do atendimento escolar através de uma política focada na redução das desigualdades e de ofertas educativas, por meio da participação das comunidades, a fim de assistir, prioritariamente, a população de baixa renda.

Em todo o Estado, esse Projeto foi realizado em duas etapas: uma em nível municipal e outra nas sedes das Delegacias Regionais de Ensino que receberam, em agosto de 1985, as propostas enviadas por cada escola para serem inseridas no Plano de Expansão de Ofertas Educacionais, de 1986. As mesmas abordavam sobre a melhoria na rede física

das escolas, mobiliário, cobertura de quadras, instalação de gabinete dentário, instalação de turmas de 5^a a 8^a séries, dentre outras.

O Projeto Assistência ao Educando objetivava implementar ações voltadas para a saúde escolar por meio da prestação de assistência médica em geral, oftalmológica e odontológica em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, e a garantia de alimentação escolar para os discentes das redes municipais e estadual através da distribuição de gêneros alimentícios para as escolas, com recursos financeiros repassados às Caixas Escolares.

O Projeto de Reorganização Administrativa era inerente à estrutura organizacional da SEE/MG e das Delegacias Regionais de Ensino.

Após a confirmação de que a forma de organização escolar estruturada na 1^a e 2^a séries era um fator que ocasionava os altos índices de repetência e evasão, foi concebida a Proposta de Alfabetização para o Estado de Minas tendo em vista os objetivos estanques de cada série e a diversidade do grupo de alunos atendidos.

De acordo com a SEE/MG, a proposta pretendia, além de reduzir a evasão e a repetência nas duas primeiras séries, melhorar a qualidade do processo de alfabetização, visto que “[...] dava liberdade à escola para se estruturar

pedagogicamente, legitimando alternativas de solução mais adequadas à sua realidade. ” (MINAS GERAIS, 1984, p. 9).

O Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) foi estabelecido através da Resolução nº 5231/84, de 06/12/84 e pela Instrução nº 006/84 que orientava as escolas estaduais quanto a sua instituição. Era desenvolvido em 2 anos letivos, aglutinando os objetivos e as atividades da 1ª e 2ª séries do 1º Grau.

Em 1985, foi implantado em todas as escolas estaduais, objetivando assegurar aos alunos o domínio dos processos de leitura, de escrita e de operações matemáticas em seus aspectos fundamentais, sendo que os demais componentes curriculares seriam desenvolvidos de maneira integrada ao processo de alfabetização, sendo acompanhado e avaliado pelas escolas, equipes técnicas dos órgãos regionais e central.

A implantação do CBA foi considerada a maior transformação ocorrida na prática docente, na 1ª série, na década de 80.

Nos mandatos de Tancredo Neves e Hélio Garcia (1983-1987) foram concretizadas ações efetivas que promoveram mudanças importantes no setor educacional mineiro.

O governo atendeu parcialmente as propostas decorrentes do I Congresso Mineiro de Educação (CME) como a priorização dos Colegiados em 1983 e a contratação dos professores através de Concurso Público a partir de 1984.

Em 1986, o resultado das eleições para governador foi favorável a Newton Cardoso que não se interessou em dar continuidade às políticas educacionais traçadas e instituídas pelo governo anterior. Assim, tomava decisões de forma absoluta e centralizadora concedendo, por meio de prática clientelista, quase todos os cargos de chefia a pessoas sem qualquer experiência na área educacional. Os colegiados ficaram inoperantes e a administração participativa das escolas estaduais foi desprezada.

Cunha considera o governo mineiro de 1987 a 1991 como um processo de “desmontagem”, ao afirmar que:

A política educacional de Newton Cardoso (se se pode chamar assim as medidas que foram sendo tomadas na área) resultaram numa completa demolição do que havia sido erigido na gestão anterior. (CUNHA,1985, p.7187 apud ANDRADE,2007, p. 108).

Além de descontinuar as demandas propostas pela administração anterior, foram executados vários projetos que acirraram revolta na comunidade e funcionalismo público que, se sentindo ameaçados e pressionados, mobilizaram-se por meio de expressivas manifestações contra as atitudes autoritárias do governo que não cumpria os acordos, nem atendia as reivindicações da categoria, inclusive aquelas pertinentes à democratização do Sistema Estadual de Educação. Foi um período tumultuado marcado por lutas, confrontos e hostilidades. Segundo Rocha:

O setor da educação, como tantos outros da administração pública, passou a funcionar em estado precário: alunos sem professores, escolas em péssimo estado físico, demissão de pessoal e eliminação de funções nas escolas, como Supervisores e Orientadores. Foram alterados os mais diferentes aspectos da estruturação do setor por intermédio de Decretos, elaborados pelo governador e seus auxiliares mais próximos, em nome de uma racionalidade administrativa que se reduzia ao aspecto de cortar gastos. (ROCHA, 2003, p. 6 apud ANDRADE, 2007 p.110)

Desde o início dos anos 90, o Brasil vem mantendo-se num contexto de reforma educacional.

Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, considerada a mais importante solenidade sobre educação ocorrida no século passado.

As decisões aprovadas consensualmente pela maioria foram condensadas na Declaração Mundial de Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem que fundamentou o Plano Decenal de Educação para Todos, no período de 1993 a 2003, publicado pelo Ministério da Educação e Desporto.

Subsequentemente, Secretaria de Estado de Educação publicou o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais, construído em conformidade com a responsabilidade

assumida por cada município com foco num ensino de qualidade para todos os discentes.

“As principais dimensões das reformas educativas na década de 90 estão relacionadas a: financiamento e gastos, estrutura organizacional e sistema decisório, relação público/privado, dimensão didático pedagógica e monitoramento e controle de qualidade. ” (DRAIBE 2000, apud MATTOS, 2000 p. 02)

Em 1991, Hélio Garcia, governador eleito para assumir o exercício do mandato 1991-1994, recebeu como legado um sistema público precário e desorganizado em consequência do comportamento autoritário, centralizador e conflitante de seu antecessor.

Usando o discurso de promover “Uma Nova Era” em Minas Gerais, Hélio Garcia tratou a política educacional como prioridade, sob o argumento de que a mesma figurava como um importante fator de desenvolvimento econômico (SILVA,1999 apud FÉLIX,2009 p.4)

Nomeou, para Secretário de Estado de Educação Walfrido dos Mares Guia Neto, importante empresário do setor educacional que, ao lado de seu irmão João Batista dos Mares Guia assumiu a condução da política pública educacional no estado.

Neste mesmo ano, Walfrido participou do Seminário Educação: A Hora da Chamada, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, onde, através da Conferência “A

Realidade da Educação em Minas Gerais”, defendeu a necessidade de se fomentar uma reestruturação do sistema educacional, visando a melhoria da escola pública mineira:

[...] a baixa produtividade e o grau de número de jovens fora da sala de aula recomendam que o governo dê prioridade à melhoria da qualidade do ensino básico, que vai do pré-escolar ao 2º grau. (NETO, 1991 apud MATTOS, 2001, p. 189).

O Secretário finalizou a Conferência descrevendo a conjuntura atual da educação do estado com a seguinte metáfora:

Tudo se passa como se a Secretaria e as Delegacias fossem uma gigantesca tora de madeira num cais, à qual estariam presos por cabos 6500 navios que são as nossas escolas. Impossibilitados de procurar o seu próprio rumo e navegar mar adentro, os navios dependem de toda a sua energia desgastando-se, batendo uns contra os outros. Vamos cortar essas amarras e deixar que as escolas procurem o seu caminho, a sua identidade, auxiliadas pela comunidade. Os pais têm muito a dizer sobre aonde se quer ir e sobre a rota a ser percorrida. Para que os navios naveguem com pressa e com segurança, é preciso que os pais participem, entrem na escola; se a comunidade não se envolver para tornar possível a descentralização, não haverá solução para o problema da qualidade do ensino porque o Sistema é grande demais para funcionar de forma centralizada. (NETO, 1991, p.49)

O governo de Hélio Garcia era sinalizado pelo discurso da modernização da educação. Promoveu diversas transformações e foi o motivador do processo de implementação da política de

autonomia das escolas no Estado de Minas Gerais, iniciado a partir de 1991

Esse período perpassou por 3 gestões à frente do governo mineiro: de Hélio Garcia (1991-1994), Eduardo Azeredo (1995-1998) e Itamar Franco (1999-2002).

A reforma educacional de Minas Gerais, alicerçada no documento: A Promoção da Autonomia em Minas Gerais (1991-1998), foi considerada a mais inovadora e aguerrida política de reestruturação educacional da década. Tinha como prioridade a descentralização do serviço público, ou seja, delegar os serviços administrativos centralizados na SEE e DREs para as escolas. Assim,

A SEE iniciou o processo de implementação visando o fortalecimento das unidades escolares através da transferência do poder de decisão para as escolas — *a autonomia das escolas* — que se colocava como uma das cinco prioridades do governo articuladamente às abaixo discriminadas:

- fortalecimento da direção da escola através da liderança da Diretora e da participação ativa do Colegiado;
- aperfeiçoamento e capacitação dos professores, especialistas e funcionários;
- avaliação do sistema educacional;
- integração com os municípios. (NETO, 1991 apud MATTOS, 2001, p. 189).

Autonomia da Escola – Objetivava prover as escolas de instrumentos capazes de habilitá-las a elaborar um projeto educacional que atendesse à sua clientela específica. De acordo com a proposta, a escola seria a protagonista e mediadora do processo de ensino, uma vez que foram deliberadas a ela

autoridade e autonomia para construir seu caminho com esforços próprios.

Como centro de decisões, assumiria a responsabilidade de diagnosticar suas necessidades, definir suas prioridades e tomar decisões juntamente com a comunidade visando a qualidade do ensino.

“A Autonomia da Escola se operacionalizou através de dois processos: o primeiro é a Gestão Colegiada que envolvia a comunidade escolar nas decisões sobre o funcionamento da escola. O segundo era a elaboração e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), de forma conjunta com a comunidade.” (SEE/MG 1994 apud MATTOS,2003 p.100).

Como o papel da escola vai muito além do ensino, a política de autonomia da escola concretizou-se em 3 aspectos: administrativo, financeiro e pedagógico.

Autonomia Administrativa – A primeira providência consistiu em atenuar a desmedida centralização do sistema educacional, procedendo-se à análise da estrutura da SEE e de suas esferas intermediárias, colocando-as à disposição para a efetivação do fortalecimento das escolas.

Uma grandiosa reforma foi implantada no estado visando “racionalizar, descentralizar e agilizar” a administração pública. Para facilitar a disseminação e implementação do processo de descentralização administrativa nas escolas foram criadas equipes nas DRE incumbidas da divulgação das determinações referentes ao quadro de pessoal, bens patrimoniais, concurso

público, capacitação dos funcionários e preparação para a introdução da informática do sistema educacional. Portanto, coube às DRE fomentar a autonomia das escolas.

As atividades de administração de pessoal que antes eram executadas pelos técnicos das Delegacias Regionais de Ensino foram descentralizadas às escolas, que assumiriam um novo papel.

Autonomia Financeira — A descentralização financeira foi normatizada através de legislações, sendo indispensável a participação do Colegiado Escolar, órgão representante da comunidade escolar e responsável pela aplicação de recursos repassados para a Caixa Escolar e prestação de contas dos mesmos.

Os recursos financeiros “não vinculados” eram transferidos às escolas pela SEE através de Termo de Compromisso e aplicados conforme os objetivos e metas definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Os recursos “vinculados” eram enviados através de Convênios para serem gastos com projetos pedagógicos criados pela própria escola ou SEE, mediante aprovação do órgão regional e Colegiado Escolar.

A Autonomia Pedagógica caracterizou-se como um grande desafio a ser conquistado pelas escolas com muita responsabilidade e competência pelos seus dirigentes e comunidade escolar. Desde os anos 70, a equipe escolar já

demandava esforços para a obtenção de um espaço para debater sobre a autonomia pedagógica e, conseqüentemente, sobre as propostas inovadoras, uma vez que inferiam que esta seria uma das causas do baixo rendimento escolar. Durante conferência proferida pelo Secretário Walfrido dos Mares Guia, assim definiu a Autonomia Pedagógica:

[...]é o nosso grande desafio, porque a escola tem que conhecer a sua razão de ser, o que pretende fazer, a sua opção de como atuar. Implicitamente, a escola tem consciência de seus objetivos, mas normalmente tem dificuldade em explicitá-los. A simples interação da escola com a comunidade, buscando identificar com clareza a sua missão, já é capaz de mudar o clima dentro dela. A partir das discussões sobre o papel da escola, as pessoas passarão a se sentir mais motivadas a entender porque vale a pena esforçar-se para que a escola funcione bem. E perceberão que não vale a pena deixar que os problemas se compliquem antes de serem resolvidos. [...]. A autonomia pedagógica tem que ser conquistada pela escola. Não é possível garantir apenas com mudanças estruturais-descentralização e reorganização - a conquista dessa autonomia. [...]. As escolas deverão trabalhar os seus programas e currículos. Não se faz autonomia pedagógica apenas com boas intenções. É preciso um projeto escrito, fundamentado. A elaboração de um projeto pedagógico é uma tarefa difícil, mas essa é a verdadeira missão da escola. (NETO,1991, pg. 21).

Assim, partindo desta concepção, o Projeto Pedagógico, peça componente do Plano de Desenvolvimento da Escola, converteu-se na base para propor ações, constituir a identidade da instituição escolar, discutir, refletir e tentar solucionar as questões relativas a currículo, recursos materiais, melhoria do processo ensino-aprendizagem, desenvolvimento de projetos,

avaliação escolar e recuperação de alunos com dificuldades de aprendizagem, com definição dos responsáveis, prazos e orçamento. Porém, para sua concretização, o Projeto Pedagógico foi objeto de intensa resistência e antagonismo da equipe escolar.

O Fortalecimento da Escola, segunda prioridade estabelecida na política de reforma educacional, foi operacionalizado por meio da eleição de diretores e a reinstituição do Colegiado, ou seja, através da liderança do (a) diretor (a) e do Colegiado.

Para viabilizar a legitimação de mecanismos da gestão pública, a Resolução nº6.907, de 23/01/92 foi elaborada para estabelecer as normas complementares para a instituição e funcionamento dos Colegiados.

De acordo com Mares Guia,

Não é fortalecimento da diretora e sim da direção da escola [...]. É fundamental a liderança da diretora, apoiada pelo Colegiado, na criação de um ambiente propício à participação de todos[...]Trata-se de uma gestão em que a diretora é a autoridade responsável. Ela assumirá a responsabilidade pelas decisões nesse gerenciamento participativo. O Colegiado irá apoiá-la nas decisões mais essenciais: planejamento dos investimentos, fiscalização dos gastos, gerenciamento e movimentação dos recursos humanos, avaliação do sistema, participação nas decisões sobre a melhoria pedagógica da escola. (NETO, 1991, p.25)

Assim em 1991, o governador do estado decretou a Seleção Competitiva Interna de Provimento de Cargo Em Comissão de Diretor e da Função de Vice-Diretor de Unidade

Estadual de Ensino (Secom), com a participação da comunidade escolar, pois até então, os diretores eram indicados por políticos da base aliada do governo. Desta forma, a comunidade escolar conquistou seu espaço para a escolher o diretor, bem como o de participar das decisões referentes ao futuro da escola.

Inicialmente, os diretores, insatisfeitos e relutantes ao processo de escolha, entraram com recurso judicial para embargá-lo, mas não lograram êxito.

A terceira prioridade Aperfeiçoamento e Capacitação foi considerada pelo Secretário o maior desafio do governo tendo em vista a dimensão dos obstáculos: muitos professores do 1º grau não tinham o curso do magistério e os do 2º grau não tinham curso superior, ou seja, 12% dos docentes do sistema não possuíam habilitação mínima para exercerem suas funções.

A capacitação dos profissionais da educação tornou-se uma ferramenta indispensável para o alcance do principal objetivo: a melhoria da qualidade do sistema de ensino como um todo com foco na redução dos altos índices de repetência e evasão.

Para a instrumentalização dessa prioridade foram realizadas capacitações em serviço, cursos e treinamentos oferecidos pela DRE e SEE e encontros preparados pela própria escola, previstos em seu Plano de Desenvolvimento.

Considerando os compromissos assumidos pelo estado e as principais propostas delineadas no PDE, foram elaborados e implementados vários Projetos visando qualificar o pessoal das unidades de ensino, tais como: a formação de professores para atuarem nas primeiras séries, programa emergencial de habilitação nas últimas séries do ensino fundamental e de cursos de habilitação.

O Programa de Avaliação da Escola Pública de Minas Gerais, tido como a quarta prioridade para diagnosticar e nortear o processo educacional no Estado, foi instituído pela Resolução SEE nº6.908/92, surgindo, assim, uma cultura de avaliação, embora incipiente, que objetivava:

[...] medir o domínio dos conteúdos e das habilidades básicas e a verificação do nível de aprendizagem dos alunos. Através dos Questionários da Escola, respondidos pelo diretor, professores e representantes do Colegiado Escolar, foram avaliadas as condições de ensino-aprendizagem e os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos que estariam interferindo nos resultados apresentados pelos alunos... O Programa de Avaliação era um suporte capaz de fornecer informações importantes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento e do Projeto Pedagógico, colocados como condições básicas para que a escola pudesse refletir sobre seus resultados e buscar a melhoria de seu desempenho. (MATTOS, 2000, p.12).

Embora nem todos os objetivos do Programa de Avaliação tivessem sido alcançados, os resultados obtidos na primeira fase evidenciaram que, nessa perspectiva integrada e participativa de toda comunidade escolar, ele foi de extrema relevância, pois possibilitou conhecer, ponderar e discutir sobre

o desempenho dos alunos e da escola, identificar os pontos críticos que deveriam ser aprimorados, bem como planejar a organização do sistema educacional do Estado em sua totalidade.

Durante a implantação do Programa, houve protesto dos professores que manifestaram forte resistência, receosos de que os resultados apontassem baixa performance dos alunos e, conseqüentemente, o teor de sua prática profissional. Contudo, essa política de avaliação permaneceu até o final de 1998.

Como a quinta prioridade dessa política educacional, a Integração com os municípios prevista na LDB nº 9394/96, se materializou através do “Programa de Cooperação Educacional entre Estado e Município”.

Tendo em vista o levantamento feito pela Secretaria de Planejamento, a SEE propôs parceria com os municípios visando uma repartição plausível dos recursos destinados à educação. Conforme Palestra proferida por Mares Guia:

O Município, o Estado e a União são autônomos. A legislação federal tem que ser diretiva no que diz respeito ao Estado e o mesmo se aplica à legislação estadual no que concerne ao Município. O Município tem que gastar 25% do seu orçamento com educação; o nosso estado já está gastando 32%. Porém, se o Estado não gastar com competência e em sintonia com o Município, a nossa soma de dois mais um não dará três. Perderemos por falta de entrosamento. (NETO, 1991, p.31).

Assim, a proposta de municipalização do ensino fundamental já iniciada anteriormente, foi retomada.

3.1 — Projeto Qualidade da Educação Básica de Minas Gerais — PróQualidade

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, foi iniciado o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e em 20/12/1996, foi sancionada a Lei nº 9394/96, que deveria entrar em vigor a partir do ano seguinte, cabendo aos governos estaduais formularem sua política pública educacional alicerçada nas normas da LDB.

Em 1994, Eduardo Azeredo foi eleito governador de Minas Gerais, juntamente com o vice Walfrido dos Mares Guia, sendo nomeado como Secretário de Estado da Educação, João Batista dos Mares Guia.

No final do governo de Hélio Garcia (1994) e durante a administração de Eduardo Azeredo (1995-1998), preponderaram as bases do Programa Qualidade na Educação em Minas Gerais — PróQualidade- instituído através do Decreto nº 35.423/94, de 03/03/1994, baseando-se em três objetivos:

I- Fornecer às escolas estaduais as condições essenciais para o exercício da autonomia pedagógica, administrativa e financeira;

II- promover a melhoria da qualidade do ensino através de ações simultâneas e coordenadas de desenvolvimento

curricular, o treinamento e a aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;

III-reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar. O Programa foi financiado com avultados recursos (US\$302 milhões) provenientes do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) que além de financiar, também direcionavam a trajetória da educação mineira.

Ao assumir, o governador não interferiu, nem modificou a organização educacional existente; aliás, manteve a implantação do Pró Qualidade, projeto audacioso que propunha abranger todas as escolas da rede estadual de ensino.

Azeredo propagava na mídia que durante seu mandato ocorreria uma legítima “revolução” na educação, uma vez que esta era sua prioridade absoluta. “Minas faz uma verdadeira revolução” era o slogan de seu governo.

Considerando sua atuação inovadora e “empreendedora”, Minas sempre se destacou por ser o estado pioneiro na implantação de várias atividades. Assim, obteve o aval e a cooperação do Banco Mundial por ter empreendido as seguintes ações:

- Ciclo Básico com promoção automática da primeira à segunda série;

- Programa de Avaliação da Escola Pública (testes padronizados);
- Eleições para diretores pela comunidade escolar, da qual participaram pais, professores, funcionários da escola e alunos acima de 16 anos;
- Criação dos Colegiados Escolares compostos dos representantes dos funcionários da escola, professores e funcionários, pais, alunos acima de 16 anos e presidido pelos diretores das escolas;
- Autonomia Escolar.

O Programa fundamentou-se em cinco prioridades (já mencionadas anteriormente), as quais se dividiram em cinco subprojetos básicos visando o aprimoramento da escola, por um período de 5 anos (1994-1998), de onde derivaram seus dezenove componentes.

Seguem os subprojetos:

- a) Melhoria da Infraestrutura e Gestão da Escola;
- b) Fortalecimento da Gestão do Sistema Educacional;
- c) Desenvolvimento do Ensino;
- d) Materiais de Ensino-aprendizagem;
- e) Reorganização do Atendimento Escolar.

No quadro nº2, abaixo, destaca-se cada um dos subprojetos distribuídos em componentes e suas respectivas estratégias, definidas nos Encontros internacionais de educação, conforme orientações do Banco Mundial:

QUADRO 2 — Projeto PróQualidade

Projeto Qualidade na Educação Básica de Minas Gerais - PróQualidade		
Subprojetos	Componentes	Período de Implementação dos Componentes
A- Melhoria da infraestrutura e Gestão da Escola	A1- Fortalecimento e Planejamento Escolar A2- Desenvolvimento do Gerenciamento Escolar A3- Informatização da Administração Escolar A4- Equipamento de Apoio à Administração Escolar	Destes componentes, 5 (cinco) estratégias estavam relacionadas aos Projetos de Inovações Escolares; Capacitação e Aquisição de materiais. A maioria foi implementada em 1997.
B-Fortalecimento da Gestão do Sistema Educacional	B1- Avaliação externa do desempenho do corpo discente B2- Implantação de sistema de monitoramento B3- Estudos e pesquisas sobre a Gestão Escolar	Estes 3(três) componentes deram origem a 2(duas) estratégias direcionadas ao Processo de Avaliação e Monitoramento do sistema escolar. Iniciaram a partir de 1992
C- Desenvolvimento do Ensino	C1- Desenvolvimento Curricular C2- Capacitação básica de professores de 1ª à 4ª séries C3- Capacitação Complementar permanente C4- Estudos e pesquisas para o Desenvolvimento do Ensino	Das 11(onze) estratégias destes componentes, a maioria foi implantada a partir de 1997

D- Materiais de Ensino-Aprendizagem	D1- Materiais Pedagógicos D2- Materiais de Leitura D3- Livros Didáticos D4- Mobiliário para os materiais de ensino-aprendizagem e biblioteca	As 4 (quatro) estratégias destes componentes foram implantadas no período de 1994 a 1995.
E- Reorganização do Atendimento Escolar	E1- Construção de salas de aula E2- Mobiliário e Equipamentos para as novas construções E3- Administração da utilização da rede física	As 3 (três) estratégias destes componentes foram implantadas entre 1994 e 1995.

Fonte: Decreto nº 35.423/94-Projeto PróQualidade., apud Mattos, 2000, p.15.
Alterado pela analista educacional Sandra Curi.

Conforme Mattos (2000, p.16).

No decorrer da análise da implementação das estratégias observou-se que para cada uma delas a Secretaria adotou critérios para sua efetivação, ou seja, para cada uma destas medidas havia “condições estabelecidas” para sua adoção/implementação: algumas direcionadas às escolas que ministravam as primeiras séries do ensino fundamental; outras dirigidas para o atendimento das últimas séries do ensino fundamental e, em número reduzido às do ensino médio.

O PróQualidade marcou a década de 90, tornando-se exemplo de reforma de ensino para outros estados brasileiros

A partir de 1997, apesar da falta de interesse das prefeituras municipais com a educação infantil, o governo mineiro colocou em prática a Municipalização da Educação, amparado no inciso V do artigo 11 da nova LDB:

Os municípios incumbir-se-ão de: [...] V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996, p. 14, apud RESENDE, 2003, p.29)

Em consonância com o Art. 32, § 1º e 2º da Lei 9394/96, que prevê a promoção do aluno dentro do mesmo ciclo, sem reprovações, no governo de Eduardo Azeredo o ensino fundamental foi desdobrado em dois Ciclos de ensino, da seguinte forma: após a pré-escola, o primeiro ciclo era constituído pelos 4 primeiros anos e o segundo pelos 4 anos seguintes, de forma que, ao terminar o segundo ciclo o aluno concluiria o ensino fundamental.

De acordo com os órgãos governamentais, o aluno repetente gerava muito gasto para o sistema educacional e a aprovação automática causava bastante desgaste na sua formação, além de não aparecer como reprovado nas estatísticas. Como afirmam Nathanael e Brito, “[...] mudar todo o sistema de avaliação, em nome do combate a repetência, pode transformar a promoção num engodo, num ato irresponsável.” (SOUZA; SILVA, 1997, p. 43 apud RESENDE, 2003, p. 34).

No governo de Itamar Franco, os ciclos, antes divididos em dois, foram ampliados para três de maneira que, após aprovado

no ensino fundamental, o aluno poderia matricular-se no Ensino Médio.

Os ciclos foram distribuídos em:

- Ciclo Básico — 1º ao 3º ano;
- Ciclo Intermediário — 4º ao 6º ano;
- Ciclo Avançado — 7º e 8º anos.

Outra reforma que marcou a educação mineira foi a instituição de três programas de aceleração de estudos oferecidos aos alunos do noturno, fora da faixa etária

O primeiro programa de aceleração de ensino denominado Projeto Travessia foi instituído pela Resolução nº 9298/98, “que impõe a estratégia pedagógica de aceleração de estudos destinada a alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental”.

Foi aplicado e testado primeiramente em algumas escolas de Belo Horizonte para depois expandir para todas as escolas estaduais de Minas Gerais. Porém, com o fim do governo de Azeredo, o Projeto foi interrompido.

O “Projeto Acertando o Passo” foi o segundo projeto de aceleração do ensino aplicado em todo o estado. Criado pela ³Resolução SEE nº 8287/98, publicada no MG em 09/01/1998, era oferecido para os estudantes do turno

³ Fica instituído, em caráter excepcional, nas escolas estaduais que ministram o ensino noturno o “Projeto Acertando o Passo” para oferecimento da estratégia pedagógica de aceleração de estudos aos alunos do segundo ciclo do ensino fundamental fora da faixa etária. (SOUZA; SILVA, 1997, apud RESENDE, 2003, p. 39).

noturno, os quais deveriam ter, no mínimo, 14 anos para cursar o 1º ano do supletivo (denominado 1º e 2º períodos) e, no mínimo, 15 anos para cursar o 2º ano (denominado 3º e 4º períodos). O Projeto tinha a duração de dois anos.

O “Projeto A Caminho da Cidadania”, terceiro projeto de aceleração da aprendizagem, instituído pela Resolução — SEE nº 9.433, de 02/7/1998 que se destinava a alunos do ensino médio, o qual poderia concluí-lo em apenas um ano e meio.

Todas as escolas que ofereciam ensino noturno foram obrigadas pela SEE a implantarem esses projetos. Os professores, acostumados a trabalharem com seriação ficaram revoltados, pois não foram capacitados adequadamente e os programas de ensino eram precários.

Em 1997, de acordo com o Art. 61 da LDB, foram criados os seguintes Programas de Capacitação à Distância: Programa de Capacitação de Diretores (PROCAD), para os diretores e vice-diretores das escolas estaduais; o Programa de Capacitação para Professores (PROCAP), para professores do ensino fundamental e o Programa de Capacitação para Professores do Ensino Médio (PROMÉDIO), para professores do ensino médio.

Na gestão de Itamar Franco (1999-2003), após avaliação da Escola Sagarana, pelo Banco Mundial, foi liberado um novo empréstimo para dar continuidade ao PROCAD e o PROCAP.

Também nesse governo foi implementado o PROJETO VEREDAS que visava habilitar todos os professores que

atuavam da 1^a à 4^a série do ensino fundamental das redes municipais e estadual que não tinham curso superior, através de capacitação à distância.

3.2 — Escola Sagarana

O triunfante candidato Itamar Franco assumiu o controle do estado mineiro em 1999 e nomeou seu ex-ministro da Educação Murílio de Avellar Hingel para assumir a pasta da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Nesse mesmo ano a SEE inaugurou o Programa Escola Sagarana, com o lema “Educação para a vida com dignidade e esperança” que foi projetado com vistas à construção do Sistema Mineiro de Educação durante o governo de Itamar Franco (1999-2002).

Uma nova política educacional denominada Escola Sagarana, cujos princípios preconizavam a democracia, humanismo, educação como direito de todos e dever do Estado, cidadania, modernidade, mineiridade, descentralização e interação, foi implantada no Estado. (MINAS GERAIS, 2002, p.16, apud BORGES, p.168).

De acordo com o Documento “A Secretaria de Estado da Educação: Uma visão Geral,

A medida que precedeu e embasou a atual política ocorreu em 1998 por ocasião do 1º Fórum Mineiro de Educação, tendo por objetivos levantar dados sobre a educação em Minas Gerais, realizando um diagnóstico prévio e propor políticas alternativas. Esta ação resultou no Projeto Escola Sagarana, ora em vigor. (MINAS GERAIS, 2002, p. 41).

Segundo Maria José Vieira Féres, ex-Secretária Adjunta da Educação de Minas Gerais:

Minas Gerais é um estado com muitas diferenças econômicas, sociais e culturais. Uma política educacional comprometida com a democracia e a justiça social, precisa levar em conta a diversidade regional, sem perder a perspectiva dos inúmeros laços comuns que unem todos os mineiros e o sentimento de brasilidade e universalidade. Por essa razão, a SEE buscou em Guimarães Rosa a inspiração do termo SAGARANA para denominar a política educacional adotada no estado, a partir de 1999 [...]. A palavra Sagarana é um hibridismo cunhado por Guimarães para denominar seu primeiro livro. É a união do radical germânico SAGA - que significa narrativa épica em prosa, ou história rica em acontecimentos marcantes ou heroicos - com o elemento RANA, de origem tupi e representa a ideia de “a maneira de”, “típico ou próprio de”. Com o neologismo Sagarana, Rosa quis deixar a sugestão de histórias em que o elemento local, regionalista, se associa a uma dimensão maior de interesse universal. (FÉRES, 1999, p. 14 apud RESENDE, 2003, p. 47).

Assim, constatou-se, que a política educacional mineira estava fundamentada por princípios básicos como o respeito ao regionalismo e à democracia, possibilitando aos docentes planejarem suas aulas de forma individualizada e diferenciada de acordo com o nível e a realidade dos alunos.

Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser constituiu-se na premissa máxima para o trabalho dos educadores mineiros.

Conforme Fêres, em “Coleção Lições de Minas”:

A Proposta da Escola Sagarana parte do princípio da participação e da construção coletiva. Por isso, não é uma proposta terminada, ditada de cima para baixo, por meio de resoluções ou portaria. Permanece em discussão um conjunto de pressupostos que só consolidarão pela prática diuturna com participação efetiva dos profissionais da educação, dos estudantes e

dos pais. (FÉRES, 1999, p. 14 apud RESENDE, 2003, p. 47).

De acordo com essa argumentação, nota-se que a educação mineira passou por mudanças incisivas, cruciais e inovadoras. Porém, apesar dos fortes críticos ao modelo educacional implantado pela gestão precedente, algumas reformas introduzidas por Azeredo foram descontinuadas e outras, permaneceram ininterruptas, tendo em vista que a Escola Sagarana conservou alguns indícios dos governos pregressos. Para exemplificar, a partir de 1999, o processo de municipalização foi suspenso e até mesmo os que tramitavam foram paralisados. Também, todos os programas de aceleração foram encerrados, persistindo somente os que já estavam em curso, para dar terminalidade

Dentre as diversas Reformas ocorridas no Estado, a “Promoção da Autonomia em Minas Gerais”, foi considerada como substancial para as transformações ocorridas no âmbito educativo no final do século.

As ações da Escola Sagarana terão continuidade no Capítulo 4.

Abaixo, imagem da Equipe da SRE de Ituiutaba durante Capacitação na Escola Estadual Professora Maria de Barros, no final dos anos 90, na gestão da diretora II Márcia Antônia de Moraes Arantes.

ILUSTRAÇÃO 21— Equipe da SRE de Ituiutaba durante a Capacitação na Escola Estadual Professora Maria de Barros, no final dos anos 90, na gestão da Diretora II Márcia Antônio



Fonte: Acervo da SRE Ituiutaba

4 — SANDRA VIRGINIA AMARAL CURI: DESVELANDO ATRAJETÓRIA E DESAFIOS DA DIRETORA EDUCACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ITUIUTABA, NO CONTEXTO DA GESTÃO PEDAGÓGICA (1987 A 2019).

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar. (LISPECTOR, 1988. p.100)

É através das memórias e dos registros que imortalizamos a história que é construída ao longo do tempo.

Segundo Moraes, "Memorial é um retrato crítico do indivíduo por múltiplas facetas através dos tempos o qual possibilita inferências de suas capacidades. " (Moraes, 1992, apud Cândido, 2014, p.5).

É fundamentada nessa citação que expresso minhas ideias e pensamentos por meio deste memorial que tem por objetivo apresentar minha trajetória de vida passando, primeiramente, pela infância, da qual guardo profundas memórias afetivas, da minha família, do meu percurso acadêmico, profissional e, principalmente da prática pedagógica como gestora da Diretoria Educacional de Ituiutaba. E assim, regressei à procura do meu passado adormecido.

A princípio, detalhar minha caminhada pareceu-me algo simples, um pequeno relato em poucas linhas, mas, ao remexer em fatos e acontecimentos quase apagados na memória e que

foram marcantes, me instigaram a refletir, reavaliar atitudes e tomar decisões. Essas lembranças retomaram-me à mente como um curta metragem de forma tão clara e impactante com tamanha grandeza de detalhes que filme algum exibiria.

Ao elaborá-lo, transitei em busca do meu passado entorpecido. Passei noites acordada, dediquei dias e meses investigando e pesquisando incessantemente informações, dados, situações, fatos, referências e pormenores, devido ao tamanho da responsabilidade. Devo admitir que esbarrei em muitos obstáculos para realizar este trabalho e sobretudo, para juntar os documentos necessários. Não foi fácil montar esse quebra-cabeça, cujas peças demandaram meses a fio de estudo, de trabalho, de persistência, fé e coragem, mas trazer o passado para o presente foi um desafio gratificante.

Contar é muito dificultoso, não pelos anos que já passaram, mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos: uns com os outros, acho, que nem se misturam [...] tem horas antigas que ficam muito mais perto da gente do que outras de recentes datas. Toda saudade é uma espécie de velhice. Talvez, então, a melhor coisa seria contar a infância não como um filme em que a vida acontece no tempo, uma coisa depois da outra, na ordem certa, sendo essa conexão que lhe dá sentido, princípio, meio e fim, mas como um álbum de retratos, cada um completo em si mesmo, cada um contendo o sentido inteiro. Talvez seja esse o jeito de escrever sobre a alma em cuja memória se encontra as coisas eternas, que permanecem (ROSA. Apud ALVES, 2003. p. 139)

Se até o escritor achou que é “muito dificultoso”, imagine para mim, uma iniciante, amadora. Não é fácil “contar-se” para narrar tudo que vivi. Dizem que recordar significa voltar ao coração; assim, volto ao meu coração para reconstruir os fatos e emoções vividas, juntando os fragmentos dos acontecimentos para contextualizar a presente obra que tem como finalidade fazer um enfoque de forma concisa permeando pelo meu caminho percorrido desde a infância, por uma estudante, professora, supervisora pedagógica, analista educacional-pedagoga e diretora educacional que trilhou por mais de quatro décadas como servidora pública estadual.

Ressalto, sobretudo, a essência da minha experiência como Diretora Educacional que, com honradez, dignidade, honestidade, seriedade, compromisso e senso de justiça, dirigi a Diretoria Educacional de Ituiutaba no período entre 2011 a 2019, esforçando-me para adaptar aos novos desafios que surgiram, elencando, também, as adversidades, conflitos e conquistas alcançadas ao longo desses anos.

Para dirigir e conduzir a equipe da Dire, busquei valorizar o saber, a experiência e as potencialidades de cada integrante, estimulando e incentivando a reflexão sobre a prática e a adoção de iniciativas e estratégias inovadoras, focalizando o aluno como cerne e o coração do sistema educacional.

Mas, considerando que as relações humanas perpassam por tensões, conflitos e emoções, intentei respeitar, lidar com as diferenças e a conviver com as limitações de cada um, apesar de não corresponder às expectativas, nem agradar a todos.

Esforço-me para seguir o exemplo dos girassóis que nos dá uma verdadeira lição de como viver em sintonia e com equilíbrio. Como o próprio nome diz, sua grande coroa de flores persegue o movimento do astro sol de leste a oeste todos os dias, buscando luz. Porém, nos dias nebulosos as flores, ignorando o sol escondido, se viram de frente umas para as outras para trocarem suas energias, parando de girar apenas quando morrem. Desta forma, nos momentos difíceis, olho para dentro de mim, na certeza de que lá no âmago existe luz e energia para compartilhar com aqueles a quem amo até o fim dos meus dias.

4.1 — Sandra Virginia Amaral Curi: o princípio de uma trajetória.

Oh! Que saudades que eu tenho
Da aurora da minha vida
Da minha infância querida
Que os anos não trazem mais!
Que amor, que sonhos, que flores
Naquelas tardes fagueiras
À sombra das bananeiras
Debaixo dos laranjais!
ABREU (1858, p. 115)

Quanta saudade eu tenho do meu tempo de criança!

Embora já não possa mais revivê-lo, trazer à tona minha história é uma forma de renovar, a partir da compreensão de hoje, as experiências remotas, expondo aqui a vida que recordo alicerçada neste elo entre passado e presente, e com destino ao futuro.

Antes mesmo de nascer, já era muito amada e esperada com intensa expectativa e curiosidade por todos. Era a primeira e única bebê de minha família materna e paterna.

Alegrei-me quando abri os olhinhos e vi as pessoas que estavam à minha espera, ansiosos para conhecer-me, embalar no colo, cuidar de mim, sentir meu cheirinho.

ILUSTRAÇÃO 22— Meu primeiro aninho

Fonte: Acervo da autora

Natural de Ituiutaba-MG, filha primogênita de três filhos de Anuar Jorge, odontólogo, e de Dona Elzi do Amaral Jorge, do lar.

Mãe de Luiz Gustavo, Tarsila Beatriz e Talita que são a razão da minha luta incessante e a história mais linda que Deus escreveu no livro da minha vida; carregarei para sempre, três amores maiores que meu coração.

Avó coruja de nove netos - Guilherme, Luiz Otávio, Olavo, Isabella, Mariany, Beatriz, Luiza, Jorge Miguel e Marina, que são anjos enviados por Deus para renovar meu ânimo e

mostrar que a vida pode ser mais bela e completa sendo chamada de “vozinha”.

Casada com Carlos Antônio de Souza, amigo e companheiro.

A família é meu abrigo onde encontro paz e amor, meu bem mais valioso, a estrutura que me sustenta, que sempre me estendeu a mão e nunca me deixou sozinha. Ocupa um lugar prioritário em minha vida e merece todo reconhecimento. Foi me espelhando nela que me construí.

Serei eternamente grata a Deus que me colocou no lugar certo, com pessoas tão especiais amarei eternamente.

Guardo em minha memória afetiva uma infância feliz, regada a muito amor e dedicação pelos meus pais, que proporcionaram a mim e aos meus irmãos Anuar e Samir, uma vida confortável.

Crescer não é fácil, mas é bem mais gostoso quando se é amparada pela melhor família que alguém poderia ter.

Uma infância com cuidados, amor, estímulo e interação pavimenta o caminho para que a criança aproveite todo seu potencial e seja um adulto mais saudável e equilibrado.

Constantemente preocupados com nossa educação, desenvolvimento intelectual, social, emocional, meus pais nos possibilitaram oportunidades de vivenciar, familiarizar com a leitura, e despertar o desejo de ler

Recordo com ternura e emoção quando ganhamos a Enciclopédia “O Mundo da Criança”. Fiquei tão encantada que li todos os livros de “Histórias Contadas e outros Poemas” e “Histórias de Fadas”, de clássicos da literatura infantojuvenil que me faziam viajar para um mundo de pura imaginação, fantasia e contentamento.

Lembrar da infância é como lembrar de um sonho lindo, onde tudo era possível, pois as recordações nos aprisionam no tempo exalando um aroma de saudade e felicidade

Cada um tem dentro de si uma arca repleta de lembranças boas ou ruins e em minha memória afetiva ainda se faz muito viva a melhor reminiscência do meu tempo de criança: a casa dos meus avós. Recordo-me do carinho, do amor exagerado, das brincadeiras, dos sorrisos, dos olhares de cumplicidade.

Infância gostosa é aquela que tem sabor e cheiro. Só de pensar nas quitandas, doces e comidas de minhas avós me dá água na boca.

Quando pequena, não gostava de brincadeiras infantis, nem de “brincar de bonecas” com as meninas da minha idade. Preferia participar das rodas de adultos e ficava ofendida quando diziam que eu era criança.

Usar maquiagem, ir ao salão de beleza, fazer unhas, penteado, usar roupas novas, faziam-me sentir grande. Adorava dançar, brincar de teatro e confeccionar as

próprias fantasias, “fazer comidinha” em minha panelinha de ferro, no fogãozinho de tijolos improvisado pelos meus irmãos que se deliciavam com aquela “papinha” de arroz.

Mas na verdade, gostava mesmo era de brincar de “escolinha” e, lógico, eu era aquela professora exigente que não tolerava conversas, ou qualquer coisa que atrapalhasse a aula, cuja “lousa” era o portão lateral da minha casa.

Desde então, dizia que queria lecionar, ser professora; achava chique. Essa ideia me seguiu sempre, pois a Educação já fazia parte do meu planejamento de vida.

Considero que a convivência muito próxima com minhas tias, exímias educadoras, foi significativa, impactante e decisiva para minha escolha profissional. Com elas aprendi, além dos valores éticos e morais a apreciar e a enobrecer o estudo, o espaço da escola e a figura do professor. Descobri, também, em meio ao prazer de aprender, o sabor e o encanto de ensinar.

Como leonina, tenho intensa energia, autoconfiança, luz própria e um coração do tamanho do mundo. Julgo-me extrovertida, generosa, simpática, determinada, responsável, justa, comprometida, honesta, vaidosa e sensível; mas, como todo ser humano, também erro e aprendo muitas lições com os erros.

Amo estar de bem com a vida e ter o controle dela. Lutar, desafiar, ousar e transpor obstáculos e não me deixar abater é o meu ponto forte.

Muitas vezes, minha franqueza, sinceridade e autenticidade incomodam algumas pessoas; talvez por não conseguirem admitir seus próprios erros, mas, sigo em frente amando, sorrindo, sem perder o foco para realizar meus sonhos, motivo pelo qual vale a pena viver.

Mencionarei, adiante, alguns fatos acerca do meu contexto familiar, estudantil e profissional que contribuíram para a minha construção identitária e que se encontram registrados no livro da minha existência.

4.2 — Itinerário estudantil e acadêmico: em busca de um sonho.

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagens, um sem-fim de relações. Ter acesso ao todo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim “um percurso de formação”, no sentido em que é um “processo de formação.” (MOITA, 2000, p.115).

Aos seis anos de idade, fui matriculada na 1^a série no então Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado. Desejava estudar na escola onde minha madrinha Mirza era diretora e lá, concluí o primário. Meu primeiro dia de aula foi mágico, inesquecível! Ficou para sempre guardado na memória e no coração.

Recordo com saudade, carinho e gratidão da minha primeira professora Dona Dirce Franco de Moraes que me inspirou o gosto e a dedicação pelos estudos.

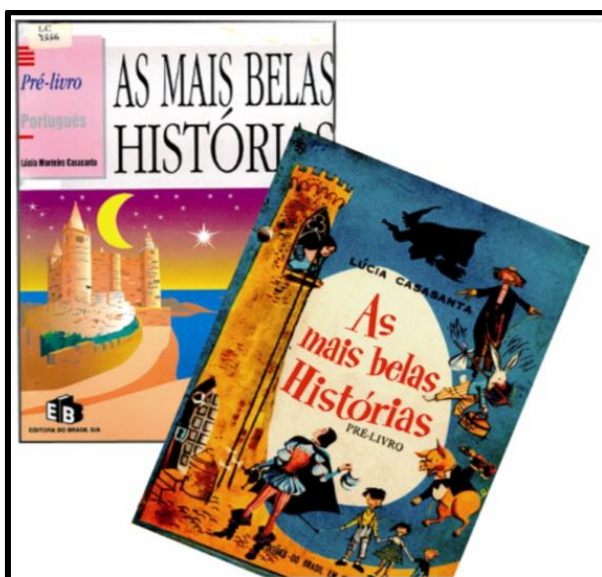
Meu amor pela palavra escrita, pela poesia e pelos contos de fada são flores plantadas em minha alma por essa Mestre maravilhosa. Ela foi, sem dúvida, fundamental para minha formação acadêmica. Com seu afeto, meiguice, doçura, voz cândida e didática para ensinar, alfabetizou-me com o Pré-Livro “Os Três Porquinhos” e o Livro de Leitura Intermediária da Coleção Didática “As Mais Belas Histórias” da mineira Lúcia Casasanta. Durante quatro anos, no Grupo Escolar, a Coleção

“As Mais Belas Histórias” me acompanharam no dia a dia da sala de aula e nos “deveres de casa”.

Não posso deixar de reverenciar as queridas professoras do curso primário que também influenciaram positivamente na minha vida pessoal e profissional pelo exemplo de postura ética, didática e carinho para transmitir seus conhecimentos: Naly (2º ano), a saudosa Judith (3º ano) e a inesquecível Gerônima (4º ano).

Em meados do século XX essa Coleção era distribuída nas escolas públicas primárias de Minas Gerais. Sua primeira edição foi lançada em 1954, embasada no método global de alfabetização, sendo a coleção mais utilizada e pleiteada pela SEE-MG, na época.

ILUSTRAÇÃO 23 — *Pré-Livro da Coleção “As Mais Belas Histórias”*



Fonte: Coleção “As Mais Belas Histórias”

A reprodução das lições e ilustrações apresentadas em cartazes grandes, faziam parte do Pré-Livro e consistiam no principal apoio didático dos professores.

Antes de iniciar as atividades, os cartazes eram abundantemente instigados e só posteriormente, os alunos recebiam a cópia da tarefa. O texto relatado no início terminava sempre com uma interrogação que aguçava a imaginação e o interesse das crianças que permaneciam em suspense e curiosas aguardando o desenrolar da história no dia seguinte.

Ainda conservo indícios na memória de como ficava aflita esperando pela apresentação da próxima lição daqueles cartazes coloridos, enormes, lindos que me seduziam e fascinavam. Me deliciava com o aparecimento de cada personagem e meus olhos brilhavam só de imaginar o medo e o desespero daqueles porquinhos balofos, fofinhos. Ficava ainda mais eufórica quando eles conseguiam fugir e ludibriar o lobo mau.

ILUSTRAÇÃO 24 — Sequência Didática: História dos três porquinhos



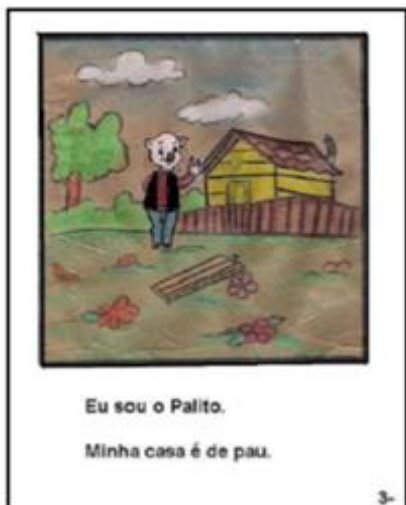
Fonte: Coleção “As Mais Belas Histórias”

ILUSTRAÇÃO 25 — Cartazes 1 (um) e 2 (dois)



Fonte: Cartazes do Pré Livro “Os Três Porquinhos”

ILUSTRAÇÃO 26 — Cartazes do 3 (três) ao 6 (seis)



Fonte: Cartazes do Pré Livro “Os Três Porquinhos”

ILUSTRAÇÃO 27 — Cartazes do 7 (sete) ao 10 (dez)

O lobo viu a casa de Palito.
E o lobo disse:
- Olê! Casa de pau cai a toa.
Eu derrubo a casa.
Eu como Palhaço e Palito.
- Olê! Olê! Olê! Olê!

7-



E... zés!
O lobo derrubou a casa de pau.
Palhaço e Palito fugiram.
Eles foram para a casa de pedra.
Mas o lobo foi atrás.

8-



O lobo viu a casa de pedra.
E o lobo disse:
- E agora? Pedra pura!
Eu não posso derrubar a casa.

9-



Que fez o lobo?..
Ele subiu no telhado.
Ele entrou na chaminé.

10-

Fonte: Cartazes do Pré Livro “Os Três Porquinhos”

ILUSTRAÇÃO 28 — Cartazes do 11 (onze) ao 13 (treze)



Fonte: Cartazes do Pré Livro “Os Três Porquinhos”

A coleção “As Mais Belas Histórias” de Contos para a Alfabetização estimulavam a imaginação das crianças onde os valores morais como a coragem, a lealdade, a solidariedade e o perdão eram as grandes armas dos heróis para vencerem as batalhas. A viagem por esse universo me divertiu, encantou, enriqueceu e plantou valores respaldados na ideia do bem, do que é certo ou errado

O Pré-Livro “Os Três Porquinhos” e os Livros de Leitura da coleção “As Mais Belas Histórias” despertaram em mim o prazer de ler, sonhar, discernir, compreender e contemplar a beleza do mundo.

Assim como eu, creio que “Os Três Porquinhos” ainda imperam na memória daqueles que foram alfabetizados com uma das mais belas histórias de Lúcia Casasanta.

Inegável confessar que, ao me deparar com o material desta pesquisa senti que as emoções entraram em ebulição, trazendo à tona aquela aluna extasiada com a magia das encantadoras histórias.

Este foi um belo capítulo que se encerrou para que outros pudessem ser escritos ulteriormente, no livro de minha existência.

Posteriormente, cursei o ginásio no Colégio Santa Teresa e Instituto Marden, em Ituiutaba, mas concluí a 8ª série no Colégio Nossa Senhora da Consolação, na cidade de

Taquaritinga-SP, onde estudei em regime de internato, no colégio de freiras. Naquela época, era uma adolescente feliz, porém, rebelde que curtia intensamente cada segundo dessa aventura chamada vida.

No início dos anos 70, meus pais mudaram-se para Fernandópolis-SP, onde concluí o Curso Colegial de Formação de Professores Primários, realizando assim, aquela fantasia pueril que deixou de ser utopia. Uma conquista deveras esperada que impulsionou novas buscas e abriu-me novos horizontes.

Durante a trajetória nesse curso me revelei uma aluna estudiosa, esforçada que se destacou, demonstrando o “acerto” da opção profissional como professora.

Tive ótimos professores que foram substanciais para o exercício da minha docência.

De todas as disciplinas do curso, me identificava com a Literatura Infantil e Juvenil, o que me influenciou na escolha da graduação e do percurso profissional que pretendia seguir.

Foi então que em 1976, ingressei no curso de Letras — Licenciatura Plena na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituiutaba. Foi o ápice da concretização do sonho de se chegar à formação acadêmica. Estava pronta para exercer minha profissão e continuar os estudos. Mas posso afirmar que a conclusão do curso não foi o final do meu percurso acadêmico; apenas uma travessia.

Em 1983, conclui o Curso de Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus, na Faculdade acima citada. Tive plena convicção que estava no caminho certo, pois o gosto pela área pedagógica era latente em mim.

Em 1994, finalizei a Pós-Graduação “O Processo do Ensino e Aprendizagem-Fundamentação Filosófica, Antropológica e Técnico Pedagógica” na Faculdades Claretianas de Batatais-SP.

Nesta perspectiva, constatei que somos eternos aprendizes e que não basta ser apenas “professor” ou “pedagogo”, mas ser educador de fato, responsável e comprometido com a educação que atenda o alunado de hoje; que faça a diferença.

Como preconizava Rubem Alves:

Enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos do futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que a escola, ela mesma, seja um fragmento do futuro [...]. (ALVES, 1984, p. 260)

4.3 – Itinerário profissional: conquistas, desafios e percalços da profissão

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada (HALBWACHS, 1968, p. 71)

Sendo o trajeto mais importante que o ponto de chegada tentarei delinear aqui as experiências intensas, gratificantes, frustrantes e o percurso da minha caminhada profissional no serviço público.

Em 1977, iniciei a minha carreira como docente na Escola Estadual Governador Clóvis Salgado, a mesma onde cursei o primário e isto foi motivo de muito orgulho para mim. Fui agraciada com uma turma de segunda série, cujos alunos eram inquietos, indisciplinados. Foi um grandioso aprendizado e desafio para uma professora de “primeira viagem”!

No ano seguinte, a Secretaria de Estado de Educação implantou, como política educacional, o Projeto Alfa – Método Fônico de Alfabetização, uma nova metodologia com a utilização de materiais didáticos inovadores objetivando diminuir a defasagem idade/série nas séries iniciais de alfabetização. O método fônico foi bem aceito pelos professores que participaram de Capacitação oferecida pelos técnicos da 26ª Delegacia Regional de Ensino de Uberlândia. Fiquei fascinada pelo método e o desenvolvi com entusiasmo.

E como foi gratificante constatar, no final do ano que quase todos os alunos estavam alfabetizados!

Essa experiência exitosa tornou-me capaz de enfrentar, mesmo com dificuldades, todas as adversidades oriundas da profissão, acreditar no poder da educação em transformar vidas e seguir em frente. Assim, tive a certeza que estava no caminho certo, fazendo o que gostava.

No ano seguinte, conclui o Curso de Letras e assumi as turmas da 5ª série (hoje 6º ano) na mesma escola, como Professora de Português, lecionando no turno matutino de 5ª a 8ª série e, no vespertino, de 1ª a 4ª série.

Em 1981, fui efetivada por tempo de serviço, como professora, permanecendo na Escola Estadual Governador Clóvis Salgado até 1986, ano em que fui convidada para trabalhar na recém-criada 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba, com Autorização Especial da SEE.

Apesar de honrada e atraída pelo convite, mas receosa e apreensiva, superei o medo de afrontar essa nova batalha e assumi o controle da escolha, aceitando o convite.

Migrei da docência para exercer uma função técnico-administrativa no Serviço de Organização e Dinâmica Escolar da Divisão de Organização e Controle (DOC).

Recebi “de presente” a incumbência de analisar, orientar e acompanhar o Regimento Escolar de cada instituição escolar

jurisdicionada à 16ª DRE, caracterizado pelo documento que estrutura, define, regula e normatiza as ações da escola.

Regimento Escolar? Anexo? Adendo? Nunca me passou pela cabeça enfrentar enorme desafio, mas não podia desistir, nem voltar atrás. Decidi, então, estudar muito, qualificar-me.

Em dezembro de 1986, antes do início das atividades da DRE, os técnicos do Centro de Recursos Humanos da SEE e da 26ª DRE de Uberlândia promoveram capacitações visando à preparação do pessoal para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos diretamente relacionados com o desempenho do cargo e as tarefas a serem executadas, a fim de enfrentarem as situações do cotidiano, com eficiência.

Essas capacitações possibilitaram-me adquirir melhor entendimento sobre Regimento Escolar, pois até então não tinha a menor ideia da dimensão, importância e responsabilidade de se trabalhar com a “Lei interna da escola”. Fazia-se necessário, primeiramente, conhecer e dominar todas as legislações educacionais e as Técnicas Legislativas para a elaboração do Regimento Escolar, pois como documento normativo e administrativo, tem que estar em consonância com as legislações vigentes no país, no estado e no município em que a escola atua.

Trata-se de um conjunto de regras que definem a organização administrativa, pedagógica e disciplinar da escola,

bem como seus objetivos, seu sistema de ensino e a forma como é colocado em prática.

Cuidadosamente fui implementando o que aprendi, com assertividade e habilidade para enfrentar os desafios que se desenhavam no mundo do trabalho.

Claro, era impossível adquirir competência técnica tão rapidamente, pois demandava tempo para adquirir experiência.

Na época, os funcionários que receberam Autorização Especial, para comporem o grupo de trabalho da DRE, pertenciam ao Quadro do Magistério e a jornada diária do ocupante de apenas um cargo era de 4h48min, o que possibilitou-me concorrer, às designações para Supervisora Escolar nas escolas estaduais de Ituiutaba. Atuei nesta função durante 10 anos, empenhando-me arduamente para conciliar os dois cargos.

Como impulsionador das práticas educacionais, precisa se reinventar, propor, liderar, fazer acontecer, acompanhar, avaliar, focar na aprendizagem dos alunos, implementar os Projetos, Programas e Ações da SEE.

Exerci o cargo de supervisora com muita responsabilidade, amor e disposição, priorizando o aluno como o centro e razão de ser da escola.

Essa experiência despertou em mim sentimentos de auto realização, motivação, crescimento pessoal, profissional e de identificação com a gestão pedagógica. Não poderia supor que

esta função me possibilitaria transitar por percursos tão sinuosos, porém, férteis.

Em 2001, o então governador Itamar Franco determinou a realização dos tão esperados concursos públicos para provimentos de cargos na área da educação através do Decreto nº 41.534 de 07/02/2001, considerado, na época, o maior que se teve notícia no país. Quase um milhão de pessoas fizeram inscrições para pouco mais de 53 mil vagas no Órgão Central, Superintendências Regionais de Ensino e Escolas Estaduais.

Em 12/06/2001, a SEE/MG publicou o Edital nº 01/2001, que previa o número de vagas para os cargos de Analista da Educação nas seguintes categorias: Técnico em Assuntos Educacionais, Técnico em Conteúdo Curricular, Pedagogo, Administrador e Contador, com formação específica.

Visto que tinha a vocação claramente definida e consciente da escolha de uma função alinhada com minha missão, valores, competências e habilidades, inscrevi-me para o cargo de Analista da Educação — Pedagogo.

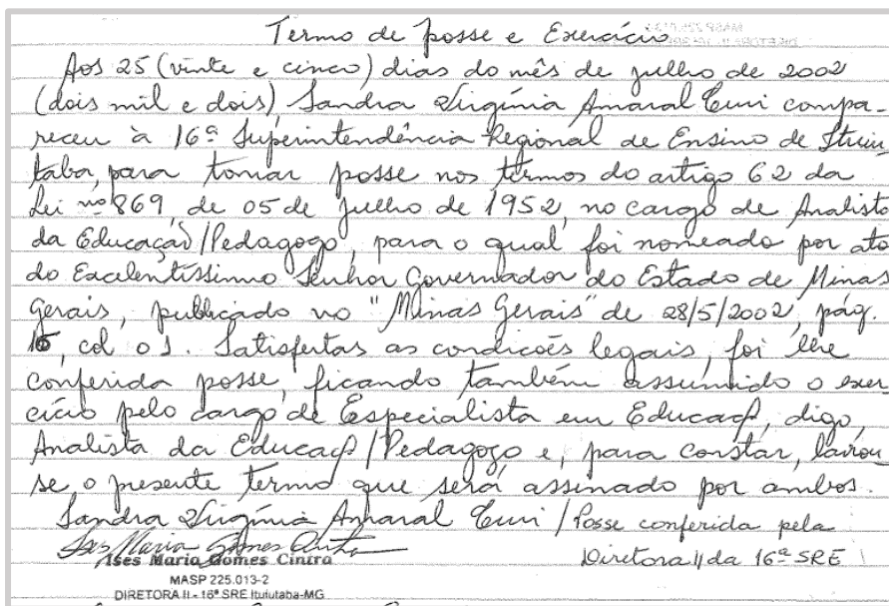
Para vencer qualquer desafio é preciso acreditar que é possível e requer coragem. Então, confiei na capacidade de fazer com que meus sonhos se tornassem realidade, canalizando todos os esforços para obter êxito em minha escolha.

Senti-me triunfante com o desfecho, cujo resultado foi profícuo e recompensador: fui aprovada no concurso e classificada entre as cinco vagas existentes na SRE.

Finalmente, em 2002, chegamos à SRE através do concurso. Uns já se foram, outros vieram e aguardamos os próximos.

No dia 25/07/2002, assinei o Termo de Posse e Exercício no Cargo de Analista Educacional — Pedagoga, conferido pela Diretora II da SRE de Ituiutaba, Ises Maria Gomes Cintra:

ILUSTRAÇÃO 29 — Termo de Posse e Exercício



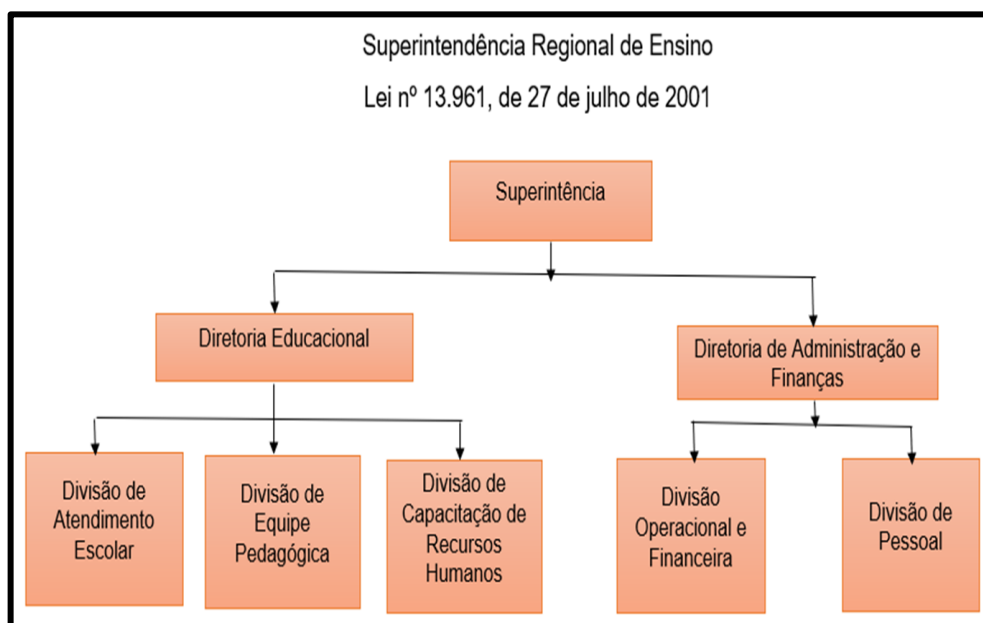
Fonte: Livro de atas nº 3 do Gabinete da SRE de Ituiutaba.

Durante o período de gestão do então Governador Itamar Franco e do Secretário de Educação Murilo Hingel (1999-2002),

a SEE adaptou sua estrutura organizacional consolidada na Lei nº 13.961, de 27/07/2001, regulamentada pelo Decreto 42.062, de 30/11/2001, obedecendo a princípios de racionalização, ordenação e agrupamento das atividades meio e atividades fim idealizados para a educação mineira.

Ao ingressar na nova carreira, atuei como pedagoga na Divisão de Equipe Pedagógica (Divep), da Diretoria Educacional de Ituiutaba, conforme estrutura representada pelo organograma abaixo, de acordo com a referida Lei:

ILUSTRAÇÃO 30 — Organograma da SRE



Fonte: MINAS GERAIS, 2002, p.12)

O trabalho da equipe era desenvolvido de acordo com o artigo 48 do Decreto nº 42.062, que definiu as competências

e finalidades da Diretoria Educacional à qual o pedagogo estava vinculado:

A Diretoria Educacional tem por finalidade coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas, de atendimento escolar e de recursos humanos, competindo-lhe ainda:

I- Coordenar em nível regional, o processo de implantação de propostas pedagógicas de acordo com a política Educacional;

II- assessorar as escolas na elaboração, acompanhamento e avaliação de seu projeto pedagógico em consonância com a política educacional;

III- organizar as ações que assegurem o atendimento à demanda escolar;

IV- promover, facilitar e incentivar a capacitação de recursos humanos em consonância com a política educacional;

V- promover junto às escolas o uso de recursos tecnológicos e materiais pedagógicos facilitadores da aprendizagem;

VI- exercer atividades correlatas que lhe forem delegadas. (MINAS GERAIS, 2002, p. 33 e 34)

Na Divep, atuei em quase todos os Programas/Projetos/Ações da SEE, os quais eram coordenados por uma dupla de analistas, escolhida pela Diretora II e Diretora Educacional, de acordo com o perfil de cada uma.

Assim, acompanhei e participei da implementação de vários projetos inovadores. Coordenei o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Colegiado Escolar, Proposta Político Pedagógica (PPP), Plano de Desenvolvimento da Escola, Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional (PDPI), Escolas Referências, Plano de Intervenção Pedagógica (PIP/ ATC) e Avaliações Externas e Internas.

Ao longo das diferentes vivências profissionais experimentadas no decorrer desses 35 anos de atividades neste Órgão, mais de 20 deles foram dedicados à participação efetiva à frente da gestão das Avaliações Educacionais em Larga Escala, que sempre foram a minha menina dos olhos.

Lembro-me como ficávamos aflitas e ansiosas no período de realização das avaliações externas esperando o caminhão com as provas, pois não tinha dia nem hora para chegar.

Às vezes não havia recurso financeiro, nem veículo oficial para deslocamentos na área de abrangência da SRE, nem lugar para pernoitar, mas dávamos um jeitinho e no final tudo se arranjava: o material era entregue pessoalmente para os responsáveis, que ao final era devolvido e minuciosamente conferido pela dupla.

E como era tamanha a curiosidade e expectativa de todos da equipe pedagógica para a chegada e propagação dos Boletins de Resultados do (Proalfa) e (Proeb)!

As Coordenadoras da Avaliação da SRE eram sempre convocadas pela Diretoria de Avaliação Dave/SEE para participarem de Capacitação para aplicação das Avaliações e para divulgação e apropriação dos resultados, os quais eram posteriormente divulgados à equipe pedagógica da SRE e das escolas que, após análise e diagnóstico criteriosos serviam de parâmetro para as correções educacionais.

4.3.1 — A Diretoria Educacional na conjuntura das políticas públicas da educação de Minas Gerais e a atuação dos analistas educacionais -1ª década do ano 2000.

Para melhor viabilizar a contextualização da política educacional da primeira década do século XXI, faço uma breve referência aos Programas, Projetos e Ações que impactaram esse cenário.

Enfoco, também, de maneira breve, o desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento de dois Programas Estratégicos da educação mineira, foco do trabalho pedagógico das analistas educacionais da SRE: Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) Programa de Intervenção pedagógica (PIP).

No ano 2000, na gestão de Itamar Franco, a “Escola Sagarana” definiu como uma de suas prioridades a implantação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave), instituído através da Resolução nº 14 de 03/02/2000 e, posteriormente republicada com alterações pela Resolução nº 104 de 14/06/2000, que criou, também, o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - Proeb.

Até hoje, o Simave é considerado como política prioritária da SEE/MG que define o estabelecimento de metas, o empreendimento de ações, a mobilização de recursos e a

tomada de decisões visando a consecução do sucesso, objetivando:

I) Promover a avaliação sistemática da rede pública de educação básica do Estado;

II) criar novos instrumentos de participação da sociedade dos profissionais da Educação na gestão da Escola pública;

III) democratizar o acesso à informação sobre a Educação Pública;

IV) desenvolver procedimentos de gestão baseados na avaliação continuada das políticas públicas educacionais e em critérios de equidade;

V) fortalecer a escola como instituição fundamental de promoção da igualdade de oportunidades para todos os mineiros (MINAS GERAIS, Resolução, nº 104 de 14/06/2000, apud BORGES, 2016, p.169-170).

O Simave era constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb) e Sistema de Apoio Pedagógico (Siape).

O PROEB visava medir o aprendizado dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio da escola básica e os primeiros exames foram realizados em outubro/novembro de 2002.

O Siape almejava orientar as escolas a desenvolverem ações de apoio aos professores e alunos, metodologias de avaliação qualitativa e formativa e de progressão continuada.

A atuação do Governo de Itamar Franco foi pautada pelos princípios e diretrizes delineadas pelo Fórum Mineiro de Educação, cuja estrutura encontrava-se alinhada às estratégias previstas pelo conjunto de propostas da Escola Sagarana para

o setor da Educação, através dos Principais Programas, Projetos e Ações apresentados no Quadro 2, a seguir:

QUADRO 3 — Principais Programas, Projetos e Ações da SEE

- Programa Bolsa Escola
- Sistema Mineiro de Avaliação (Simave)
- Projeto Veredas
- Projeto de Capacitação de Professores (Procap)
- Programa de Capacitação de Diretores (Procad)
- Sistema de Ação Pedagógica (Siape)
- Programa de Educação Indígena
- Programa de Educação Profissional (PEP)
- Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (PEM)
- Programa de Extensão da Educação Profissional (Proep)
- Programa Afetivo-Sexual
- Programa Salto Para o Futuro
- TV Escola
- Programa Pró Ciências
- Programa às Inovações Educacionais (Paie)
- Programa de Educação para o Trânsito
- Programa Pró Leitura
- Programa Videotecas
- Programa Prêmio Escola Sagarana em Gestão Escolar - Edição 2002
- Projeto Protetores da Vida
- Educação Fiscal para Escolas Estaduais
- Programa de Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares
- Programa de Manutenção e Custeio
- Programa de Informática na Educação – Proinfo
- Programa de Mobiliário e Equipamento
- Programa de Transporte Escolar
- Programa do Livro Didático
- Programa de Merenda Escolar
- Cursos Emergenciais de Licenciatura
- Programa Agenda da Paz
- Programa de Atenção Integral à Criança e Adolescente
- Concursos Escolares
- Programa Piloto de Instalação de Segurança Eletrônica
- Repasse de Recursos para os Centro de Atenção Integral à Criança-CAIC

- Orientação e Acompanhamento das Atividades da Biblioteca
- -Manutenção e Custeio das Associações Famílias Agrícolas
- -Centros Regionais de Educação Continuada do Professor
- Programa de Atendimento à Educação para a Diversidade (Paed)
- Exames Supletivos
- Programa de Informatização dos Centros Estaduais de Educação Continuada- Cesec
- Educação Religiosa para as Escolas Públicas da Rede Estadual.

Fonte: A Secretaria de Estado da Educação – Uma visão Geral. (julho – 2002).
Adaptado pela analista educacional Sandra Curi

Apesar dos esforços, até o encerramento de seu mandato, Itamar não conseguiu dar posse aos professores concursados, nem implementar a tabela salarial.

Em 1º de janeiro de 2003, teve início a primeira gestão de Aécio Neves no governo de Minas Gerais (2003-2006) que foi reeleito, permanecendo até 31 de março de 2010, data em que se afastou do cargo para disputar as eleições para presidente da república, assumido o governo de Minas, o então vice-governador Antônio Augusto Anastasia.

A Prof. Vanessa Guimarães Pinto exerceu o comando da Secretaria de Estado da Educação durante seus dois mandatos, desde 2003.

A base principal do governo de Aécio foi o programa reformista denominado “Choque de Gestão”, lançado em 2003 que se tornou referência em administração pública no Brasil.

A Primeira Geração do Choque de Gestão se estendeu até 2006, continuando nas próximas administrações: Segunda Geração do Choque de Gestão (2007-2010), denominada

Gestão por Resultados (GpR) e a Terceira Geração do Choque de Gestão (2011-2014), intitulada por Gestão para Cidadania (GpC).

O “Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública” pretendiam, segundo o discurso oficial, “dar ao Estado modernidade, agilidade e eficiência, adequando-o aos novos tempos e ao mesmo tempo, garantir transparência aos atos e ações do governo” (MINAS GERAIS, 2004 apud Borges, 2016, p.177).

Em 06/08/2003, foi instituído o Ensino Fundamental de 9 anos, através do Decreto nº 43.506/2003 (Minas Gerais. Secretaria de Estado de Educação, 2003), visando alcançar a meta proposta para maior produtividade do ensino. Assim, Minas foi o primeiro Estado brasileiro a matricular as crianças de seis anos na escola, garantindo um ano a mais no ensino fundamental da rede pública. A partir dessa nova organização do tempo escolar, foi criado, também, o Ciclo Inicial de Alfabetização.

O Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) foi criado em 2005 pela SEE/MG, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF) e o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais (Ceale/UFMG), na esfera do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave).

Atualmente, o Simave é composto por três programas: Programa de Avaliação da Rede Pública (Proeb), Programa de

Aprendizagem Escolar (Paae) e Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa).

O Proalfa objetivava fornecer indicadores aos gestores e professores da educação básica sobre o nível de alfabetização dos alunos na etapa inicial do ensino fundamental, além de respaldar o planejamento de políticas públicas que garantisse aos alunos aprenderem na idade certa.

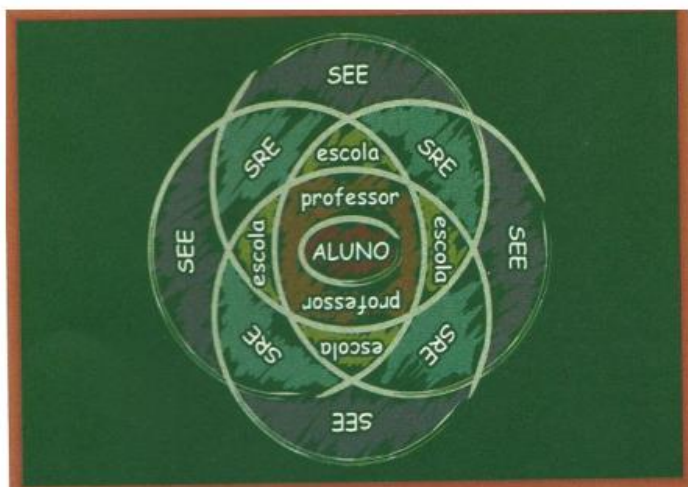
Avaliava os alunos do 3º ano do ensino fundamental de forma censitária e os alunos do 2º e 4º anos do ensino fundamental de forma amostral, cujos resultados eram divulgados extensivamente através de Boletins Pedagógicos e de Resultados. Os resultados da avaliação censitária eram nominais, o que possibilitou acompanhar, orientar e interferir pedagogicamente conforme o desenvolvimento de cada aluno principalmente aqueles identificados com baixo desempenho, os quais deveriam receber atendimento pedagógico mais individualizado e especial.

Em 2006, aconteceu em Minas Gerais a primeira avaliação censitária do Proalfa e os resultados demonstraram que apenas 48,7% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental, do ciclo de alfabetização encontravam-se no nível recomendado de leitura, ou seja, leem frases e pequenos textos considerados adequados para os alunos desse ano de alfabetização; 20,6% dos alunos no nível intermediário conseguiam apenas ler apenas frases e pequenos textos; 30,7% dos alunos se encontravam no nível baixo, ou BD, indicando que leem apenas palavras. (Simões, 2012, p.53)

Diante desse cenário alarmante, em que mais de 30% dos alunos do 3º ano conseguiam ler apenas palavras, em 2008 foi instituído oficialmente, em todo o estado, o Projeto de Intervenção Pedagógica- (PIP) /Alfabetização no Tempo Certo (ATC), considerado uma das mais importantes políticas educacionais com o intuito de reverter a situação confirmada pelos resultados do Proalfa/2006.

A Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, em 2004 em todo o Estado de Minas Gerais, foi o marco histórico- o divisor de águas – que registrou a busca pela qualidade do ensino, com excelência. Com o compromisso pela melhoria da educação e com a prioridade máxima aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir desse momento, novas estratégias de trabalho foram delineadas, com foco no trabalho em equipe, incentivando práticas inovadoras de gestão e liderança. Assim surge o PIP- Projeto de Intervenção Pedagógica/ Alfabetização no Tempo Certo (MINAS GERAIS, 2013, p.6, apud SANTOS,2019, p.33).

Desde sua concepção, o PIP tinha como meta “Toda criança lendo e escrevendo até os 8 anos de idade, onde o aluno era consagrado como o cerne do processo de ensino e aprendizagem e a gestão pedagógica, o sustentáculo do trabalho, conforme diagrama abaixo:

ILUSTRAÇÃO 31 – O FOCO NO ALUNO

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação, apud Simões, 2014, p.30

De acordo com a figura, observa-se a importância de um trabalho articulado entre todos os atores do processo ensino-aprendizagem da SEE/SRE e escolas, mantendo uma relação mais estreita e afinada para alcançar essa meta.

Para vencer o principal desafio do Programa que era adentrar na sala de aula das escolas foi realizado um trabalho contínuo e sistemático de visitas das equipes central e regional para orientar o plano pedagógico, propor estratégias de intervenções, dar suporte pedagógico aos professores e alunos e, desta forma, garantir a melhoria da qualidade do ensino.

Para enfrentar essa demanda foi necessário a ampliação das equipes central e regionais, o que implicou na designação de analistas com experiência comprovada em alfabetização.

Para subsidiar o desenvolvimento das atividades propostas pelo PIP foram elaborados pela SEE materiais e ferramentas de apoio que se constituíram no eixo norteador para as equipes pedagógicas: 12 Guias do Professor Alfabetizador, visando melhorar sua prática em sala de aula, o Guia do Especialista de Educação Básica para orientar o acompanhamento do processo de ensino/aprendizagem na escola, os Cadernos de Boas Práticas com amostras de práticas comprovadamente exitosas, o Guia do Diretor Escolar, voltado para a reflexão de sua prática como líder e articulador das demandas e soluções para a aprendizagem dos alunos.

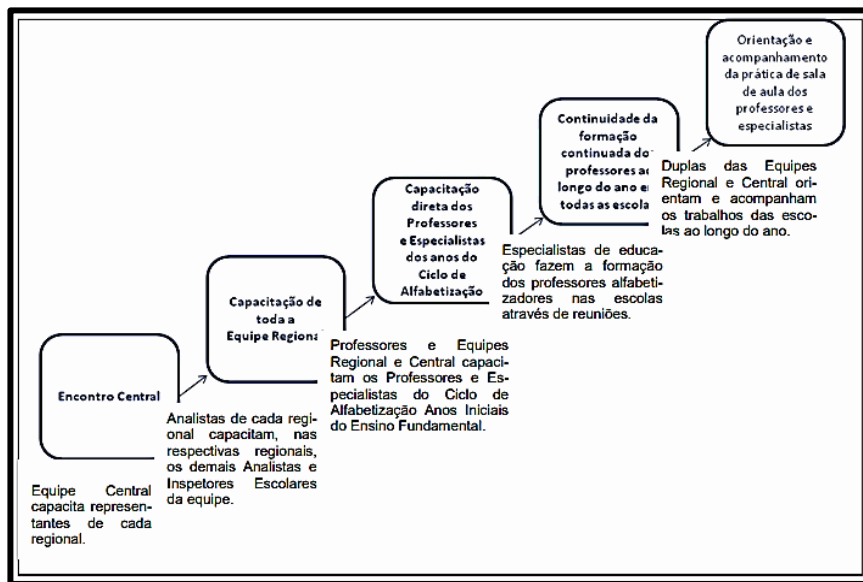
Houve a implantação do Monitoramento Online que era destinado às equipes regionais que, por meio de relatórios, davam maior visibilidade ao Órgão Central do acompanhamento realizado nas escolas.

As ações do PIP contavam com uma extensa pauta de formações que aconteciam de forma sequencial: a equipe central qualificava as equipes regionais, e estas capacitavam diretamente os professores alfabetizadores, supervisores e até diretores.

Para executar esse exaustivo, porém prazeroso processo de aperfeiçoamento foram realizados muitos estudos, capacitações, seminários, repasses e viagens.

A figura abaixo apresenta a estrutura das capacitações, abrangência e composição da equipe pedagógica:

ILUSTRAÇÃO 31 — Estrutura de capacitação de Especialistas e Professores



Fonte: Elaborado por SIMÕES, 2012, p. 42, a partir de dados da SEE

Percebe-se na figura acima a importância do entrosamento entre os diversos atores das equipes para a execução dessa força-tarefa.

As escolas, principalmente a estratégicas, ou seja, aquelas que apresentavam maior número de alunos no baixo desempenho (BD) recebiam apoio e acompanhamento sistemático das duplas de analistas da SRE e Órgão Central, por meio de visitas in loco, as quais tinham a finalidade de identificar as melhores práticas, dar suporte ao trabalho dos diretores e supervisores e intervir no ambiente escolar.

As instruções de auxílio às equipes regionais, durante suas visitas às escolas são demonstradas no quadro abaixo:

ILUSTRAÇÃO 32 — Instruções de auxílio às analistas das Equipes regionais

Check List para visita às escolas
• Visitar no mínimo uma sala de aula, olhar os cadernos dos alunos e tomar a leitura. • Assistir pelo menos uma aula e dar orientação ao professor após o final da aula em conjunto com o especialista e a equipe regional. • Propor, se necessário, ajustes e melhoras no plano de intervenção pedagógica da escola. • Fazer o acompanhamento do plano de intervenção pedagógica. • Assegurar-se de que o PIP sugerido para esta escola é o mais adequado e efetivamente ajudará os alunos a aprender a ler e escrever. • Saber quais são os 3 próximos passos desta escola em relação à implementação do seu PIP. • Sugerir uma lista com os 3 próximos passos desta escola em relação à implementação do seu plano de intervenção pedagógica para ser afixada na sala do diretor, na sala dos especialistas e na sala dos professores. • Preparar uma lista com os pontos a serem observados na escola em relação à implementação de seu plano de intervenção pedagógica em nossa próxima visita.

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Relatório do Programa Alfabetização no Tempo Certo. (2006 a 2010, p.15.)

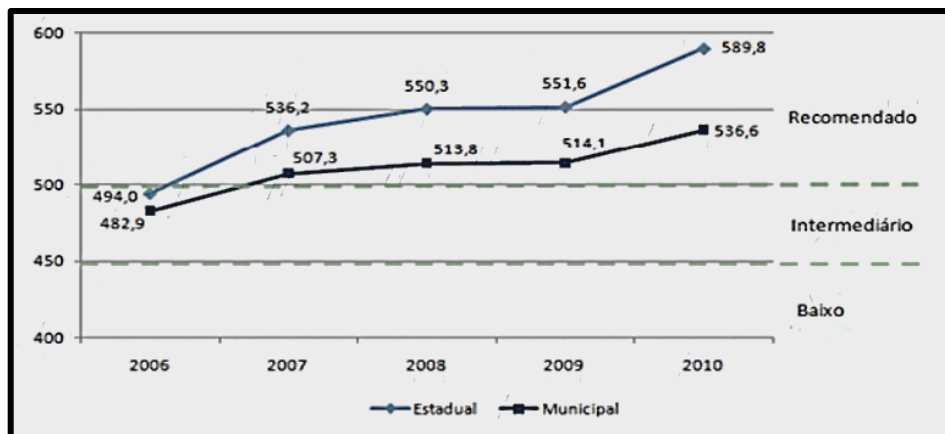
Ao analisar as instruções acima, observa-se que o trabalho do Analista Educacional era desafiador e de indiscutível relevância, pois demandava, além de muito estudo e embasamento teórico, um acompanhamento efetivo às escolas para análise das práticas pedagógicas e, assim, sugerir ações para as devidas intervenções.

Para se encadear com o PIP e apoiar os alunos identificados com baixo desempenho (BD) e indefensibilidade social, em 2007, a SEE implantou o Projeto Escola Tempo Integral (Proeti). Tinha como proposta a ampliação da carga horária dos alunos, onde, no turno em que o aluno estava regularmente matriculado eram desenvolvidas as atividades curriculares e, em outro turno, eram realizadas tarefas com ênfase na alfabetização, letramento, matemática e ampliação do universo de experiências artísticas, socioculturais e esportivas. Todas essas condutas empreendidas com empenho, dedicação e envolvimento da equipe central, regional e de toda comunidade educacional, fizeram com que o percentual de crianças alfabetizadas atingisse a meta previamente determinada pela SEE, a partir de 2008.

Os resultados cada vez mais positivos eram razão de comemoração, euforia e esperança de continuarmos colhendo o fruto do nosso trabalho.

Nos dados apresentados no gráfico que segue, observa-se que Minas avançou muito com o PIP em relação aos resultados da avaliação do Proalfa nos anos de 2006 a 2011:

ILUSTRAÇÃO 33 — *Evolução da Proficiência Média
2006 a 2011 Rede Estadual/Municipal
3º Ano Ensino Fundamental*



Fonte: JORNAL DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação.
Boletim de Resultados do Proalfa — 2010.

O sucesso mineiro nos anos iniciais refletiu também no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Minas Gerais alcançou 5,8 pontos e ficou em primeiro lugar no ranking dos estados brasileiros.

Nesse período, atuando como analista educacional, desenvolvi meu trabalho junto às escolas sob minha responsabilidade, priorizando a importância da apropriação dos resultados da avaliação educacional para subsidiar o Programa de Intervenção Pedagógica, com vistas ao sucesso e o desempenho dos alunos. Aprendizagens, experiências foram muitas.

Em 05 de agosto de 2004, a SEE publicou a Lei nº 15.293 que instituiu as carreiras dos Profissionais de Educação Básica

do Estado e definiu as atribuições do cargo em uma só categoria: Analista Educacional (ANE), conforme Anexo III deste.

O Analista Educacional sempre executou uma função desafiadora, sendo considerado, até hoje, como o principal elo de ligação entre as escolas e a SEE, responsável pela implementação das políticas educacionais emanadas pelo Órgão Central e corresponsável pela orientação, acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem

Em meados de 2006, estreava uma nova era de avanços tecnológicos utilizados pelo Estado de Minas Gerais.

As Regionais de Ensino e escolas estaduais receberam computadores com o sistema Linux que passaram a ser utilizados em larga escala com a implantação do Programa “Escolas em Rede”, dotados do sistema Metasys Linux.

Na retaguarda de uma revolução no uso das máquinas que ainda engatinhavam, “a passos de tartaruga”, com sinal de Internet, se comparado aos dias atuais, havia a promessa de dias melhores com o surgimento de grandes sistemas de dados que iriam transformar e agilizar todos os dados educacionais, administrativos e pedagógicos no futuro. Foi nessa época que Programas como o Simave, Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e outros, foram lançados em suas primeiras versões online, hospedados em sites

informacionais e portais institucionais na Web da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

O Sistema Mineiro de Administração Escolar – Simade, tornou-se a primeira grande plataforma de informações administrativas das escolas estaduais de Minas Gerais, consistindo em uma ferramenta para a gestão. Fornecia informações relativas a instalações físicas, pedagógicas, de docentes, turmas e alunos e servia de base para a implementação de programas, projetos e variadas ações em prol da melhoria do sistema de ensino público.

A partir da Resolução SEE MG nº 1.180, de 28 de agosto de 2008, o Simade se tornou o sistema obrigatório para todas as escolas da rede, convertendo-se em instrumento primário para a coleta e migração de dados do Censo Escolar — Educacenso.

4.3.2 — A Diretoria Educacional no contexto das Políticas Públicas Educacionais de Minas Gerais 2011-2014

Dando sequência aos Programas, Projetos e Ações da SEE/MG, apresento o cenário regional da política educacional desenvolvida no campo pedagógico da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, no período de 2011-2014.

Em 2010, Antônio Anastasia foi reeleito junto ao vice-governador Alberto Pinto Coelho e comandou o governo de Minas Gerais até 2014. Foi conduzida ao cargo de Secretária de Estado de Educação a Prof.^a Ana Lúcia Almeida Gazzola.

Como a vida é uma inexaurível caixinha de surpresas e as melhores são as imprevisíveis, em maio de 2011, a então Diretora da SRE de Ituiutaba, Ises Maria Gomes Cintra surpreendeu-me com um inusitado convite para dirigir a Diretoria Educacional, tendo em vista o retorno da ex-diretora para a escola de origem.

Justificou que os servidores da Dire reivindicavam que o cargo de Diretor (a) fosse exercido por um membro do grupo de analistas lotados na SRE, cujo perfil fosse condizente com as atribuições específicas da função. Acrescentou, ainda, que acreditava em meu potencial pois meu trabalho era desenvolvido com muito empenho e seriedade, focado em melhores resultados.

Naquele momento, impactada pelo “imprevisto” senti um congelamento físico e, tomada pela surpresa, fiquei bloqueada por alguns segundos que pareceram uma eternidade. Mas, fui impulsionada a reagir: aceitar ou desistir?

Agradei-lhe pela oportunidade e reconhecimento profissional, mas, como não me sentia preparada para essa tomada de decisão, nem podia agir por impulso, solicitei-lhe que me concedesse um tempinho para analisar a proposta, pois exercer um cargo tão importante e desafiador implicava em grande responsabilidade. Precisava, primeiramente, domar a serpente do medo e da insegurança para saber como lidar com ela.

Assim sendo, assumi o comando da minha vida e não deixei que as emoções impedissem de realizar meus sonhos. Chegou a hora de dar uma guinada na carreira. Aceitei o convite, sendo carinhosamente acolhida pela equipe que, consensualmente, concordou com a indicação.

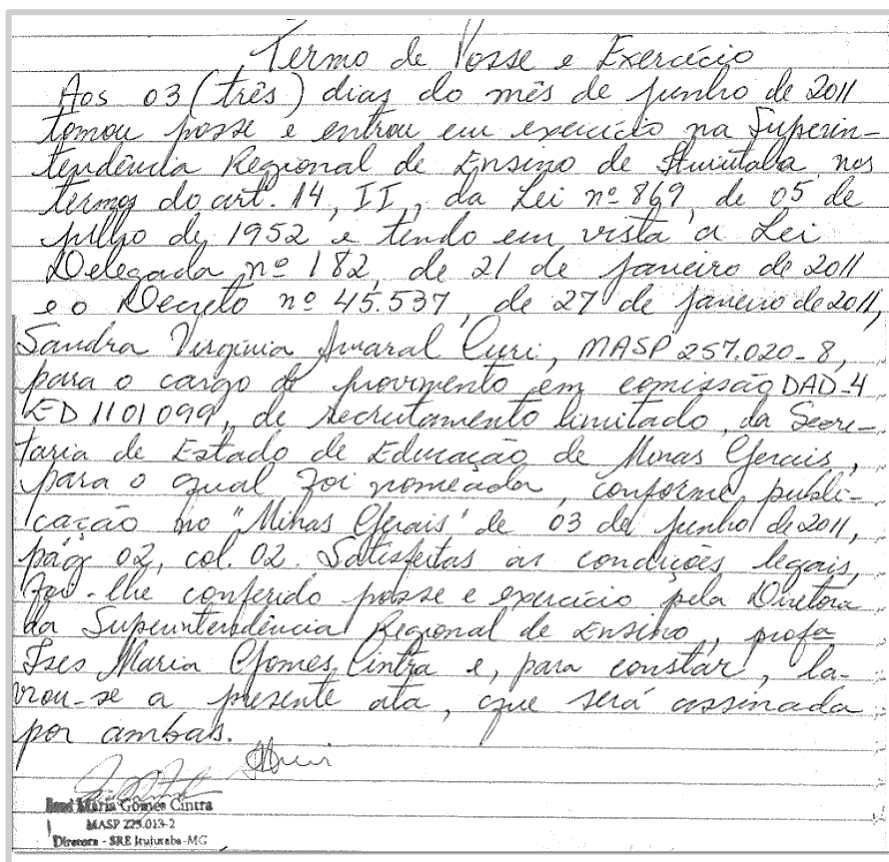
Lembro-me que fiz a seguinte ressalva para Ises: não gostaria de deixar a coordenação das Avaliações Externas. Ela concordou, desde que conciliasse com as funções do cargo de diretora.

Começava, então, uma nova fase da minha carreira profissional.

No dia 03 de junho de 2011 foi publicada minha nomeação no MG para o cargo de provimento em Comissão

DAD-4 da SEE, de recrutamento limitado e na mesma data assinei o Termo de Posse e Exercício.

ILUSTRAÇÃO 34 — Termo de Posse e Exercício



Fonte: Livro de ata nº 3- arquivo do Gabinete da SRE de Ituiutaba.

Assim que assumi a gestão, percebendo a complexidade do cargo, elaborei um plano com as principais atribuições, ações e responsabilidades a serem executadas, conforme fluxograma:

ILUSTRAÇÃO 35 — Fluxograma de atribuições, ações e responsabilidades



Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

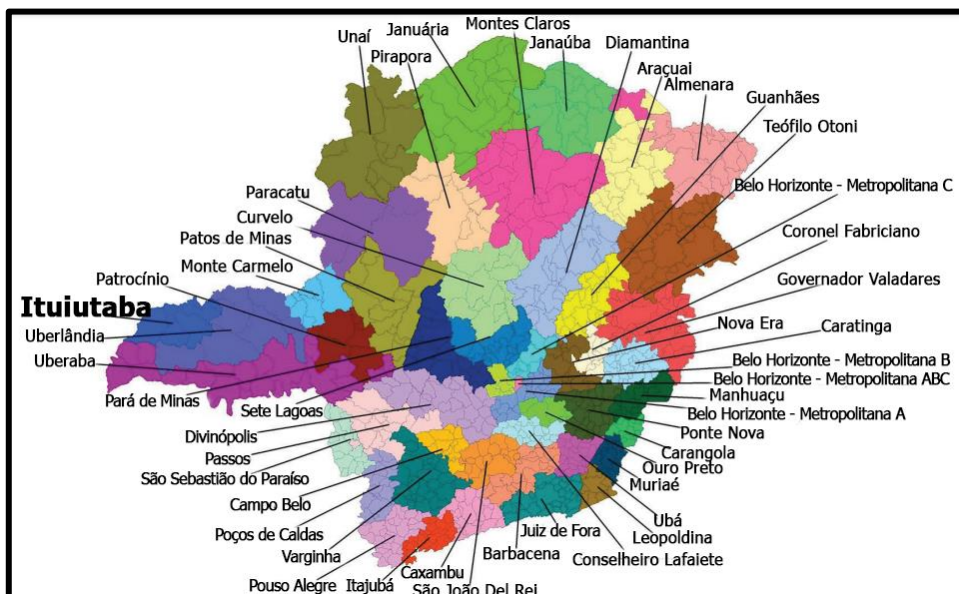
Como gestora, busquei valorizar o saber e as potencialidades de cada integrante da equipe da Diretoria Educacional, compreender as diferenças e reconhecer as habilidades de cada um, estimulando e incentivando o desenvolvimento profissional e pessoal, o estudo, a integração e a troca de experiências.

Como a educação é um ato de amor e responsabilidade, nosso grupo de trabalho desprende-se com coragem e ousadia buscando implementar estratégias que tivessem impacto no processo de aprendizagem acreditando ser possível superar seu maior desafio e prioridade máxima: proporcionar possibilidades para garantir o direito de nossos alunos à aprendizagem e fazer a diferença na vida deles.

Para contextualizar a rede estadual de educação de Minas Gerais, nosso Estado conta, hoje, com 47 Superintendências Regionais de Ensino divididas em polos regionais a partir da posição geográfica de cada uma (Mapa 2).

A SRE de Ituiutaba pertence ao Polo Triângulo, composto, também, pelas Regionais de Uberaba, Monte Carmelo, Paracatu, Unaí, Patrocínio, Patos de Minas e Uberlândia.

MAPA 2 — Distribuição das 47 Superintendências Regionais de Ensino no Estado de Minas Gerais



Fonte: Minas Gerais, Secretaria de Estado de Educação, 2017, adaptado pelo Estagiário da SRE de Ituiutaba Carlos Aparecido Soares Filho.

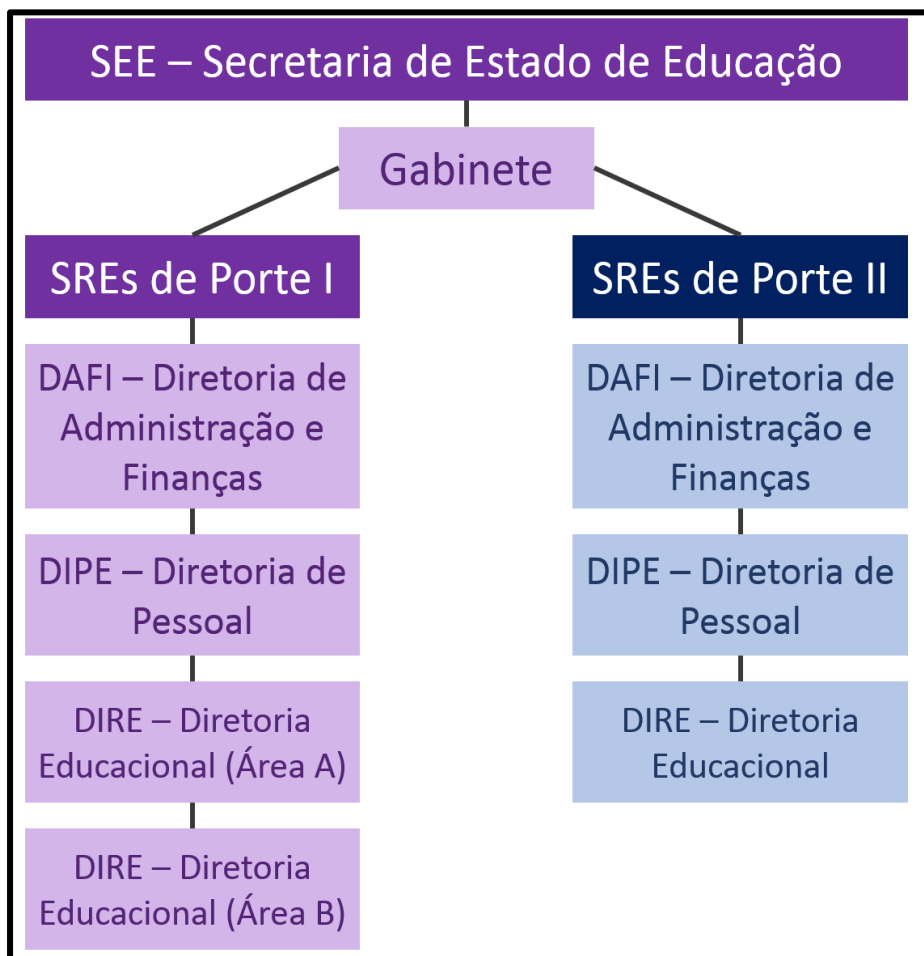
No final de 2011, as SREs foram classificadas como de Porte I e II, conforme Decreto nº 45.849, de 27/12/2011, que dispõe sobre a estrutura da SEE e SREs

As sete SREs de Porte I, são estruturadas com duas Diretorias Educacionais divididas em Setor de Inspeção Escolar (Dire B) e Setor Pedagógico (Dire A).

A SRE de Ituiutaba figura entre as 40 classificadas como de Porte II, ou seja, apresenta em sua estrutura orgânica apenas uma Diretoria Educacional (Dire), uma

Diretoria de Pessoal (Dipe) e uma Diretoria Administrativa e Financeira (Dafi), conforme organograma abaixo.

ILUSTRAÇÃO 36 — Organograma da nova estrutura das SREs de Porte I e II



Fonte: Corrêa, Arnaldo Fernandes, 2014, p.26.

O Art. 74-A do Decreto nº 45.849, assim dispõe sobre a finalidade e a competência da Dire em âmbito regional:

A Diretoria Educacional tem por finalidade coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de atendimento escolar, com a orientação, supervisão técnica e acompanhamento das Subsecretarias de Educação Básica e Informações e Tecnologias Educacionais, competindo-lhe:

I – Organizar as ações que assegurem o atendimento à demanda escolar;

II – orientar as escolas na elaboração de seu projeto pedagógico e do Plano Anual de Intervenção Pedagógica, subsidiando-as na implementação, monitoramento e avaliação das ações;

III – acompanhar os estabelecimentos de ensino quanto à observância das normas legais, administrativas e pedagógicas;

IV – assessorar as escolas quanto à aplicação da legislação referente ao currículo;

V – monitorar e avaliar a execução dos programas de apoio ao aluno;

VI – coordenar a realização dos exames supletivos;

VII – orientar, acompanhar e avaliar, através de visitas periódicas às escolas, o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, incentivando e divulgando estratégias pedagógicas inovadoras;

VIII – implementar o Programa de Intervenção Pedagógica – PIP – nas escolas estaduais;

IX – promover, junto às escolas, o uso de recursos tecnológicos e materiais pedagógicos facilitadores da aprendizagem;

X – acompanhar a realização do processo de avaliação sistêmica e utilizar os resultados para acionar estratégias de intervenção pedagógica;

XI – promover o levantamento e a difusão de dados e informações educacionais no âmbito das escolas da rede pública e privada; e

XII – articular, com os municípios, ações para o desenvolvimento da educação infantil e ensino fundamental.

(MINAS GERAIS, 27 de dezembro de 2011, apud SANTOS, 2019, p. 21)

Em conformidade com as atribuições elencadas, desenvolvi meu trabalho com dedicação e comprometimento, prosseguindo em busca de novos saberes, novos conhecimentos.

Quando o profissional gosta do que faz e trabalha contente e realizado, não se importa com o começo de cada dia e faz com que seu cotidiano seja aprazível, sem recriações.

No período de 2011 a 2014, no governo de Antonio Anastasia foi implementada a terceira e última fase do choque de gestão, cujo foco era a gestão para a cidadania.

Conforme a Secretária Ana Lúcia Almeida Gazzola a política educacional mineira seria apoiada em quatro grandes pilares: ampliar o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) para os anos finais do ensino fundamental, aumentar a qualidade do Ensino Médio e torná-lo atraente para o jovem, investir em formação continuada e aumentar a interlocução no campo institucional com outros atores da educação.

Em 2011, foi implantado o Programa de Intervenção Pedagógica/Conteúdos Básicos Comuns (PIP/CBC) em todas as escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, tendo em vista o baixo desempenho dos alunos do 9º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática demonstrado nos resultados das avaliações internas e externas.

Em vista disso, foi criado o PIP II, como era habitualmente chamado, objetivando a elevação dos índices de desempenho dos

alunos dos anos finais do ensino fundamental com foco em Língua Portuguesa e Matemática e a implementação dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC).

No quadro abaixo são explicitadas as etapas de implementação do PIP-CBC no Estado de Minas Gerais:

QUADRO 4 — *Fases de Implementação do Programa de intervenção Pedagógica nos anos finais do Ensino Fundamental PIP/ CBC*

<i>Fases de Implementação de uma política pública</i>	<i>Fases de Implementação do PIP/ CBC</i>
<i>O problema As informações sobre o problema.</i>	➤ <i>Baixo desempenho dos alunos do 9º ano do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática. Baixo nível de letramento e habilidades básicas de leituras não consolidadas.</i> ➤ <i>Em 2011, o governo de Minas criou o PIP/ CBC – Programas de intervenção pedagógica para anos finais do ensino fundamental.</i>
<i>O desenho</i>	➤ <i>A política pública implementada visava melhorar os resultados, apoiar professores, equipe pedagógica e gestores no desempenho de suas práticas pedagógicas, além de fornecer formação continuada para os professores de todos os componentes curriculares.</i> ➤ <i>Para executar essas ações foi necessária a ampliação do quadro de analistas das superintendências Regionais de Ensino para que todas as escolas pudessem receber visitas toda semana.</i> ➤ <i>O diferencial do PIP/ CBC foi a contratação de analistas de todos os componentes curriculares para assessorar não só os professores de Língua Portuguesa e Matemática mas também de Língua Inglesa, Geografia, História, Ciências, Artes e Educação Física</i>
<i>O ensaio</i>	➤ <i>As alternativas propostas pelo governo de Minas pretendiam elevar a proficiência dos alunos do 9º ano em Língua Portuguesa e Matemática. Melhorar a aprendizagem nos demais componentes curriculares apoiar professores.</i>

<i>A implementação</i>	➤ <i>A implementação aconteceu em 2011, em todas as Superintendências Regionais de Ensino, nos 853 municípios do Estado de Minas.</i>
<i>Monitoramento</i>	➤ <i>O acompanhamento da política pública implementada é feita através da avaliação externa,</i>
<i>Avaliação</i>	➤ <i>Os resultados das avaliações são analisadas pelas equipes gestoras da Secretaria de Estado de Educação. Superintendências Regionais de Ensino e escolas para redirecionar ações da política implementada e as práticas pedagógicas nas escolas.</i> ➤ <i>Os resultados possibilitam ainda a criação de um Plano de Intervenção Pedagógica por escola para criação de ações e metas com o objetivo de solucionar os problemas detectados na avaliação.</i>

Fonte: PIMENTA, 2015, p.24

Pelos dados apresentados no quadro acima, observamos que o PIP-CBC tem por finalidade o êxito do processo ensino-aprendizagem através do monitoramento e apropriação dos resultados das avaliações externas pelas equipes gestoras.

Em 15/02/2012, o governo de Minas lançou, no auditório JK da Cidade Administrativa em Belo Horizonte MG, a segunda fase do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP).

ILUSTRAÇÃO 37 — Lançamento da segunda fase do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP)



Fonte: <https://www2.educacao.mg.gov.br/>

Durante o evento de lançamento do PIP-CBC, Raquel Elisabete dos Santos, Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica disse:

“Queremos fortalecer os anos finais para melhorar o nosso Ensino Médio. Pesquisas mostram que se não houver um investimento nos anos finais, a aprendizagem para. Nós buscamos o primeiro lugar, também, nos anos finais do ensino fundamental e, depois, do ensino médio, mas é uma ação que deve ser feita progressivamente” (NOVO ENSINO MÉDIO, SITE NOSSO ENSINO MÉDIO, 2012).

A segunda fase do Programa dispunha de avantajado investimento inicial para contratação de profissionais terceirizados para integrarem a equipe juntamente com os servidores

efetivos da SRE, bem como recursos para financiar as formações, materiais didáticos e diárias de viagens.

A SEE autorizou a nomeação de um gerente para coordenar o Programa na regional, e a contratação de especialistas nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Inglês e Educação Física para desenvolverem as ações do PIP/CBC, sendo o Diretor da SRE e da DIRE, os corresponsáveis pela eficácia e sucesso das ações do PIP na regional.

Segundo orientações da SEE/MG, o trabalho da Equipe Regional nas escolas consistia, dentre outras funções, em:

1. Orientar e acompanhar o trabalho das escolas no desenvolvimento da gestão pedagógica, com foco no desempenho escolar dos alunos; 2. Estudar e planejar o trabalho a ser realizado nas escolas; 3. Realizar reuniões com os Diretores, Especialistas e Professores, quando necessário, para orientação e monitoramento do processo pedagógico; 4. Realizar visitas às escolas, priorizando as escolas estratégicas, para orientação e acompanhamento dos trabalhos, com foco na aprendizagem dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental; 5. Orientar e apresentar sugestões às Escolas para as ações de Intervenção pedagógica, a partir da análise dos resultados dos alunos nas avaliações diagnósticas internas e externas; 6. Elaborar relatórios sobre o trabalho realizado junto às Escolas, encaminhando-os à SEE, quando solicitado; 7. Avaliar e auto avaliar o desempenho pessoal e o desenvolvimento do trabalho realizado para aprimoramento contínuo. (MINAS GERAIS, SEE/MG, 2011, slides 24-25 apud PIMENTA, 2015, p. 37).

Além, de coordenar, apoiar, orientar e promover a articulação e integração das ações desenvolvidos pela equipe, a gerente do PIP/CBC tinha ainda como principais funções:

1-Coordenar as atividades desenvolvidas pelos integrantes de cada Equipe, apoiando e orientando o desenvolvimento dos trabalhos e promovendo a articulação e integração das ações. 2.Realizar reuniões periódicas para a partilha de informações, análise de resultados, troca de melhores práticas e alinhamento das orientações.3-Realizar reuniões periódicas para planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido junto às escolas e repasse de informações e orientações recebidas. 4-Elaborar oficinas pedagógicas e atuar como coordenadores das mesmas nos cursos de capacitação realizados pela SRE. 5- Analisar os relatórios dos integrantes da Equipe e dar feedback à Equipe e Diretor DIRE. 6- Avaliar e auto avaliar o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento do trabalho para aprimoramento contínuo. (MINAS GERAIS, SEE planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido junto às escolas e repasse de informações e orientações recebidas. 4-Elaborar oficinas pedagógicas e atuar como coordenadores das mesmas nos cursos de capacitação realizados pela SRE. 5- Analisar os relatórios dos integrantes da Equipe e dar feedback à Equipe e Diretor DIRE. 6- Avaliar e auto avaliar o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento do trabalho para aprimoramento contínuo. (MINAS GERAIS, SEE/MG,2011, slide 26 apud PIMENTA, 2015, p. 37).

Uma das estratégias do PIP II, eram as capacitações dos educadores para o aperfeiçoamento do trabalho em sala de aula, que aconteciam tanto de forma centralizada, quanto nas próprias SREs, conforme explicou a Superintendente de Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, Maria das Graças Pedrosa Bittencourt:

Quando um educador é capacitado em Belo Horizonte, ele tem a missão de replicar esse conteúdo nas Superintendências. Se os especialistas verificam que em uma determinada Superintendência os professores têm dificuldades em um conteúdo específico, eles podem realizar uma capacitação para suprir essa deficiência (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2012, p.1).

ILUSTRAÇÃO 38 — Encontro de Especialistas do PIP II e equipes regionais e central em BH



Fonte: <https://www2.educacao.mg.gov.br/>.

O Plano de Intervenção Pedagógica (PIP/EF), desenvolvido pelas escolas sob o monitoramento da equipe regional de analistas, através de visitas e capacitações contribuiu expressivamente para a melhoria da qualidade do ensino em todas as escolas da jurisdição, acreditando ser possível superar o desafio de fazer a diferença na vida deles.

Em março de 2014, houve a rescisão do contrato da SEE-MG com a Fundação Renato Azeredo, implicando na demissão dos professores de disciplinas que integravam a equipe do PIP-CBC, causando insatisfação e revolta e consequências para o desenvolvimento do Programa.

Em decorrência dessa demissão, o quadro de analistas educacionais ficou reduzido. Então, a SEE orientou, através do Ofício Circular SEE/MG 04/2014 que os demais analistas com formação em pedagogia e outras licenciaturas que atuavam em funções administrativas fossem remanejados para a equipe pedagógica, a fim de desempenharem as mesmas atribuições pedagógicas para manter a continuidade do trabalho iniciado nas escolas.

ILUSTRAÇÃO 39 — Equipe PIP/ CBC e sua Gerente, Diretora Educacional e Diretora da SRE de Ituiutaba



Fonte: Arquivo de fotos da Sandra Curi.

Após análise do desempenho dos alunos no Proalfa e Proeb, nos períodos de 2011-2013, percebemos que houve um avanço significativo nos anos iniciais e finais do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática, fruto das ações empreendidas pela equipe do PIP. Porém, observou-se uma preocupante queda das proficiências do Ensino Médio, principalmente em Matemática, provando, assim, que esse nível de ensino será o maior desafio da SEE, conforme gráficos do Portfólio à frente.

A ressignificação do Ensino Médio, o qual se apresentava como principal desafio da educação básica constituiu-se numa das prioridades pedagógicas dessa gestão.

O REM teve início, em 2012, de forma piloto em 11 escolas estaduais da região norte de Belo Horizonte. Em 2013, a iniciativa foi ampliada para mais 122 escolas estaduais de todo o Estado. Já em 2014, todas as 2.189 escolas contariam com a nova proposta pedagógica para esse nível de escolaridade, tendo em vista que a universalização fazia parte da estratégia do Governo de Minas de consolidação da qualidade da educação pública do Estado.

Para a secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Gazolla, o programa era único no Brasil e demonstrava, mais uma vez, o pioneirismo de Minas na área educacional.

O programa Reinventando o Ensino Médio é hoje o melhor e o único programa integrado, sistêmico que fará, de fato, uma mudança de paradigma de modelo no ensino médio no país. Não há similar no Brasil. Nenhuma outra secretaria está implementando um

programa tão ousado, tão arrojado e já com indicadores tão positivos, como este. E os diretores e diretoras de escola, abraçando este programa, darão às gerações que se seguirão às atuais um verdadeiro legado. Entregaremos aos jovens e adolescentes de Minas Gerais um programa que faz sentido, um ensino médio que terá significado para suas vidas. (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2013, p.1)

O Reinventando o Ensino Médio (REM) tinha como objetivos ressignificar o Ensino Médio e aumentar a carga horária, com um currículo mais integrado com o mercado de trabalho. Preconizava uma relação entre o mundo da escola e o mundo do trabalho através de práticas como a flexibilização curricular, a implantação de temas transversais, a realização de atividades extraclasse e extraescolar, o uso de tecnologias de informação e, principalmente, a integração das áreas de empregabilidade ao Currículo Básico Comum (CBC). As escolas poderiam escolher três entre as dez opções de áreas de empregabilidade e o aluno escolhia apenas uma. As disciplinas ofertadas nessas áreas não eram profissionalizantes, mas reforçavam a base cognitiva dos estudantes, beneficiando a perspectiva para futura atuação no mercado

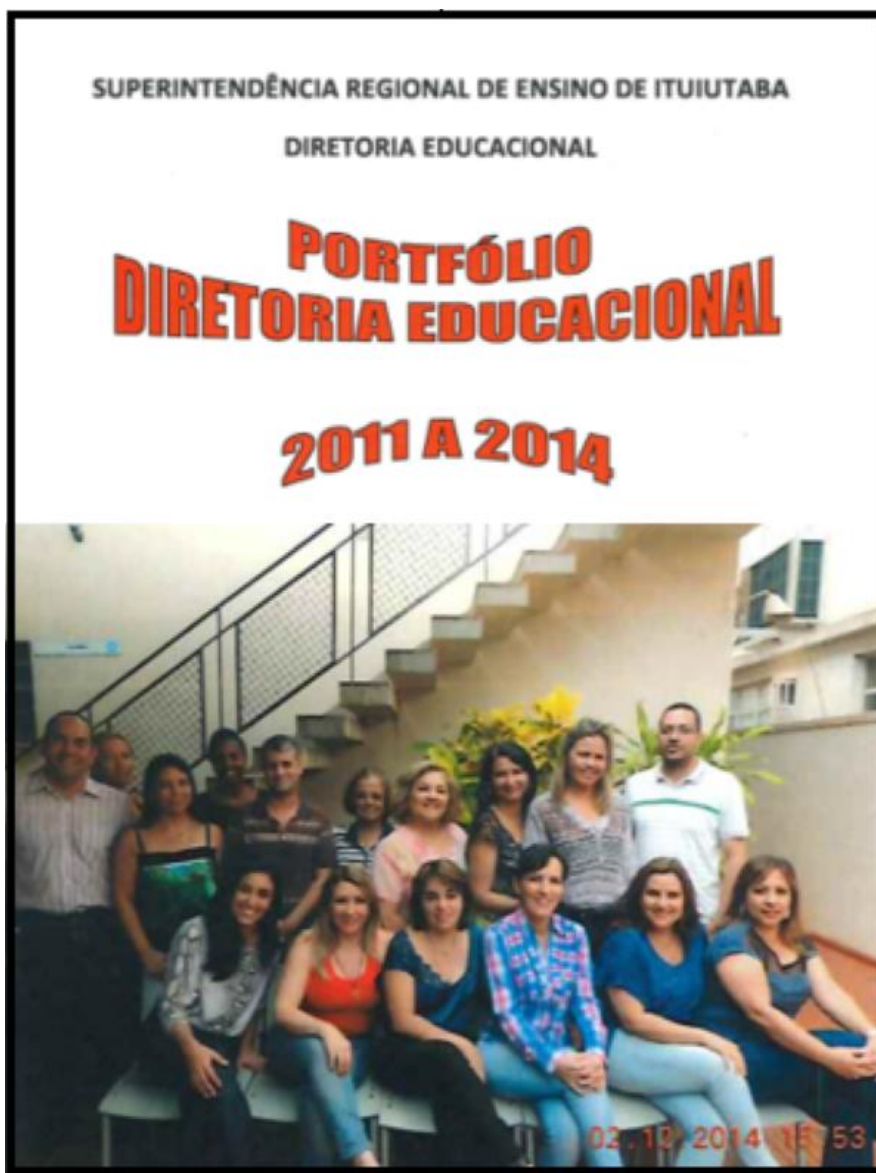
O Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino Médio – Napem, foi criado para auxiliar e acompanhar as escolas na implantação do projeto, solucionando dúvidas, orientando diretores e professores.

Em cada SRE foi instalado um Napem com dois educadores por núcleo, sob a coordenação da gerente do PIP/CBC que funcionava como elo entre as escolas, SRE e SEE.

O quadriênio 2011-2014 foi sinalizado por inúmeras conquistas e desafios na área educacional. Foram implantadas diversas Propostas pela SEE que seguiram implementadas e delineadas pelos analistas da Dire com competência, comprometimento, desejo e vontade de fazer a diferença

Apresento, abaixo, o Organograma da Diretoria Educacional, os Programas, Projetos e Serviços, incrementados pelos seus respectivos protagonistas e resultados do Proalfa e Proeb — 2011 a 2013, conforme Portfólio enviado à SEE no final de 2014, período de transição de governo.

ILUSTRAÇÃO 40 — Portfólio da Diretoria Educacional do período de 2011- 2014, enviado à SEE



Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 41 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

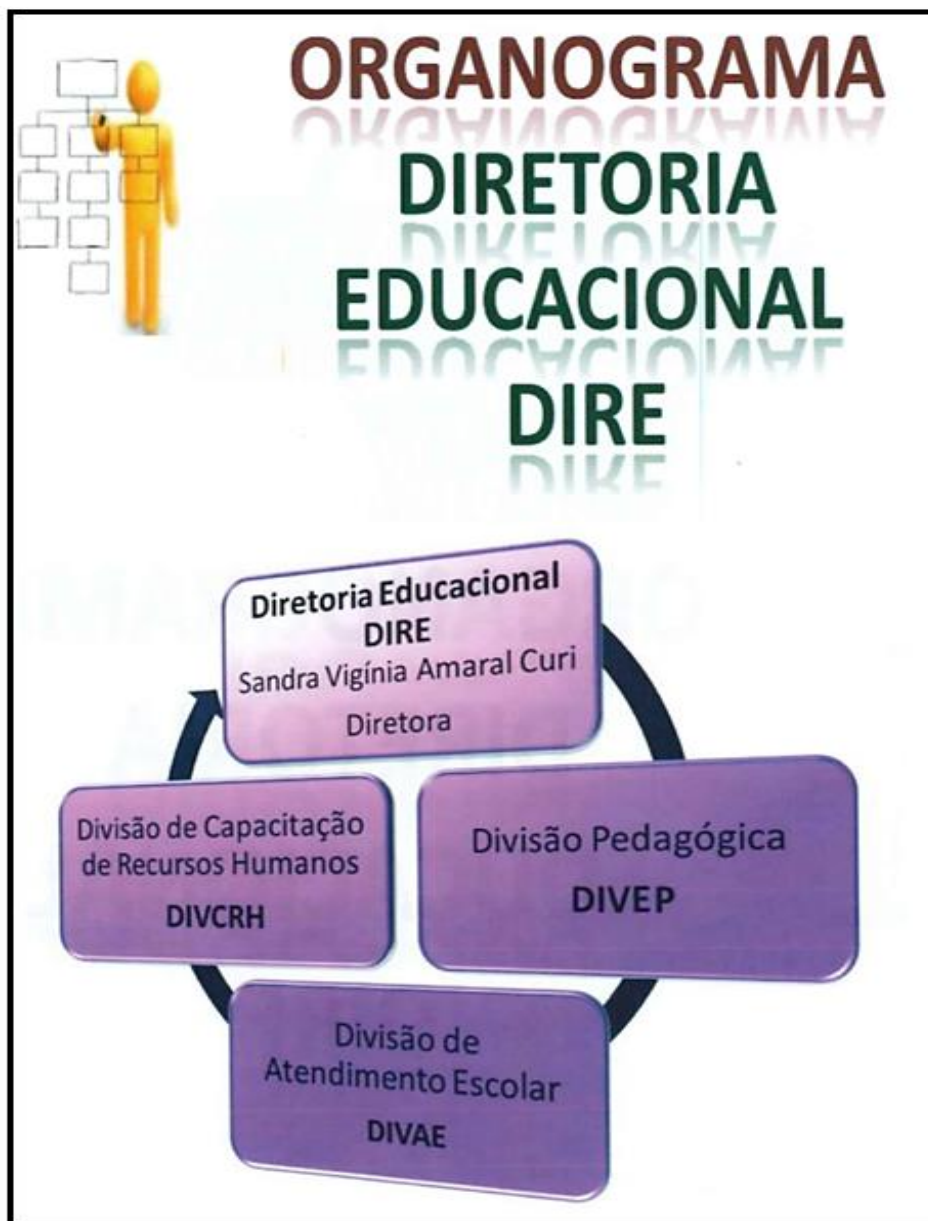
A Diretoria Educacional tem por finalidade coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas, de atendimento escolar e de recursos humanos, competindo-lhe ainda:

- coordenar, em nível regional, o processo de implantação de propostas pedagógicas de acordo com a política educacional;
- assessorar as escolas na elaboração, acompanhamento e avaliação de seu Projeto Pedagógico em consonância com a política educacional;
- organizar as ações que assegurem o atendimento à demanda escolar, promover, facilitar e incentivar a capacitação de recursos humanos, em consonância com a política educacional;
- promover junto às escolas o uso de recursos tecnológicos e materiais pedagógicos facilitadores da aprendizagem;
- exercer atividades correlatas que lhe forem delegadas.

A Diretoria Educacional conta, atualmente, com 19 (dezenove) servidores efetivos e desde 3/6/2011, é dirigida pela Analista Educacional/Pedagoga Sandra Virgínia Amaral Curi.

Segue abaixo, o organograma da Diretoria Educacional, apresentando os responsáveis pelos programas, projetos e serviços:

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 42 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 43 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Divisão de Atendimento Escolar DIVAE Tem por finalidade promover a melhoria das condições e demanda nos diferentes níveis e modalidades de ensino, visando a universalização da oferta. Ises Maria Gomes Cintra Sandra Virgínia Amaral Curi Coordenadoras	
SERVIÇOS/PROJETOS/PROGRAMAS	• RESPONSÁVEL(IS)
Plano de Atendimento Escolar	• Sandra Virgínia Amaral Curi
Cadastro Escolar	• Sandra Virgínia Amaral Curi e Inspetores
Acompanhamento de Vida Escolar	• Inêssa Melo Vieira Silva e Maurício Coelho de Oliveira
Criação de Escolas, Cursos e Extensão de Séries	• Maurício Coelho de Oliveira
CESEC/EJA - Educação de Jovens e Adultos	• Maurício Coelho de Oliveira
Arquivos e Emissão de Históricos de Escolas Extintas	• Adriana Marques de Jesus
NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL	• Hellen Martins de Faria Figueira - Coordenadora
Serviço de Documentação e Informação Educacional - SEDINE	• Denio Alves, Emerson Alves de Andrade e Hellen Martins de Faria Figueira
Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE / Educacenso	• Denio Alves e Emerson Alves de Andrade
Suporte Tecnológico	• Denio Alves

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

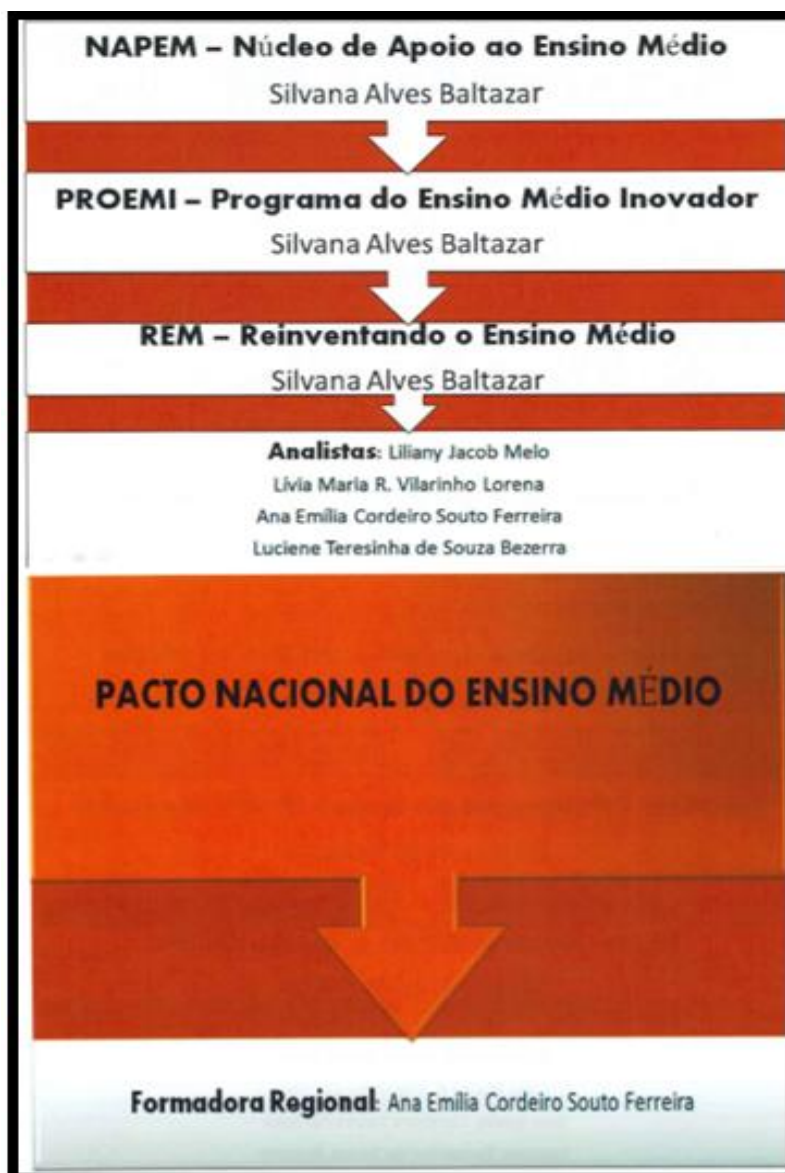
ILUSTRAÇÃO 44 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Divisão de Equipe Pedagógica DIVEP Tem por finalidade assegurar às escolas sob a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino no planejamento e desenvolvimento das ações que visem à melhoria da qualidade de ensino. Ana Paula Lopes Jorge Cury Supervisora Regional	
SERVIÇOS/PROJETOS/PROGRAMAS	• RESPONSÁVEL(IS)
AVALIAÇÕES EXTERNAS SIMAVE / SAEB	• Coordenadoras: Sandra Virgínia Amaral Curi e Katia Luzia S. Silva
Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	• Adriana Marques de Jesus
Atendimento Educacional Especializado - AEE	• Cláudia Cristina R de Souza Rezende
Educação para o Trânsito/	• Lilianny Jacob Melo
Projeto Algar	• Lilianny Jacob Melo
Programa Saúde na Escola - PSE	• Lilianny Jacob Melo
Projeto Escola de Tempo Integral - PROETI	• Lilianny Jacob Melo e Luciene Teresinha de Souza Bezerra
Programa Mais Educação	• Lilianny Jacob Melo e Luciene Teresinha de Souza Bezerra
Projeto Educação para a Vida	• Lilianny Jacob Melo e Lívia Maria Ribeiro Vilarinho Lorena
Jogos Estudantil de Minas Gerais - JEMG	• Cláudia Cristina R de Souza Rezende e Emerson Alves de Andrade
Programa Atleta na Escola	• Ione Marta Franco Pereira
Olimpiada Brasileira de Língua Portuguesa	• Ione Marta Franco Pereira
MAGISTRA	• Ione Marta Franco Pereira
Olimpiada Brasileira de Matemática - OBMEP	• Adriana Marques de Jesus

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 45 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição.

ILUSTRAÇÃO 46 — Portfólio Dire Enviado à SEE

Fonte: Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 47 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

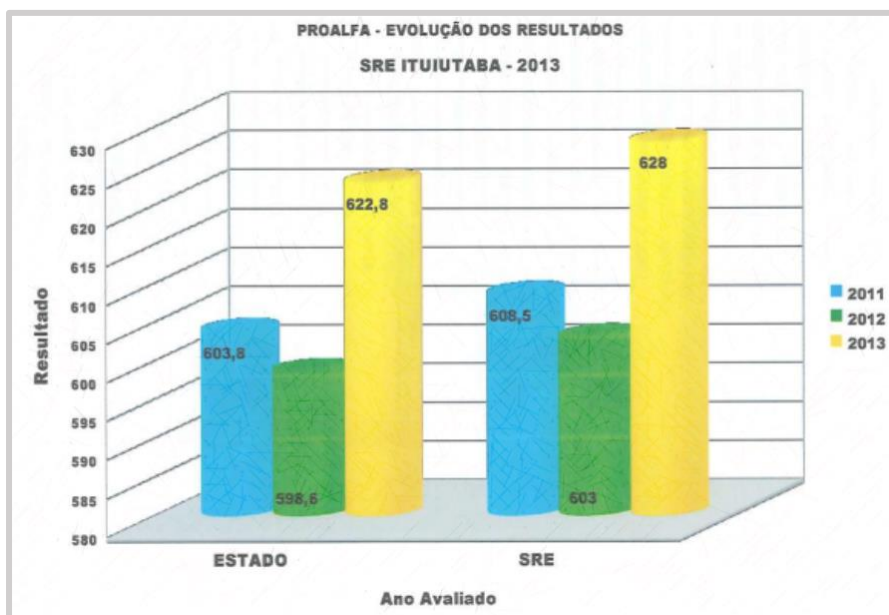
Divisão de Capacitação e Recursos Humanos DIVCRH Tem por finalidade promover ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos no âmbito da SRE, em consonância com a política da Secretaria de Estado de Educação
Shirlei Abrahão Coordenadora
Operacionalização das Capacitações / Seminários / Cursos / Reuniões Shirlei Abrahão e Katia Luzia Silveira Silva
Exames Supletivos/ENEM Shirlei Abrahão e Mauricio Coelho de Oliveira
Mediação de Conflitos Shirlei Abrahão e Mauricio Coelho de Oliveira
Agenda Geral da SRE Shirlei Abrahão e Katia Luzia Silveira Silva
Biblioteca / Videoteca Shirlei Abrahão e Katia Luzia Silveira Silva
Apoio Logístico / Digitação e Divulgação e Outros/ Katia Luzia Silveira Silva
Protocolo no Sistema de Informação da Gestão Eletrônica de Documentos- SIGED Katia Luzia Silveira Silva

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

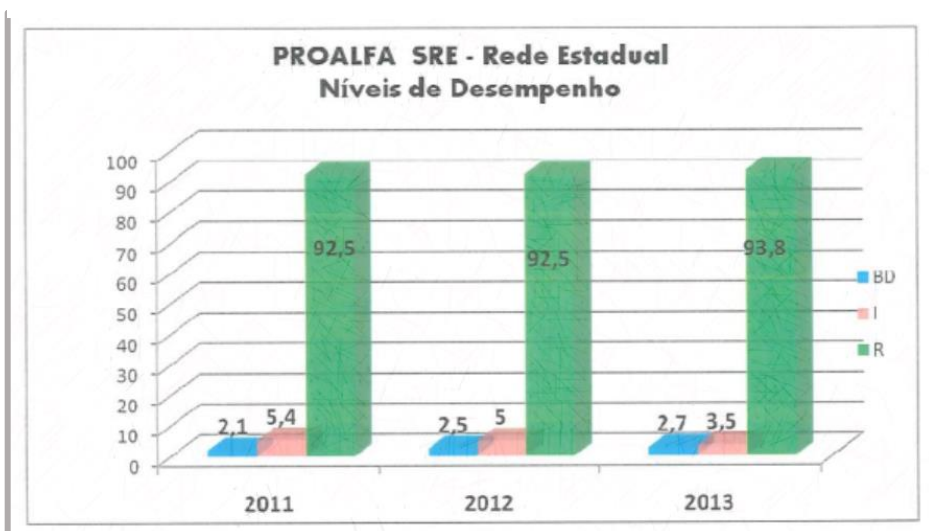
ILUSTRAÇÃO 48 — Portfólio da DIRE enviado à SEE



Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 49 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

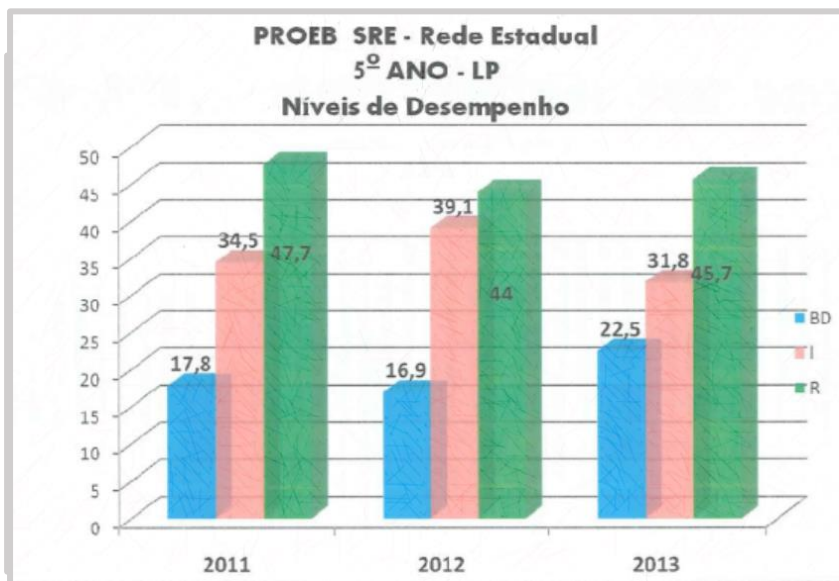
ILUSTRAÇÃO 50 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

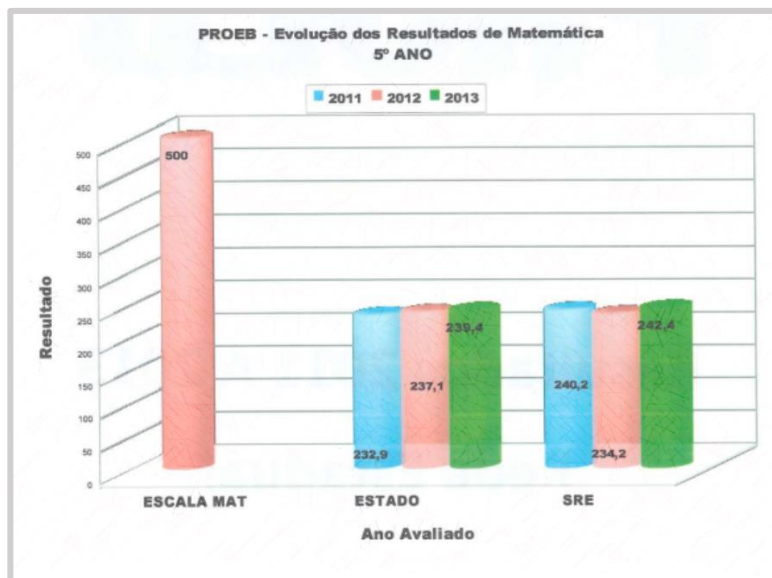
ILUSTRAÇÃO 51 — Portfólio da DIRE enviado à SEE



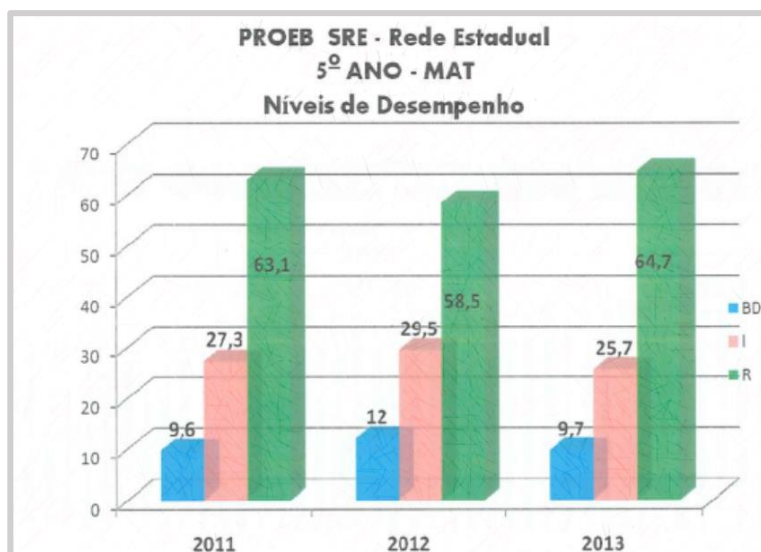
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 53 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

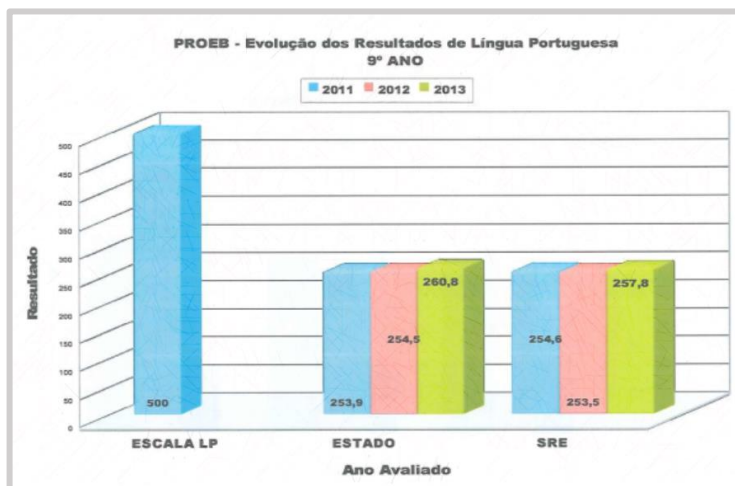
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 54 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

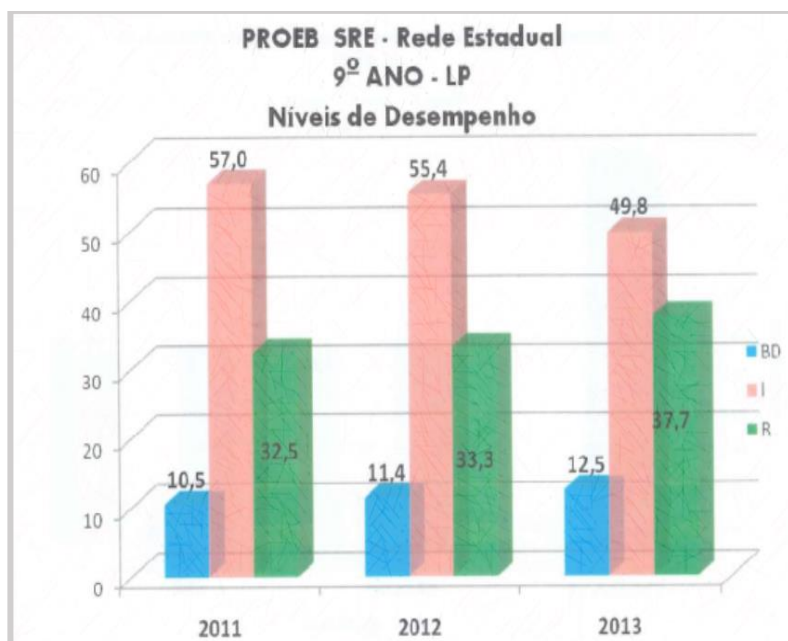
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 55 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

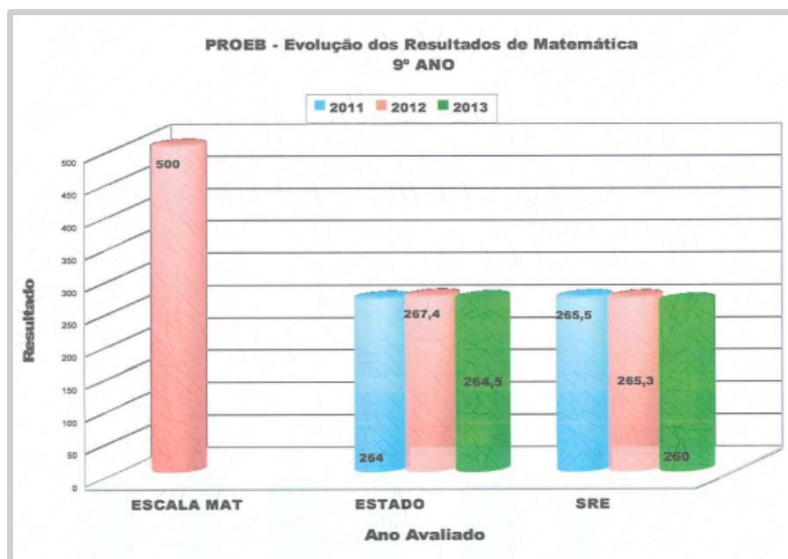
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 56 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

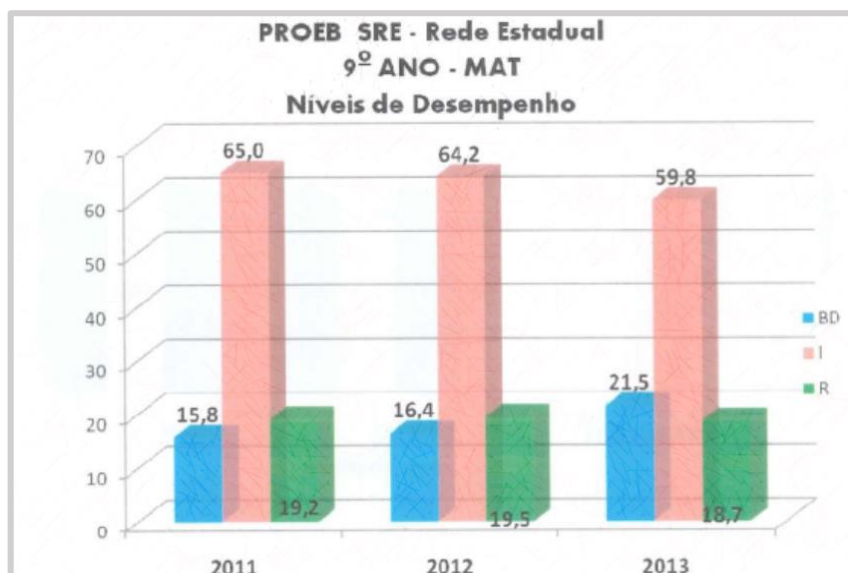
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 57 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

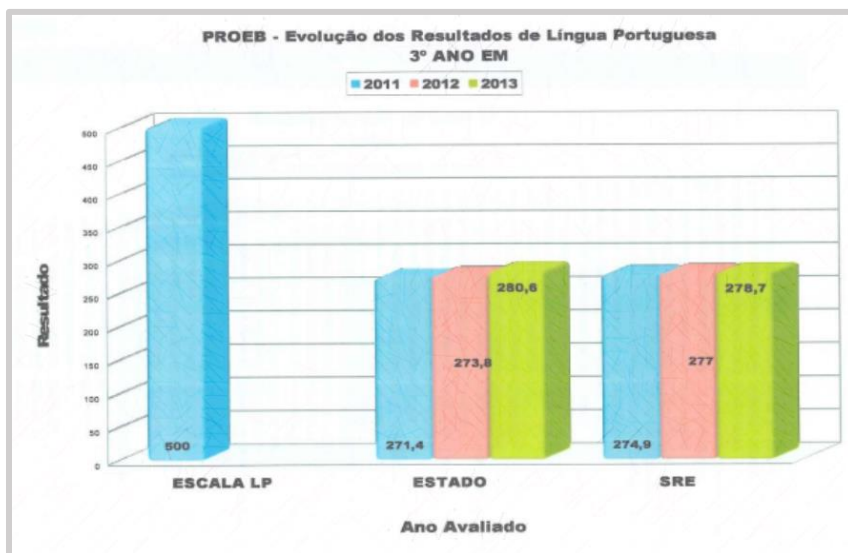
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 58 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

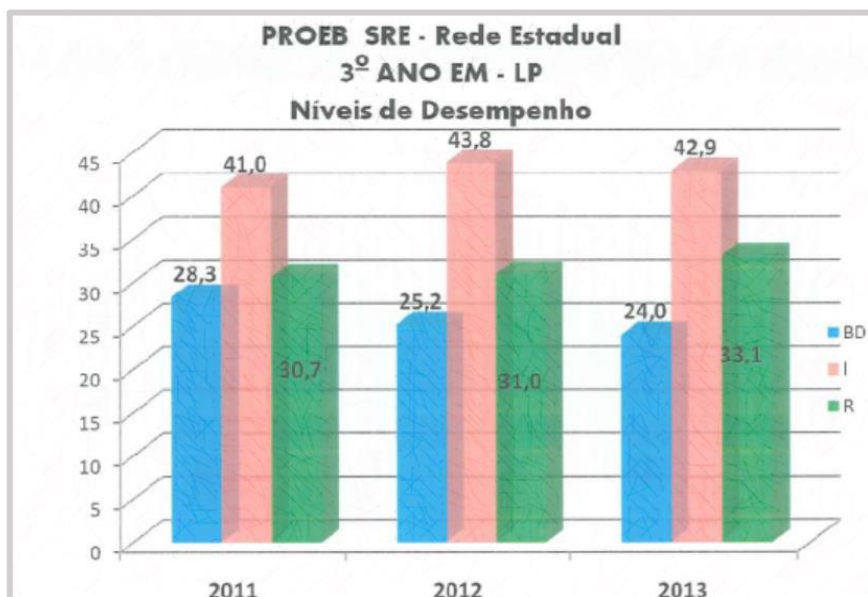
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 59 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

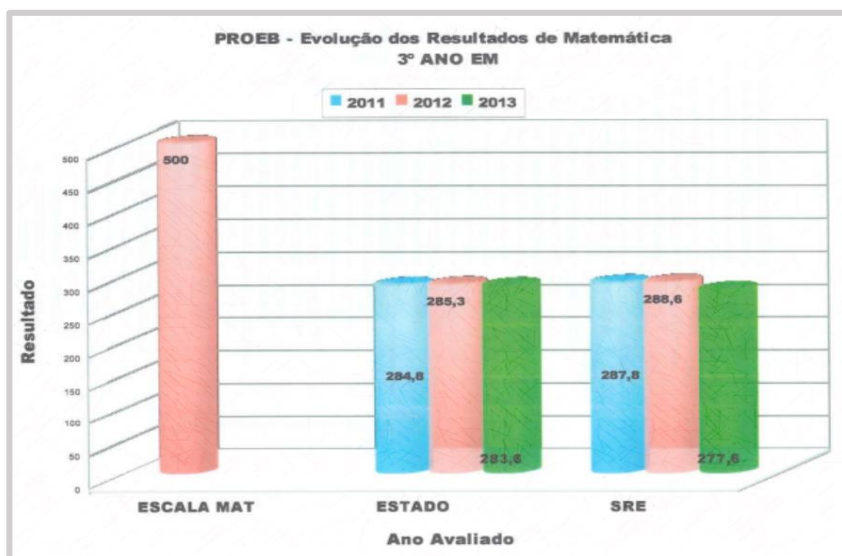
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 60 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

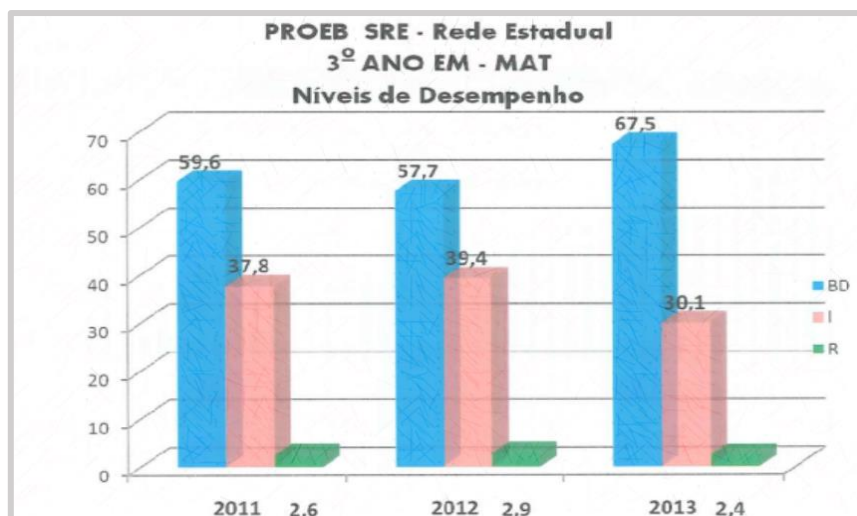
Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 61 - Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 62 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

ILUSTRAÇÃO 63 — Portfólio da DIRE enviado à SEE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional para Transição

Inegavelmente, no exercício do cargo de diretora educacional, ocorreram algumas situações incômodas e desagradáveis visto ser natural e inevitável que as relações interpessoais passem por tensões e conflitos. Mas, aqui convivi com seres humanos incríveis, com quem vivenciei momentos inesquecíveis, dei boas gargalhadas e compartilhei sonhos que arejaram a mente, o coração e as emoções.

4.3.3 — A Diretoria Educacional no contexto das Políticas Públicas Educacionais de Minas Gerais - 2015-2018

Em 2015, Fernando Damata Pimentel assumiu o cargo de Governador de Minas Gerais. Durante sua gestão (2015-2018), respondeu pela pasta da Secretaria de Estado de Educação a Professora Macaé Maria Evaristo dos Santos.

A pretexto da mudança de governo, no dia 13/02/2015, foi publicada minha exoneração do Cargo em Comissão DAD-4, bem como da Diretora da SRE, Ises Maria Gomes Cintra.

Foi nomeada para dirigir a SRE Maria José da Silva Paula, de quem recebi, com surpresa, o inesperado convite para voltar a assumir a gestão da Diretoria Educacional. Essa situação inusitada causou-me perplexidade e espanto; senti que meu coração fosse sair pela boca.

Então, nessa trajetória de idas e vindas, após refletir criticamente sobre a questão, avaliar todo o contexto e as consequências dessa escolha, acalmei meu coração, aquietei a mente e ouvi minha voz interior. Tomei uma dose de ousadia e, “sorrindo para o inesperado”, aceitei o convite que muito me honrou.

Assim, com a autoestima elevada, um novo recomeço floresceu dentro de mim, fruto do reconhecimento profissional que é o combustível que nos impulsiona para seguir em frente.

Em 09/05/2015, foi publicada no MG minha nomeação para o Cargo de Provimento em Comissão DAD-4, de recrutamento limitado da SEE e no dia 15/05/15, assinei o Termo de Exercício.

ILUSTRAÇÃO 64 — Termo de Exercício

Termo de Exercício

Maria José da S. Paula
Masp 251.236-6
Diretora da SRE Ituiutaba-MG

Aos 15 (quinze) dias do mês de maio de 2015 (dois mil e quinze) assinei exercício na Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 969, de 05 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 31 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 45.513 de 27 de janeiro de 2011, Sandra Virgínia Amaral Curi, MASP 252.020-8, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 ED1101099, de recrutamento limitado, da Secretaria de Estado de Educação, conforme publicação no "Minas Gerais" de 15 de maio de 2015, págs. 08, col. 04 e págs. 09, col. 03. Satisfazendo as condições legais, foi-me concedido exercício pela Diretora da Superintendência Regional de Ensino de Ituiutaba, Maria José da Silva Paula, e para constar, lavrou-se a presente Ata que será por ambas assinada. Em tempo, registra-se: conforme publicação no "Minas Gerais" de 09 de maio de 2015.

Sandra Virgínia Amaral Curi; Maria José da Silva Paula

Maria José da S. Paula
Masp 251.236-6
Diretora da SRE Ituiutaba-MG

Fonte: Livro de atas nº 4 do Gabinete da SRE de Ituiutaba.

Maria José convocou a equipe da DIRE para participar daquele momento e apresentar-me como Assessora Pedagógica, o que ocasionou surpresa e indignação em alguns servidores.

Enfrentei muitos obstáculos, objeções, críticas, indiferenças e frustrações, mas reuni forças para vencer as divergências com paciência, determinação, sabedoria,

confiança e muita fé, pois é superando os desafios que ultrapassamos nossos limites.

Como todo ser humano, tenho defeitos e limitações que busco vencer e aprimorar constantemente na busca de uma evolução contínua. Dessa maneira, sigo "policiando" para dominar os impulsos que testam meu autocontrole.

Em 2015, diversos Programas e Projetos foram implementados na nova administração da SEE que reestruturou a gestão pedagógica do Estado, interrompendo algumas políticas públicas implantadas nos governos antecedentes, principalmente o Programa de Intervenção Pedagógica-PIP-ATC/CBC e o Reinventando o Ensino Médio-REM.

Em contraposição a uma gestão de desempenho concentrado na aferição de resultados, com o objetivo de “remunerar” o maior esforço, deve-se pensar em uma perspectiva de gestão do desempenho que busque mensurar os resultados públicos para servir como plataforma de prestação de contas à sociedade e base para participação informada dos atores sociais (Minas Gerais, 2015, apud SANTOS, 2019 p. 41).

Percebe-se, assim, que o gerenciamento do governo de Pimentel divergiu da política educacional empreendida nos governos anteriores.

A gestão educacional do Estado era alicerçada numa política Democrático-Participativa que visava maior integração escola- sociedade onde figuravam outros atores, até então

anônimos como os indígenas, quilombolas, as juventudes e as comunidades do campo.

Essa administração tinha como preceitos: as políticas de valorização profissional da educação; equalização dos insumos escolares; fortalecimento da gestão escolar; fortalecimento da ação coordenadora das redes de ensino pelo Estado; reestruturação do Ensino Médio e políticas para correção de desigualdades de fluxo e qualidade.

Nesse quadriênio,

Do ponto de vista pedagógico, o investimento nas reduções das desigualdades educacionais, a valorização da diversidade, o fortalecimento de políticas de inclusão, especialmente voltadas aos povos do campo, indígenas e quilombolas, os esforços para a melhoria da aprendizagem e a busca por oferecer alternativas concretas para os adolescentes e jovens no ensino médio, ainda hoje um gargalo em todo o país foram algumas ações de destaque [...]. ” (Programas e Ações da Educação em Minas Gerais – 2015 a 2018, 2018, p.5).

No quadro abaixo, ressalto os principais Projetos e Programas que foram implementados na gestão de Pimentel

QUADRO 5 — Projetos e Programas

- A Política de Educação Integral e Integrada (antes restrita a projeto);
- Programa de Convivência Democrática;
- Projeto de Acompanhamento Pedagógico — APD;
- Telecurso Minas Gerais (Telessalas);
- Campanha Vem e as Ações das Juventudes;
- Projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio (TICs);
- Educação Inclusiva: Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e de Populações Itinerantes (ciganos, circenses e assentados);
- Itinerários Avaliativos de Minas Gerais.

Fonte: Quadro elaborado por Sandra Curi, apud SANTOS, 2019, p.41.

Para implantar, acompanhar e avaliar os Projetos, Programas e Ações, a SEE convocava, constantemente, a Diretora Educacional para participar de Reuniões/ Capacitações, as quais eram posteriormente repassadas para a equipe da Dire e escolas.

ILUSTRAÇÃO 65 — Participação de Reunião na SEE

Educação

Diretora Educacional da SRE de Ituiutaba participa de reunião na Secretaria de Estado de Educação

Foto: José Filizcional do Pontal

A diretora Educacional da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ituiutaba, Sandra Virginia Amaral Cury esteve participando de uma reunião na Secretaria de Estado de Educação, nos dias 24 e 25 de fevereiro, além da participação dos assessores pedagógicos das demais superintendências do Estado de Minas Gerais, para tratar de assuntos relacionados às mudanças no Ensino Médio Noturno, a Educação de Jovens e Adultos e a organização das equipes pedagógicas das Superintendências Regionais de Ensino (SRE).

Sandra Cury disse que essa foi uma reunião gerencial para tratar das ações da subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, tendo como pontos importantes, a organização e as ações da subsecretaria para discutir sobre o trabalho das equipes pedagógicas das SRE com as escolas; ações da Educação Integral; Ensino Médio noturno e EJA; a nova disciplina – Diversidade, Inclusão e Mundo do Trabalho; dentro do tema Diversidade e Inclusão, foi discutido sobre a Educação Especial, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola, campanha Afro-consciência e Educação em Direitos Humanos.

"Foi uma reunião para fazermos um alinhamento das nossas ações, enquanto diretores da Diretoria Educacional para tratarmos das nossas ações com as equipes pedagógicas, para o ano de 2016", ressaltou Sandra Cury.

1º Encontro com Especialistas em Educação Básica

A Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ituiutaba estará realizando na quinta-feira, 3, e na sexta-feira, 4, das 8h às 17h30, no salão de eventos da SRE, o 1º Encontro com Especialistas em Educação Básica das escolas estaduais de Ituiutaba e das demais cidades que estão sob sua jurisdição, além de representantes das secretarias municipais de Educação de cada uma das cidades da jurisdição, com a equipe pedagógica da Diretoria Educacional.

A diretora Educacional da SRE, Sandra Cury ressaltou que o encontro tem como objetivo fortalecer as ações pedagógicas a serem desenvolvidas nas escolas no ano de 2016. Para tal, há uma pauta extensa, quando serão tratados vários assuntos de interesse dos especialistas, tais como as funções e atribuições dos especialistas em Educação Básica; Educação Integral; Educação Especial; Ensino Médio e EJA; planejamento; Educação Infantil; anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental.

Segundo Sandra Cury essa será uma reunião que abordará muitas questões e ações pedagógicas que serão desenvolvidas durante este ano.

Diretora Educacional da SRE, Sandra Virginia Amaral Cury



Fonte: Jornal do Pontal (01/03/2016, p. 8)

Em 2017, visando uma política voltada para a gestão de resultados educacionais a SEE/MG implementou os Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais,

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (2016):

Os Itinerários Avaliativos englobam um conjunto de ações que deveriam ser desenvolvidos pelas escolas e culminarem com a elaboração de um Plano de Ação, cujo objetivo era melhorar o desempenho educacional dos estudantes, com base nas informações geradas pelas avaliações em larga escala e pelas avaliações internas da escola.

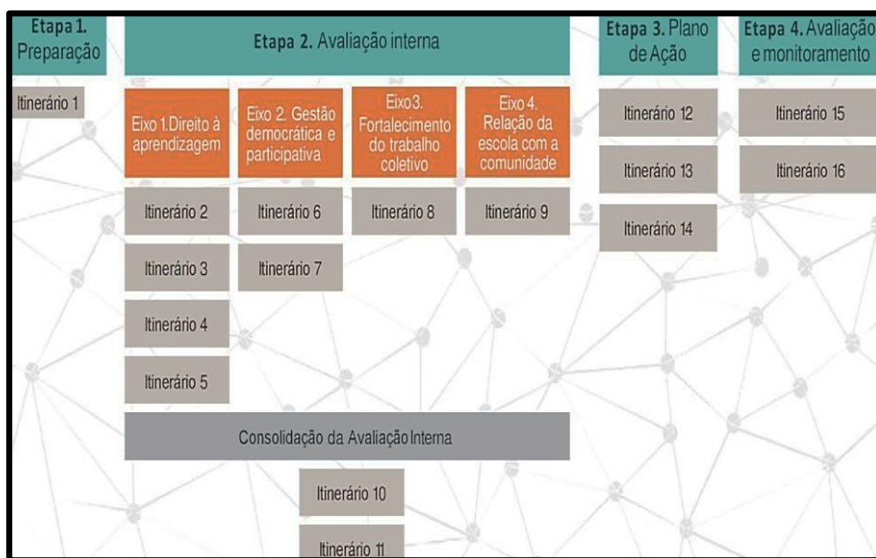
Desenvolvidos pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Caed/UFJF, em parceria com a SEE, promoviam a realização de análises de dados e debates para a construção coletiva de uma avaliação interna e a definição de um plano de ação e seu monitoramento nas escolas de Educação Básica, que pudessem melhorar e consolidar o processo de aprendizagem de seus estudantes.

Atenta ao movimento de reforma democrática da gestão escolar, esta proposta defende e valoriza o uso sistemático de resultados de avaliações externas e demais indicadores educacionais produzidos pelas escolas públicas brasileiras, para a construção de uma avaliação interna. Nesse sentido, seu objetivo consiste em disponibilizar um conjunto de procedimentos que possibilite a identificação e a construção de consensos em torno dos principais fatores que interferem na aprendizagem, apostando no trabalho coletivo de gestores e professores. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016 apud LIMA, 2019, p.40)

Os 16 Itinerários Avaliativos foram agrupados em 4 etapas estruturadas em sequência lógica: Preparação, Avaliação

Interna, Plano de ação e Avaliação e Monitoramento, conforme estrutura definida pela SEE:

ILUSTRAÇÃO 66 — Estrutura dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais



Fonte: SEE/MG, 2016, p.9, apud LIMA,2019, p. 41

A SEE realizava diversas capacitações com diretores e analistas das SREs, que faziam os repasses para a equipe pedagógica das escolas a fim de implantarem os Itinerários.

Toda equipe pedagógica deveria conhecer a plataforma dos Itinerários, os formulários e todo material disponível para assessorar as escolas, respeitando sua autonomia.

Diferentemente do PIP, que demandava constantes visitas in loco, com a implementação dos Itinerários, houve uma redefinição do papel das analistas que passaram a atuar

internamente na SRE, dando apoio técnico, orientando e acompanhando a execução dos programas, projetos e ações, posto que foi delegada ao gestor e toda equipe escolar, maior autonomia e responsabilidade.

Tal monitoramento era realizado através do uso de instrumentos como e-mail, telefone e os sistemas de gestão da informação utilizados pela SEE/MG

Em 2019, a SEE reformulou a proposta dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais, ressignificando-a com orientações para o apoio à revisão do Projeto Político-Pedagógico.

A informatização e modernização de processos realizados pela Secretaria de Estado de Educação também marcaram essa gestão.

Considerando que o conhecimento sobre a construção de habilidades e competências e o planejamento educacional estão cada vez mais vinculados ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas rotinas de trabalho, uma nova tendência no ambiente escolar exigia o uso cada vez maior dos computadores

Assim, na vanguarda de todas essas ações, os técnicos do Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE, ligados à Diretoria Educacional da SRE de Ituiutaba foram baluartes essenciais para ministrarem capacitações, cursos e oficinas, disseminando novas tecnologias para técnicos, especialistas da educação básica e professores que se apropriaram das mais diversas ferramentas, além

de oferecerem monitoramento e apoio tecnológico às escolas e Regional,

Em junho de 2018, fomos surpreendidos com a imprevisível e desagradável notícia da exoneração da Diretora da SRE, Maria José da Silva Paula. Foi nomeado para sucedê-la, o professor Carlos Henrique Araújo Vidigal (Baco).

Considerando que o cargo em comissão exige troca, e, sobretudo confiança e afinidade, por questão de ética agendei uma reunião para conversarmos em particular. Com franqueza e lisura, coloquei meu cargo à disposição, deixando-o à vontade para substituir-me.

Novamente, o inesperado bateu à minha porta, pois não imaginava que seria convidada para permanecer no cargo. Argumentou que depositava absoluta confiança em mim, acreditava em meu potencial e contava com o meu assessoramento pedagógico durante sua gestão.

Durante alguns minutos fiquei refletindo e analisando os prós e contras dessa proposta; senti a autoestima renovada por estar colhendo os frutos e reconhecimento do meu esforço e dedicação. Pedi a Deus luz e sabedoria para tomar tal decisão. Respirei fundo, controlei a emoção e, ouvindo a voz interior resolvi me alimentar desse desafio, aceitando o convite.

Assim, oficializei outro recomeço na carreira. Prossegui assessorando pedagogicamente o diretor, focada no

desempenho das funções e no alcance das metas e dos resultados almejados.

Responsável pela gestão da DIRE, além de garantir um ambiente de trabalho mais harmônico e produtivo, deleguei tarefas, mediei conflitos, contornei crises, identifiquei falhas e ajustes, avaliei o desempenho, incentivando a equipe a dar o máximo de si, contribuindo, assim, para a formação de um time de alta performance.

A sobrecarga de trabalho firmada por uma jornada de 40 horas semanais, ou mais, não impediu que as entregas fossem realizadas em tempo hábil, apesar da exaustão. Seguimos acompanhando, orientando, capacitando as escolas, viajando para Belo Horizonte e outros municípios, vislumbrando contribuir com a elevação da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Os analistas da Diretoria Educacional, atuaram impecavelmente no acompanhamento e implementação das políticas públicas de Minas Gerais primando pela qualidade do ensino, conscientes do papel de transformar e impactar a partir do seu trabalho.

Abaixo, exponho os Programas e Projetos implementados pelos analistas da Diretoria Educacional entre 2015-2018, e seus respectivos atores, apresentados no último Encontro Gerencial, no final de 2018.

ILUSTRAÇÃO 66 — Programas e Projetos – 2015-2018

DIRETORIA EDUCACIONAL

Sandra Virginia Amaral Curi
Assessora Pedagógica da SRE de
Ituiutaba

Diretoria Educacional

Programas, Projetos
e Responsáveis

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

ILUSTRAÇÃO 67 — Programas e Projetos – 2015-2018**SANDRA VIRGINIA AMARAL CURI**

Assessora Pedagógica da SRE de Ituiutaba

- Coordenação Divisão de Equipe Pedagógica - DIVEP
- Coordenação Divisão de Atendimento Escolar- DIVAE
- Coordenação Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE
- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Coordenação Avaliações Externas - Sistema Mineiro de Avaliação Escolar – SIMAVE e Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB
- Cadastro Escolar
- Plano de Atendimento Escolar
- Cadastro Escolar
- Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE

ELIANE PEREIRA MARTINS ROCHA

Supervisora Pedagógica Regional

- Coordenação da Divisão de Equipe Pedagógica – DIVEP da Diretoria Educacional
- Acompanhamento Pedagógico
- Coordenação do Serviço Apoio à Inclusão - SAI
- Avaliações externas - Sistema Mineiro de Avaliação Escolar – SIMAVE e Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB
- Itinerários Avaliativos de Minas Gerais

ANA EMILIA CORDEIRO SOUTO FERREIRA

- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Campanha VEM e Ações da Juventude
- Ensino Médio
- Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI
- Educação Profissional (Apoio Ises)
- Educação de Jovens e Adultos – EJA (Apoio Ises)
- Currículo de Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

ILUSTRAÇÃO 68 — Programas e Projetos – 2015-2018**CARLA RIBEIRO DE LIMA PARANAIBA**

- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Ensino Fundamental – Anos Finais
- Telecurso Minas Gerais - TELESSALAS
- Circuitos de Aprendizagem
- Clubes de Leitura
- Base Nacional Comum Curricular – BNCC
- Currículo de Minas Gerais

MARIA BETÂNIA BERNARDES DE ANDRADE BARCELOS

- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Ensino Fundamental – Anos iniciais
- Educação Infantil
- Curso Normal
- Acompanhamento Pedagógico Diferenciado - APD
- Programa Mais Alfabetização – PMALFA
- Currículo de Minas Gerais

LILIANY JACOB MELO

- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Educação Integral e Integrada
- Jogos Escolares de Minas Gerais - JEMG
- Saúde na Escola
- Educação para o Trânsito
- Programa mais Alfabetização
- Escola Aberta
- Núcleo de Desenvolvimento da Educação Física Escolar e Esporte na Escola
- Programa Novo Mais Educação
- Educação Ambiental
- PDDE Interativo

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

ILUSTRAÇÃO 69 — Programas e Projetos – 2015-2018**LIVIA MARIA RIBEIRO VILARINHO LORENA**

- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Educação Integral e Integrada
- Jogos Escolares de Minas Gerais - JEMG
- Saúde na Escola
- Educação para o Trânsito
- Programa mais Alfabetização
- Escola Aberta
- Núcleo de Desenvolvimento da Educação Física Escolar e Esporte na Escola
- Programa Novo Mais Educação
- Educação Ambiental
- PDDE Interativo

VANIA APARECIDA FRANCO BATISTA

- Protocolo do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos
- SIGED
- Agenda de eventos da Diretoria Educacional - DIRE
- Serviços de digitalização, organização de arquivos
- Assessoramento à Diretoria Educacional e Equipe DIVEP e Divisão de Atendimento Escolar - DIVAE
- Controle de recebimento de documentos de organização e funcionamento escolar;
- Serviços xerográficos
- Acompanhamento e leitura do Diário Oficial MG
- Organização e acompanhamento dos cronogramas de Férias Regulamentares e Prêmio dos Servidores da Diretoria Educacional - DIRE

ISES MARIA GOMES CINTRA

- Acompanhamento Pedagógico das escolas
- Educação Profissional
- Educação de Jovens e Adultos – EJA
- Currículo
- Sistema Prisional e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC
- Programa de Convivência Democrática
- Vida Escolar (Apoio Serviço de Inspeção)
- Calendário, Plano de Atendimento, Cadastro Escolar (Apoio Sandra)
- Ensino Médio (Apoio Ana Emilia)

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

ILUSTRAÇÃO 70 — Programas e Projetos – 2015-2018**MAURÍCIO COELHO DE OLIVEIRA**

- Centro Estadual de Educação Continuada – CESEC
- Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCEJA e Exames Supletivos
- Processos de credenciamento, credenciamento, autorização e funcionamento de escolar, cursos, níveis e modalidades de ensino
- Programa de Convivência Democrática
- Atendimento e encaminhamento de vagas Escolares.

LEILA APARECIDA FURTADO

- Serviço de Apoio à Inclusão - SAI
- Acompanhamento nas escolas em Sala Recurso, Professores de Apoio e Intérpretes
- Diversidade
- Educação do Campo
- Educação Indígena
- Educação Quilombola e de Populações Itinerantes

HELLEN MARTINS DE FARIA FIGUEIRA

Coordenadora do Núcleo de Tecnologia
Educativa

- Capacitações Pedagógicas do Núcleo de Tecnologia Educativa - NTE
- Sistema EDUCACENSO
- Atualização dos dados e informações no sistema da Diretoria de Tecnologias Aplicadas à Educação - DTAE referentes aos recursos tecnológicos existentes nas escolas, NTE e SRE

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

ILUSTRAÇÃO 71 — Programas e Projetos – 2015-2018**DENIO ALVES**

- Visitas in loco para acompanhamento das condições e utilização dos laboratórios de informática das escolas
- Atendimento técnico e de suporte tecnológico às demandas apresentadas pelas escolas para avaliação das redes lógicas e conectividade
- Suporte tecnológico para a realização de cursos e capacitação na SRE
- Acompanhamento e apoio na execução de projetos pedagógicos que utilizam as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação TDIC's
- Apoio técnico ao Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE e EDUCACENSO
- Capacitação, acompanhamento e monitoramento dos servidores das escolas nas atividades operacionais do SIMADE e Diário Escolar Digital - DED

JOSÉ LUIZ JÚNIOR

- Visitas in loco para acompanhamento das condições e utilização dos laboratórios de informática das escolas
- Atendimento técnico e de suporte tecnológico às demandas apresentadas pela escolas e SRE de Ituiutaba
- Suporte tecnológico às escolas para avaliação das redes lógicas e conectividade
- Apoio técnico, quando necessário, ao Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE e EDUCACENSO.

ADRIANA MARQUES DE JESUS

- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP
- Prêmio Professores do Brasil – PPB
- Plano Professores do Brasil – PPB
- Plano Nacional do Livro Didático - PNLD
- Emissão documentos escolas extintas
- Organização dos arquivos de escolas extintas
- Coordenação de Processo de expurgo de documentos escolares de escolas extintas

Fonte: Elaborado pela Diretora Educacional Sandra Curi

Assim, continuei exercendo a liderança no caminho da retidão e da coerência pautada na determinação, honestidade, confiança, resiliência e fé.

Às vezes surgem certas reviravoltas na vida que num primeiro momento tudo parece meio nebuloso, gelado, vazio. Mas aos poucos o entendimento chega, os sentimentos se ajeitam e a paz se instala.

Em 20/03/2019, a pedido do Diretor da SRE, compareci em seu gabinete. Logo, pelo seu semblante tenso, percebi que algo não estava bem. O clima estava pesado.

O mesmo iniciou a conversa elogiando e agradecendo-me pelo companheirismo, apoio e dedicação ao trabalho, mas que havia decidido efetuar mudanças e inovar a equipe gestora da DIRE. A conversa foi curta, objetiva, sincera e sem ultimatoss.

Então, cultivando o hábito da gratidão, agradei-lhe pela confiança, consideração e oportunidade, deixando boas impressões, pois manter as portas abertas é imprescindível. Possivelmente, naquele momento, Deus estava manifestando que chegara o instante de usar minhas asas para alçar novos voos, percorrer novos caminhos e enfrentar novos desafios...

Após organizar meus pertences, desliguei-me da SRE em 23/03/19, com a sensação de missão cumprida, certa de ter realizado um bom trabalho, auxiliando o diretor sempre que necessário.

ILUSTRAÇÃO 72 — Despedida dos colegas da Equipe da Diretoria Educacional, em 23/03/19



Fonte: Arquivo de fotos da Sandra Virgínia Amaral Curi

Como tinha férias regulamentares, férias prêmio, folgas compensatórias, usufrui de todo o tempo de que ainda dispunha, porém, abri mão de algumas vantagens, na expectativa de obter uma progressão com vigência prevista a partir de 01/01/2020.

Em 09/04/2020, foi publicado meu afastamento preliminar à aposentadoria e assim, permaneci afastada por dois anos.

Em 23/03/2021 decidi cancelar o afastamento preliminar e regressar para a SRE a fim de cumprir o prazo legal, que garantiria a qualidade para usufruir plenamente do direito à aposentadoria.

Fui acolhida com carinho, consideração e atenção pela Diretora da SRE, Luciene Teresinha de Souza Bezerra e Diretora Educacional Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira.

Ana Emília apresentou-me uma proposta de trabalho cujo objetivo era resgatar a memória da DRE/SRE, desde sua criação, apresentando a trajetória da 1ª Delegada de Ensino Salma Jorge Cury e a minha, como Diretora Educacional da SRE, no período de 2011-2019. Assim tive a oportunidade de viver novas possibilidades e obter mais satisfação pessoal e profissional.

Enlevada pela proposta, aceitei, com coragem e ousadia, o desafio de redigir a história desta Instituição onde atuei como sujeito ativo desde sua criação, consciente da responsabilidade gigante que assumi.

Mesmo não constando da referida proposta de trabalho da DIRE, fiz um breve relato evidenciando as políticas educacionais de Minas Gerais implantadas no período de 1986 a 2019 que causaram maior impacto, tendo em vista a pertinência do assunto, principalmente para aqueles que estão iniciando na área da educação. Eis aqui o trabalho de investigação e a síntese de resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sou um pouco de todos que conheci, um pouco dos lugares que fui, um pouco das saudades que deixei e sou muito das coisas que gostei.” (SAINT-EXUPERY, 2005, p.14)

Finalmente, o filho que tanto aguardei, sonhei e gerei agora é real. Ao gerar um bebê, nasce uma mãe, envolvendo uma relação íntima entre ambos.

Assim, escrever este livro foi como um processo de gestação onde experimentei uma mistura de sentimentos: alegria, insegurança, ansiedade, medo, paciência, reflexão, escolha e, sobretudo, responsabilidade.

Escrevi-o com o coração, me entreguei irrestritamente, viajei em pensamentos e tive um desejo enorme de exteriorizar as ideias e emoções vividas nesse recorte temporal.

Não foi nada fácil montar esse quebra cabeça, pois enfrentei inúmeras dificuldades para juntar todas as peças a que tive acesso. Pensei até em desistir, mas valeu a pena todos os minutos, horas, dias e meses, pois queria deixar minha marca, transmitir e compartilhar esse legado com todos.

Contudo, não tive a menor presunção de me materializar a qualquer “ilusão biográfica” (BOURDIER, 1986, 69-72), nem me vangloriar.

Este relacionamento de amor e cumplicidade com o livro foi só nosso. Vivenciei a experiência mais enriquecedora e incrível de toda a minha vida.

O presente trabalho apresentou a reconstrução dos fatos passados, a memória e a história de seu povo por meio de pesquisa documental - coração deste memorial, realizada através de legislações, acervos pessoais e institucionais, conversas e entrevistas com servidores e outros colaboradores externos, bem como descortina a influência e a tendência de cada período descrito.

Apresentei uma sequência linear e cronológica dos fatos, mas devido à escassez de fontes, posso ter omitido acontecimentos, o que servirá de impulso para novos estudos. As recordações guardadas em minha memória, ora estão muito vivas, ora quase apagadas, obrigando-me a utilizar de flashbacks, para buscá-las no pretérito.

Procurei traduzir em palavras as memórias da Delegacia Regional de Ensino/Superintendência Regional de Ensino, desde seu nascimento, visando retratar sua identidade, selecionando os acontecimentos e os indivíduos que contribuíram com o seu sucesso, preservando sua história.

Toda população foi privilegiada e beneficiada com um rico presente que significou um marco na comunidade escolar de Ituiutaba e região.

A SRE de Ituiutaba possui, hoje, um status de magnitude, seriedade, excelência e autoridade. Considero essa Instituição como nossa casa de trabalho, nosso espaço de transformação da sociedade.

Desde sua instalação e funcionamento, o compromisso, a competência técnica, a importância e responsabilidade deste Órgão Público Estadual é reconhecido na jurisdição pela organização e relevantes serviços de apoio à gestão escolar, sobretudo pelo farto investimento junto à estrutura pedagógica e administrativa.

Escrever a história de um lugar é uma construção que traz os traços dos sujeitos que dela fizeram parte e que colaboraram para a edificação da memória e identidade que se busca conservar, seja ela cultural, social, educacional.

Protagonista de um acontecimento histórico notável, a pioneira Salma Jorge Cury, 1ª Delegada Regional de Ensino de Ituiutaba, lutou incansavelmente pela instalação e funcionamento da 32ª DRE de Ituiutaba, realizando um valoroso e exemplar trabalho. Conquistou o respeito e reconhecimento de toda comunidade escolar pela sua competência, lisura, integridade e profissionalismo, empenhando-se pela qualidade e melhoria do ensino das escolas jurisdicionadas à DRE.

Foi comovente entrevistar e ouvir o depoimento da ex-delegada de ensino que, com um gostinho de saudade e entusiasmo, passou pelo túnel do tempo, trazendo de volta ao presente, a história de sua ilustre carreira profissional que procedeu na instalação da 32ª Delegacia Regional de Ensino de Ituiutaba.

Salma deixou sua marca tatuada nos anais desta Instituição Regional de Ensino e assim sendo, merece ser lembrada com muito apreço, reverência e gratidão.

Optei, também, recapitular um “passado próximo”, fazendo uma breve abordagem das políticas públicas da educação mineira, visitando primeiramente a década de 80 até chegar em 2019. Não objetivei defender, nem discutir acerca das políticas educacionais adotadas em Minas Gerais, apenas apresentar as principais reformas introduzidas pelos Chefes do Estado Mineiro, no período citado.

Essa visita foi uma forma de compreender os acontecimentos, suas contribuições, transformações e influências que marcaram o sistema de ensino estabelecendo, assim, vínculos entre o tempo histórico e as gerações futuras.

Escrever sobre minha trajetória foi, a princípio, intimidante; um desafio desmesurado, maior do que imaginei. Tive medo de fracassar, medo de críticas, rejeição e dificuldade na tomada de decisões. Mas sou uma criatura iluminada, que aprendeu a não desistir da luta, enfrentar os desafios, abdicar de pensamentos negativos, ser otimista, confiar em si mesma, seguir em frente apesar de tantos caminhos tortuosos.

Ao narrar a história da minha vida, relembrar as experiências pessoais e profissionais mais marcantes possibilitou um encontro comigo mesma, ressignificando o que sou hoje.

Quisera eu ter o dom da escrita para exprimir em palavras o que vivi ao longo desses 35 anos de caminhada nesta Instituição que faz parte da minha história e da minha essência humana, onde experimentei intensamente situações desafiadoras, momentos inesquecíveis, além de ter o privilégio de vê-lo nascer, participar de sua implantação e do seu crescimento.

Fiz um breve regresso no tempo, partindo da minha infância. Quem diria que um dia sentiria saudades da minha meninice se meu maior desejo era crescer, ser adulta.... Mal sabia que aquela época era a melhor de ser! Despreocupada, feliz e sorridente, vivi minha meninice com muita leveza na alma, doçura no coração e muitos motivos para sorrir, pular, cantar, encenar.

Desde então, já me identificava com a área da educação. Devo admitir que as influências de familiares foram significativas e decisivas para tal escolha uma vez que segui trilhando sempre por esse caminho.

Minha carreira profissional é a história de uma professora, supervisora pedagógica, analista educacional/pedagoga e diretora educacional/assessora pedagógica que escolheu a Educação como propósito de vida, que acompanhou mudanças importantes no sistema de ensino e empenhou-se em lutar por uma educação pública de qualidade.

Ser convidada para dirigir a Diretoria Educacional (DIRE) durante três gestões (2011-2019), sob a direção de Ises Maria Gomes Cintra, de Maria José da Silva Paula e de Carlos Henrique de Araújo Vidigal representou uma conquista, pois o reconhecimento impulsiona a autoestima e a motivação. A valorização é o retorno positivo do trabalho.

Durante estes anos todos dentro desta SRE, que foi mais a minha casa que a minha própria, pude compartilhar sonhos e ensinar muitos a sonharem. Sempre preocupada em alinhar minha vida profissional com a pessoal para que ambas caminhassem juntas, enfrentei vários desafios para alcançar cada conquista.

Nenhuma trajetória é uma estrada perfeita, reta e absolutamente lisa. Há muitas pedras, curvas, buracos e obstáculos, mas também tem belas flores que exalam suave perfume. Muitas vezes fui inflexível e muitas vezes maleável, condescendente. Essa capacidade de curvar e não quebrar é peculiar do meu caráter. Enfrentei fortemente cada barreira e assim fui superando meus medos.

Não há recompensa maior que olhar para o passado e reconhecer que as batalhas travadas, o cansaço, o desânimo, as insônias e as ansiedades experimentadas nesse percurso profissional não foram em vão; todavia, toda dedicação e esforços empreendidos nessa caminhada se converteram na minha realização e evolução pessoal.

Com meus colegas, mesmo tendo visões de mundo divergentes aprendi inúmeras maneiras de trabalhar, conviver e compreender melhor este novo cosmos que estava se esboçando e, por vezes, com muitos obstáculos.

Contudo, o melhor de tudo isso foram as amizades que conquistei e as pessoas que cativei. Há colegas que viram amigos e outros que viram parte da nossa história. E comigo não foi diferente. Compartilhamos nossas tarefas, tristezas, sonhos, momentos felizes, demos muitas risadas, mas choramos também. Muitos que passaram deixaram um pedaço deles comigo e as recordações do que vivemos foram com eles.

Mesmo que não tenha realizado ações excepcionais, exerci o compromisso que assumi nesta Instituição com ética, transparência, responsabilidade, respeito e, acima de tudo, dignidade; comportamentos estes que dão significado ao trabalho de uma gestora. Defino-me como pessoa e profissional através das palavras proferidas por Mário Lago durante entrevista com Boeira (2002):

Fiz o que quis e fiz com paixão. Se a paixão estava errada, paciência. Não tenho frustrações porque vivi como em um espetáculo. Não fiquei vendo a vida passar, sempre acompanhei o desfile.

Permanecer neste Órgão durante 35 anos foi uma magnífica aventura, uma grande escola para mim.

Agora iniciarei uma nova transição. Percorrerei a estrada a que estou destinada certa de que apesar das belezas do

caminho tropeçarei em pedras que servirão para edificar meus castelos e me arremessarem a lugares mais longínquos

Não vai ser tão simples, mas chegou a hora da despedida; a minha vereda não é mais aqui nesta casa que foi o meu porto seguro, que me acolheu e até hoje me representa. Seguirei feliz, e grata por cada minuto de trabalho, por cada sorriso nas horas amargas e pelas oportunidades concedidas em busca de conhecimento, evolução, crescimento pessoal e profissional para tornar-me um ser humano melhor, justificando minha passagem pela DRE/SRE de Ituiutaba.

Aposentar-me-ei levando no coração todos que ajudaram a compor a minha história.

Gratidão a todos os jardineiros que com algumas pequenas (ou grandes) atitudes fizeram a minha alma florescer tornando meus dias mais coloridos e com suave aroma.

Despeço-me com a certeza de missão cumprida. Ressalto, porém, que esta obra não é definitiva, pronta e acabada, confiante de que os protagonistas que aqui permanecem continuem escrevendo e contribuindo para a preservação memoriográfica desta avultada Instituição, afim de manter viva sua história, sua memória cultural, social e educacional, que representa valorosa contribuição para comunidade tijucana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Casimiro de. Meus oito anos. Jun. 1858. ABL – Academia Brasileira de Letras. Disponível em:

<https://www.academia.org.br/academicos/casimiro-de-abreu/textos-escolhidos> Acesso em: 12 de fevereiro 2021

ALMENARA, Superintendência Regional de Ensino de. A importância de resgatar memórias. Abr. 2018. Disponível em:

<https://srealmenara.educacao.mg.gov.br/2-uncategorised/142-a-importancia-de-resgatar-memor>
as#:~:text=A%20%20mem%C3%B3ria%20%C3%A9%20um%20dos,forma%20de%20%20fortalecer%20suas%20a Acesso em: 4 de Abril 2018

ALVES, Rubem, Na Morada das Palavras. Papirus, Rio de Janeiro, 2003.

ALVES, Rubem. Essencial: 300 pílulas de sabedoria. Planeta, São Paulo, 2015. 320 p. Disponível em:

<https://www.voandocomlivros.com/post/essencial-300-pilulas-de-sabedoria-resenha-quotes> Acesso em: 8 de maio 2021.

ALVES, Rubem. Disponível em: Estórias de quem gosta de ensinar. Cortez/Autores Associados, 1984

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04062013-133620/publico/ANEXOS.pdf> Acesso em: 8 de maio de 2022

ANDRADE, Cátia de Oliveira. Desvelando a profissão docente no contexto das políticas públicas da década de oitenta: estudo a partir da vivência de profissionais de uma escola pública de ensino fundamental. 2007.

217f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

ARENHALDT, Rafael. Memorial Descritivo. UFGRS, Porto Alegre, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Sistema Integrado de acesso do APM. Lei nº 1.147, de 06 de setembro de 1930, cria uma secretaria de estado com a denominação de secretaria da educação e saúde pública.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacevro.php?cid=270 Acesso em: 3 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Poder Executivo Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BOEIRA, Marino. Falo com Mário Lago. Coluna Marino Boeira, 2002. Publicada em Coletiva.net. <https://coletiva.net/colunas/falo-com-mario-lago,413448.jhtml>. Acesso em: 08 agosto 2022

BORGES, Edna Martins. Avaliações Externas em Larga Escala no Contexto Escolar: percepção dos diretores escolares da rede estadual de ensino de Minas Gerais, Belo Horizonte, Faculdade de Educação – UFMG 2016 Faculdade de Educação – UFMG.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Richardson, John G. (Ed.). Handbook of theory and research for the sociology of education. Westport: Greenwood Press, 1986.

CAIXÊTA, Silvana Maria. A Formação de Gestores de Escola e o Desenvolvimento do Perfil da Gestão Pedagógica: O caso da Superintendência Regional de Ensino de Unaí-MG. UFJF, Juiz de Fora, 2014

CÂNDIDO, Antônio da Silva. Do Sonho à Realidade: Um caminho entre desafios. Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância. Campina Grande, 2014.

CORRÊA, Arnaldo Fernandes. Estudo de Caso: O processo de implementação da Diretoria de Pessoal na Regional de Ensino de Ubá-MG. UFJF, Juiz de Fora, 2014.

CURY, Augusto Jorge. Análise da inteligência de Cristo: o Mestre dos Mestres / Augusto Jorge Cury — São Paulo: Academia de Inteligência, 1999.

FÊRES, Maria José Vieira. “A Escola Sagarana e a Proposta Educacional de Minas Gerais” In: Coleções Lições de Minas.Op.cit.

FÉLIX, Robson Gonçalves. Políticas de Gestão Educacional em Tempos de Democratização: Contrastes do discurso oficial sobre os Colegiados Escolares em Minas Gerais. Revista Iberoamericana de Educación. Araquara. 2009.

FIGUEIREDO, L. (2007). LUTA DE CLASSES E BUROCRATIZAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS FRENTE ÀS REFORMAS ADMINISTRATIVAS EM MINAS GERAIS. *Revista Trabalho Necessário*, 5(5).
<https://doi.org/10.22409/tn.5i5.p4612>

FLORESTA, Maria das Graças Soares. A Educação em Minas Gerais nos anos 90 – As Mudanças na gestão Educacional e a Formação do Estado: Relações entre poder e conhecimento. X Seminário sobre a Economia Mineira, Viçosa. 2001.

FONSECA, Aparecida Maria. Reformas Educacionais nos anos 90, no estado de Minas Gerais: O projeto PróQualidade. UFMG, Uberlândia, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos / Paulo Freire. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Presses Universitaires Française, 1968.

LEGISLAÇÃO MINEIRA. Lei nº 2.610 de 08 de janeiro de 1962. Contém o Código do Ensino Primário. Assembleia Legislativa de Minas Gerais — Legislação Mineira. Minas Gerais Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, Col. 5., p. 4, 09 jan.1962. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=2610&comp=&ano=1962> Acesso em: Março de 2021

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEGISLAÇÃO MINEIRA. Lei Ordinária nº 11.721, de 29 de dezembro de 1994. Cria e transforma cargos no quadro de pessoal da educação e dá outras providências. Minas Gerais Diário do Executivo, Belo Horizonte, MG, 29 dez.1994. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=11721&comp=&ano=1994&texto=consolidado> Acesso em: Março de 2021

Legislação Mineira - Decreto 43238, de 27/03/2003 - Assembleia de Minas Gerais

LINCK, Luciane Andressa Zimmer. PORTO, Liana Barcelos. Memorial de formação: Reflexões e perspectivas sobre a Educação de Jovens e Adul-

tos. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 10, pp. 85-102. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/memorial-de-formacao>. Acesso em 13 de outubro 2021

LIMA, Samuel Gazolla. Análise da Implementação dos Itinerários Avaliativos nas Escolas Estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Ubá (Minas Gerais). Juiz de Fora, 2019.

LISPECTOR, Clarice. Felicidade clandestina. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MATTOS, Maria José V. M. de. A Reforma Educacional de Minas Gerais: Uma experiência de descentralização. Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v.2, n.1, out. 2000.

MATTOS, Maria José V. M. de; PEREZ, José R. Rus. A reforma educacional de Minas Gerais: promoção da autonomia escolar. 2001. RBP AE — Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 187-200, jan. 2012.

MINAS GERAIS. Decreto nº 43.238, de 27/03/2003. Dispõe sobre a Organização da Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. Programas e Ações da Educação em Minas Gerais 2015-2018. Secretaria do Estado de Educação. Belo Horizonte MG, 2018.

MINAS GERAIS. Resolução SEE Nº 916, de 02 julho de 2007. Institui o dia “TODA ESCOLA PODE FAZER DIFERENÇA” e o dia “TODOS DEVEM PARTICIPAR” na Programação Foco nos Resultados dos Alunos das escolas da rede estadual de ensino. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte MG, 08 de abr. 2005.

MINAS GERAIS. Resolução SEE MG nº 1.180, de 28 de agosto de 2008. Estabelece as diretrizes e dá orientações para implantação, manutenção e atualização de dados no Sistema Mineiro de Administração Escolar - SIMADE. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte MG, 28 de agosto. 2008.

MINAS GERAIS. Decreto nº 33334, de 16 de janeiro de 1992. DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE COLEGIADO NAS UNIDADES ESTADUAIS DE ENSINO.. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte MG, 16 de janeiro. 1992.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 6.908, de 17 de janeiro de 1992. Institui o Programa de Avaliação da Escola Pública. Belo Horizonte, 1992.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 104, de 14 de julho 2000. Cria o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública. Belo Horizonte, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Decreto no 45.849 de 27/12/2011. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação. Minas Gerais, Poder Executivo, Belo Horizonte, 28 dez. 2011. Disponível em:
https://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/publicacoes/DECRETO_Competncias%20SEE_45.849_com%20alteraes%20do%20dec.45.914%201.pdf Acesso em: 12 de setembro de 2021

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Caderno de Boas Práticas da Equipe Regional das SRE de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Programas e Ações da Educação em Minas Gerais 2015/2018. Belo Horizonte, 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Boletim Pedagógico do Proalfa. Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Boletins de Resultados do Proalfa. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Documento de Transição. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 6.908, de 17 de Janeiro de 1992. Institui o Programa de Avaliação da Escola Pública. Belo Horizonte, 1992.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Apresentação: Estrutura dos Itinerários Avaliativos de Minas Gerais. Disponível em: <[https://escolasemredeblog.wordpress.com/2017/02/19/itinerários-avaliativos/](https://escolasemredeblog.wordpress.com/2017/02/19/itinerarios-avaliativos/)>. Acesso em: 02 fevereiro 2018

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Guia de Revisão e Reorganização do Plano de Intervenção Pedagógica 2013. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/.../CARTILHA_PIP_GUIA_REVISAO_WEB.pdf Acesso em: 18 de setembro de 2021

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, Antonio (Org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 1995.

NETO, W. S. dos M. Guia, A realidade da educação em Minas Gerais. Estud. Aval. Educ., n° 06, dez. 1992.

NOÉ, Eloisa Elena. O Programa de Intervenção Pedagógica em sua Ampliação para os Anos Finais do Ensino Fundamental nas Escolas Estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Ubá: uma análise a partir do Ciclo de Políticas. 2014. CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PIMENTA, Dulcymar de Mello Gonçalves. O Programa de Intervenção Pedagógica-PIP/CBC em três escolas da SRE de Curvelo: Análise das ações gestoras que contribuem para a melhoria dos resultados externos. 2015. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Acesso em 22 de junho de 2022.

PONTES, Rosa Maria de Andrade, DE MEDEIROS, Arilene Maria Soares. Memórias e Vivências nos Caminhos da Gestão Escolar. Simpósio Anpae, Recife, 2013.

PRADO, Adélia. Memória eterna. O que a memória ama, fica eterno – por Adélia Prado. Glorinha Cohen. 3 dez. 2020. Disponível em: <https://glorinhacohen.com.br/?p=56287> Acesso em: abril 2021

PARO, C.A.; VENTURA, M.; KUROKAWA E SILVA, N. E. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2020, v. 18, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00227> Acesso em: 9 outubro 2020.

RESENDE, P. H. M. de. O Estado e as Políticas educacionais: Aplicabilidade e consequências para as Escolas Públicas de Uberlândia (1996 – 2003). 106f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Programa de mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp000105.pdf> Acesso em: 23 novembro 2020.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Anatomia de uma Reforma: Descentralização da educação pública de Minas Gerais e mudança institucional. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003.

SAINT-EXUPERY, Antoine. O pequeno príncipe. Rio de Janeiro, Agir, 2005. Disponível em: https://www.sesirs.org.br/sites/default/files/paragraph--files/o_pequeno_principe_-_antoine_de_saint-exupery.pdf Acesso em 15 maio 2021.

SANTOS, Graciele Ribeiro dos. Burocratas de Nível Médio: a atuação do Analista Educacional do Setor Pedagógico da Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros nos contextos do Programa de Intervenção Pedagógica e Itinerários Avaliativos. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. Como Uma Onda. Letras. 1983. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/lulu-santos/47132/> Acesso em: 5 maio 2020.

SIMÕES, Maria I. B. O Programa de Intervenção Pedagógica do Estado de Minas Gerais. Caed, Juiz de Fora. 2012

SOARES, Magda Becker. Metamemória-memórias : travessia de uma educadora. São Paulo : Cortez, 1991.

SILVA, Carlos da Cunha. Proposta de Reorganização dos Procedimentos Administrativos na Superintendência de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. UFJF, Juiz de Fora, 2014

SILVA, F. D. T.; CAMPOS, R. D. de. A coleção didática “As Mais Belas Histórias” (1954-1976): lições sobre a formação do Brasil moderno. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 7, n. 20, p. 118-131, 2017. DOI: 10.30612/eduf.v7i20.7435. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/7435>. Acesso em: 15 fevereiro 2021.

TITO, Fabiano Vieira. Fluxo Informacional do Sistema de Administração de Pessoal da Superintendência Regional de Ensino de Ubá/MG. Juiz de Fora, 2017.

ANEXOS

ANEXO I — Decreto nº 26.257/1986 e seu anexo.

DECRETO Nº 26.257, DE 16 DE OUTUBRO DE 1986.

Cria a 32ª Delegacia Regional de Ensino, com sede em Ituiutaba, e dispõe sobre a sua competência e área de jurisdição.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 76, item X, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.378, de 22 de dezembro de 1982,

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criada a 32ª Delegacia Regional de Ensino, com sede em Ituiutaba, subordinada ao Secretário de Estado da Educação, que tem por finalidade exercer a inspeção e a supervisão dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, bem como executar e coordenar a execução das atividades desconcentradas na área de sua jurisdição mencionadas no artigo 2º deste Decreto.

Parágrafo único — A descrição e a competência da Delegacia Regional de Ensino prevista neste artigo, são as constantes do Anexo deste Decreto.

Art. 2º — A área de jurisdição da 32ª Delegacia Regional de Ensino, com sede em Ituiutaba, compreende os Municípios de Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Centralina, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória, anteriormente da jurisdição da 26ª DRE de Uberlândia.

Parágrafo único — A implantação da Delegacia Regional

de Ensino de que trata este Decreto far-se-á nos termos de Resolução baixada pelo Secretário de Estado da Educação.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 16 de outubro de 1986.

HÉLIO CARVALHO GARCIA

Kildare Gonçalves Carvalho

Maria Eugênia Murta Lages

ANEXO DO DECRETO Nº 26.257, DE 16 DE OUTUBRO DE 1986.

1— DENOMINAÇÃO:

32ª Delegacia Regional de Ensino.

2— CÓDIGO:

04106-112-0050-02969

3— OBJETIVO OPERACIONAL:

Exercer a inspeção e a supervisão dos estabelecimentos de ensino, bem como executar a coordenar a execução das atividades desconcentradas, na área de sua jurisdição.

4— COMPETÊNCIA:

I — Planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades educacionais em consonância com os objetivos da Política Educacional da Secretaria;

II — exercer a inspeção dos estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares, que ministrem o ensino de 1º e 2º Graus;

III — supervisionar o ensino ministrado pelos

estabelecimentos de 1º e 2º Graus, e propor medidas de aperfeiçoamento das técnicas de orientação do processo de aprendizagem;

IV — coordenar e executar programas e projetos educacionais na região;

V — exercer, por delegação de competência, atividades de administração de pessoal, de material, de finanças e de patrimônio.

5— SUBORDINAÇÃO:

Técnica: Secretário de Estado da Educação.

Administrativa: Secretário de Estado da Educação.

6— NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO:

Segundo.

7— CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE:

Permanente.

8— ESTRUTURA:

Básica.

9— OBSERVAÇÃO:

Área de Execução.

Fonte: JORNAL DE MINAS GERAIS, 1986, s/p.

ANEXO II — Lei 11.721 de 29/12/1994.**LEI 11721 DE 29/12/1994 - TEXTO ATUALIZADO**

Cria e transforma cargos no quadro de pessoal da educação e dá outras providências.

(Vide Lei nº 15.293, de 5/8/2004.)

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os cargos de provimento em comissão de Secretário de Escola A, B e C, previstos no Anexo I da Lei nº 11.452, de 22 de abril de 1994, alterado pelo art. 9º desta Lei, serão transformados, por lei, em cargos da classe de Secretário de Escola, código QE-SE, faixa de vencimentos QE-10 a QE-19, e incluídos no Quadro Específico de Provimento Efetivo, nos termos de regulamento aprovado em decreto.

Art. 2º - Ficam revogados o art. 68 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e o art. 3º da Lei nº 11.452, de 22 de abril de 1994.

Art. 3º - As atribuições dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação poderão ser exercidas temporariamente, em caso de vacância, por servidor designado para função pública correspondente ao cargo vago, até o seu provimento por concurso público, que será homologado até 30 de junho de 2002.

Parágrafo único - Poderá inscrever-se em concurso público para provimento do cargo de Ajudante de

Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, independentemente do nível de escolaridade exigido, o servicial contratado pelo Estado que, na data de publicação desta Lei, estiver no efetivo exercício das funções do cargo de Ajudante de Serviços Gerais pelo prazo mínimo de três anos.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 13.913, de 18/6/2001.)

Art. 4º - O inciso I do art. 4º da Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 9.938, de 26 de julho de 1989, fica acrescido da seguinte alínea "e":

"Art. 4º -.....

I -

e) ensino do uso da biblioteca.".

Art. 5º - O art. 24 da Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986, fica acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 24 -.....

III - preenchimento de cargo por servidor efetivo.".

Art. 6º - A escola estadual destinada ao atendimento exclusivo de alunos portadores de necessidades educativas especiais poderá contar com 1 (um) cargo de Técnico de Nível Superior de Educação - Musicoterapeuta.

Art. 7º - Os cargos de Nível Médio de Educação - Auxiliar de Secretaria - serão distribuídos nas escolas estaduais de acordo com os seguintes critérios:

I - 1 (um) cargo para cada conjunto de 20 (vinte) turmas de educação pré-escolar, arredondando-se fração igual ou superior a 15 (quinze);

II - 1 (um) cargo para cada conjunto de 10 (dez) turmas

do Ciclo Básico de Alfabetização - CBA - à 4ª série do ensino fundamental ou das escolas para portadores de necessidades educativas especiais, com regime não seriado, arredondando-se fração igual ou superior a 6 (seis);

III - 1 (um) cargo para cada conjunto de 6 (seis) turmas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio, arredondando-se fração igual ou superior a 4 (quatro);

IV - 1 (um) cargo para cada conjunto de 30 (trinta) servidores lotados ou em exercício na escola, arredondando-se fração igual ou superior a 20 (vinte).

Parágrafo único - A escola que não atender aos critérios estabelecidos neste artigo poderá ter 1 (um) cargo de Nível Médio de Educação - Auxiliar de Secretaria.

Art. 8º - O número de professores destinados à função de ensino do uso de biblioteca obedecerá à seguinte proporção:

I - 1 (um) para cada conjunto de 20 (vinte) turmas por turno, arredondando-se fração igual ou superior a 15 (quinze);

II - 1 (um) para cada turno que funcione com um mínimo de 5 (cinco) turmas.

§ 1º - A função de que trata este artigo deverá ser atribuída a professor qualificado segundo critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - Do número de professores calculado com base neste artigo deverá ser deduzido o número de Técnicos de Nível Médio de Educação - Auxiliar de Biblioteca Escolar - em exercício na escola.

Art. 9º - Os Anexos I, IX e X da Lei nº 11.452, de 22 de abril de 1994, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 10 - A Superintendência de Desenvolvimento

Funcional, integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Educação, de que trata o inciso III, "b", do art. 3º da Lei nº 10.933, de 24 de novembro de 1992, passa a denominar-se Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Parágrafo único - A Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos é composta das seguintes unidades administrativas:

- I - Diretoria de Capacitação de Recursos Humanos;
- II - Diretoria de Seleção e Acompanhamento;
- III - Diretoria de Desenvolvimento da Gestão Escolar.

Art. 11 - A Superintendência de Administração de Pessoal, integrante da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Educação, de que trata o inciso IV, "b", do art. 3º da Lei nº 10.933, de 24 de novembro de 1992, passa a ser composta das seguintes unidades administrativas:

- I - Diretoria de Direitos e Vantagens;
- II - Diretoria de Gestão de Pessoal;
- III - Diretoria de Pessoal dos Órgãos Regionais e Central.

Art. 12 - O art. 3º da Lei nº 10.933, de 24 de novembro de 1992, fica acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

"Art. 3º -
VII - Delegacias Regionais de Ensino."

Art. 13 - As Delegacias Regionais de Ensino, integrantes da estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Educação, ficam transformadas em Superintendências Regionais de Ensino - SREs -, classificadas na forma do Anexo V desta Lei.

§ 1º - (Vetado).

§ 2º - (Vetado).

Art. 14 - Fica criado, na estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Educação, o Centro de Qualidade Total, subordinado ao Gabinete do Secretário.

Art. 15 - A descrição e a competência das unidades administrativas previstas nos arts. 10, 11, 12 e 14 desta Lei serão estabelecidas em decreto.

Art. 16 - Ficam criados, no Quadro Permanente a que se refere o Anexo III do Decreto nº 16.409, de 10 de julho de 1974, 1 (um) cargo de Diretor II, código MG-05, símbolo S-02; 1 (um) cargo de Diretor I, código MG-06, símbolo S-03; 3 (três) cargos de Assessor II, código MG-12, símbolo S-03; e 3(três) cargos de Assistente de Gabinete, código MG-28, símbolo S-04, de provimento em comissão, destinados ao Quadro Setorial de Lotação da Secretaria de Estado da Educação nº III, de que trata o Decreto nº 16.686, de 27 de outubro de 1974.

Art. 17 - Ficam transformados, no Quadro Setorial de Lotação da Secretaria de Estado da Educação, em cargos da classe de Diretor II, MG-05, símbolo S-02, códigos ED-211 a ED-251, os cargos da classe de Diretor I, MG-06, símbolo S-03, códigos ED-84 a ED-110; ED-164; ED-169-170; ED-298; ED-363-364; ED-403 a ED-405; ED-407-408; ED-413; ED-416; ED-418, de provimento em comissão, constantes no Anexo III do Decreto nº 16.409, de 10 de julho de 1974.

Art. 18 - Ficam criados, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Fundação Helena Antipoff, de que trata o art. 25 da Lei nº 11.475, de 26 de maio de 1994, 5 (cinco) cargos de Oficial de Educação Integral, nível elementar de escolaridade; 8 (oito) cargos de Agente de Educação Integral II, de 1º grau de escolaridade; 6 (seis) cargos de Assistente de Educação Integral III, de 2º grau de escolaridade; e 2 (dois) cargos de Analista de

Educação Integral IV, de nível superior de escolaridade.

Art. 19 - Para atender às despesas decorrentes da execução desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de R\$54.941,31 (cinquenta e quatro mil novecentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos), observado o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 20 - O parágrafo único do art. 12 da Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 -

Parágrafo único - Após a absorção das fundações educacionais optantes, somente poderão candidatar-se aos cargos referidos neste artigo professores pertencentes ao corpo docente da Universidade.".

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 29 de dezembro de 1994.

HÉLIO GARCIA

Evandro de Pádua Abreu

Paulo de Tarso Almeida Paiva

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Antônio Augusto Junho Anastasia

Ana Luiza Machado Pinheiro

Fonte: (LEGISLAÇÃO MINEIRA, 1994, s/p.)

ANEXO III — Art. 6º da Lei nº 15.293, de
5 de agosto de 2004 — Atribuições do Analista
Educativo-ANE.

6. Carreira de Analista Educacional:	6.1. exercer atividade profissional específica em nível superior de escolaridade nos setores pedagógico e administrativo no campo da educação, no órgão central e nas Superintendências Regionais de Ensino da SEE, na Fundação Helena Antipoff, na Fundação Educacional Caio Martins e no Conselho Estadual de Educação;
	6.2. elaborar, analisar e avaliar planos, programas e projetos pedagógicos;
	6.3. coordenar, acompanhar, avaliar e redirecionar a execução de propostas educacionais;
	6.4. elaborar normas, instruções e orientações para aplicação da legislação relativa a programas e currículos escolares e à administração de pessoal, material, patrimônio e serviços;
	6.5. elaborar, executar e acompanhar projetos de capacitação de pessoal e treinamentos operacionais nos vários âmbitos de atuação;
	6.6. proporcionar assistência técnica na elaboração de instrumentos de avaliação do processo educacional;
	6.7. elaborar programas, provas e material instrucional para o ensino fundamental e médio;

6. Carreira de Analista Educacional:	6.8. realizar pesquisas e estudos que subsidiem a proposta de políticas, diretrizes e normas educacionais;
	6.9. participar da elaboração de planejamentos ou propostas anuais de atividades do setor ou órgão em que atua;
	6.10. organizar e produzir dados e informações educacionais;
	6.11. elaborar a proposta de reforma, ampliação ou construção da rede física de atendimento e acompanhar a sua execução;
	6.12. realizar trabalhos de escrituração contábil, cálculo de custos, perícia, previsão, levantamento, análise e revisão de balanços e demonstrativos, execução orçamentária e movimentação de contas financeiras e patrimoniais;
	6.13. emitir pareceres e relatórios sobre assuntos financeiros e contábeis;
	6.14. exercer a inspeção escolar, que compreende:
	a) orientação, assistência e controle do processo administrativo das escolas e, na forma do regulamento, do seu processo pedagógico;
	b) orientação da organização dos processos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento e registro de escolas, no âmbito de sua área de atuação;

6. Carreira de Analista Educacional:	c) garantia de regularidade do funcionamento das escolas, em todos os aspectos; d) responsabilidade pelo fluxo correto e regular de informações entre as escolas, os órgãos regionais e o órgão central da SEE;
	6.15. exercer outras atividades compatíveis com a natureza do cargo, previstas na regulamentação aplicável e de acordo com a política pública educacional.